



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER**

BÁRBARA FIRME DE FARIA

**ASSISTENTES SOCIAIS NO TERCEIRO SETOR DO DISTRITO FEDERAL: UMA
ANÁLISE DO PERFIL PROFISSIONAL E ÁREA DE ATUAÇÃO**

Brasília

2015

BÁRBARA FIRME DE FARIA

**ASSISTENTES SOCIAIS NO TERCEIRO SETOR DO DISTRITO FEDERAL: UMA
ANÁLISE DO PERFIL PROFISSIONAL E ÁREA DE ATUAÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para a obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam de Souza Leão
Albuquerque**

Brasília

2015

Faria, Bárbara Firme de

Assistentes sociais no Terceiro Setor do Distrito Federal : uma análise do perfil profissional e área de atuação / Bárbara Firme de Faria. -- Brasília, 2015.

126 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam de Souza Leão Albuquerque

Trabalho de conclusão de curso – Universidade de Brasília – UnB. Coordenação de Serviço Social, Brasília, DF, 2015.

1. Serviço Social. Assistente social. Terceiro Setor. Assistência social. I. Título

CDU 364

BÁRBARA FIRME DE FARIA

**ASSISTENTES SOCIAIS NO TERCEIRO SETOR DO DISTRITO FEDERAL: UMA
ANÁLISE DO PERFIL PROFISSIONAL E ÁREA DE ATUAÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para a obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.**

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam de Souza Leão
Albuquerque**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Miriam de Souza Leão Albuquerque

Orientadora

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB

Prof.^a Dr.^a Daniela Neves

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB

**Ana Carolina Nunes Renault- Assistente Social da Instituição AMPARE/DF-
Associação de mães, pais, amigos e reabilitadores de excepcionais**

AGRADECIMENTO

Ao Deus uno e trino, por ter sido ao longo dessa graduação, e de toda a minha vida, meu amparo e aconchego.

Aos meus pais, Vanda e Cleiton, por todo amor e por terem me proporcionado todas as condições necessárias para a conclusão de uma graduação. Ao meu pai, agradeço por toda a ajuda com a organização e estruturação deste trabalho.

Às professoras Daniela Neves e Adryanice Sousa pelo convite para participação do grupo de pesquisa NUTSS desde o início da graduação, que sem dúvida contribuiu imensamente para a minha formação. Por todos os ensinamentos acadêmicos e de vivência pessoal que proporcionaram diversos momentos de reflexão.

À professora Miriam Albuquerque, pela orientação neste trabalho e, mais do que isso, por ter aceitado tão solícitamente o meu convite. Por todas as reflexões nas aulas de estágio supervisionado que foram de fundamental importância para a escolha do tema.

Às assistentes sociais Ana Carolina Renault e Elinete Moraes, pela supervisão de estágio de campo, pelo carinho, zelo e vontade de ensinar. Além de sempre me apoiarem e confiarem nos meus estudos. Agradeço à toda a instituição por terem me recebido como estagiária com tanto entusiasmo.

A todas as assistentes sociais que se disponibilizaram a responder o questionário da pesquisa do Proic/CNPq/UnB/ 2014/2015.

Às amigas da faculdade que dividiram comigo todas as inseguranças, aflições, mas também felicidades desse momento da vida acadêmica, todas vocês fizeram desse período algo mais especial e divertido.

Às colegas Nutianas, do grupo de pesquisa NUTSS, em especial a Marizania Batista, por toda a colaboração na realização deste trabalho.

Ao Gustavo, pelo apoio e palavras que me fizeram ter paciência e confiança para continuar em frente. A todos meus amigos e amigas de caminhada que estiveram presente desde sempre em minha vida.

À minha família, a todos os tios, tias, primos e primas pela confiança e palavras de incentivo. Aos meus irmãos, que foram especiais nos momentos de descanso desse trabalho.

Ao departamento de Serviço Social e em especial aos professores que fizeram parte da minha graduação, pois todas as disciplinas contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho de conclusão de curso e para a futura profissional que serei.

A todos que participaram da minha vida acadêmica, nominalmente mencionados ou não, registro meus sinceros agradecimentos.

Nada é impossível de mudar

Desconfiei do mais trivial na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso se propõe compreender o trabalho de assistentes sociais nas instituições do denominado Terceiro Setor, principalmente como consequência do processo de reestruturação produtiva. O objetivo é analisar o trabalho das assistentes sociais nessas instituições, a partir da realidade social que interfere de forma direta ou indireta no campo de trabalho destas profissionais. Assim como conhecer as atividades desenvolvidas, principais demandas, condições de trabalho e instrumentos utilizados para identificar o perfil das profissionais do Serviço Social neste espaço. A escolha do tema justifica-se por acreditar que a atuação desse profissional é contraditória em decorrência da desresponsabilização do Estado na execução dos serviços sociais. Dessa forma, o trabalho desenvolveu-se metodologicamente por meio de revisão bibliográfica e aplicação de questionários junto a assistentes sociais dessas entidades no Distrito Federal. A amostra da pesquisa foi de 20 questionários respondidos. Conclui-se que nos últimos anos aumentou o número de assistentes sociais nesses espaços, e a maioria são mulheres. As principais atividades estão relacionadas às demandas dos usuários. Foram consideradas instituições burocráticas e que estão demandando das profissionais posturas mais ágeis e flexíveis. Percebe-se elementos da precarização do trabalho diante da forma de contratação, baixos salários e falta de definição do Serviço Social no quadro institucional. Nenhuma assistente social participa das atividades do Conselho Regional de Serviço Social.

Palavras chave: Serviço Social. Assistente social. Terceiro Setor. Trabalho. Assistência social.

ABSTRACT

This final paper intends to understand the work of social workers in institutions of so-called third sector, mainly as a result of the restructuring process. The goal is to analyze the work of social workers in these institutions from the social reality that interferes directly or indirectly in the field of work of these professionals. As well as to know the activities, main demands, working conditions and tools used to identify the profile of professional social work in this field. The choice of that theme is justified by believing that the action of a that professional is contradictory due to the irresponsibility of the State in implementing social services. Thus, this paper's work was developed methodologically through literature review and questionnaires by the social workers of these entities in the Federal District. The survey sample consisted of 20 questionnaires. In conclusion in recent years the number of social workers in these areas has increased and they are mostly women. The main activities are related to the demands of users. Bureaucratic institutions that are demanding more agile and flexible professional positions were considered. Elements of work precariousness were perceived in the form of employment, low wages and lack of definition of social work in the institutional framework. No social worker participates in the activities of the Regional Social Service Council.

Keywords: Social services. Social worker. Third sector. Labour. Social welfare.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CEAS	Centro de Estudos de Ação Social de São Paulo
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB/ SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB/ SUAS- RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o Sistema Único de Assistência Social
ONGs	Organização Não Governamental
OS	Organização Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 AS TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO.....	18
2.1 ELEMENTOS DEFINIDORES DO TRABALHO.....	18
2.2 CRISES CÍCLICAS DO CAPITAL E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA.....	20
2.3 A ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA A CRISE E UMA DAS EXPRESSÕES DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: CHAMADO DE TERCEIRO SETOR.....	25
2.4 REGULAMENTAÇÕES JURÍDICAS PARA O “TERCEIRO SETOR”: UMA EXPRESSÃO DO PAPEL DO ESTADO	32
3 O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: AS CONDIÇÕES CONTEMPORÂNEAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	41
3.1 ANÁLISE HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO.....	41
3.2. A DIREÇÃO NEOLIBERAL NAS FORMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL	52
3.3 O TRABALHO PROFISSIONAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESPAÇO CHAMADO DE TERCEIRO SETOR.....	56
4 O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDOS NAS INSTITUIÇÕES DO CHAMADO TERCEIRO SETOR DO DISTRITO FEDERAL	64
4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS ENTIDADES E PARTICULARIDADES PROFISSIONAIS: PERFIL GERAL E PROFISSIONAL.....	64
4.2 EXPRESSÕES DO COTIDIANO PROFISSIONAL: DIFICULDADES E POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO.....	68
4.3 AS DEMANDAS COLOCADAS PARA O SERVIÇO SOCIAL NAS ENTIDADES DO “TERCEIRO SETOR” DO DISTRITO FEDERAL.....	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICE A - GRÁFICOS RESULTANTES DA PESQUISA.....	96
ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO.....	113
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	128

1 INTRODUÇÃO

A partir do surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista todas as dimensões da vida social são permeadas por ele. A profissão do Serviço Social tem suas raízes nesse momento histórico específico e se configura a partir da divisão social e técnica do trabalho, visando estratégias para oferecer um tratamento sistemático às consequências decorridas da questão social e suas expressões tendo em vista esse novo sistema. Com base em Iamamoto e Carvalho (2014), o surgimento da questão social decorre do ingresso e desenvolvimento da classe operária no cenário político da sociedade. Percebe-se a contradição do sistema capitalista entre o proletariado e a burguesia e o objeto da intervenção de assistentes sociais se constrói diante das várias determinações da questão social. Por meio de lutas e movimentos sociais, mas demarcado pelas necessidades do Estado e classes dominantes, o Serviço Social ocupou espaços de atuação, que atualmente estão consolidados e em constantes modificações.

Como consequência do processo de reestruturação do capital pós a década de 1970, ocorre a ampliação de sistemas privados e filantrópicos relacionados a prestação de serviços sociais e de atendimento às necessidades sociais. (2002) analisa que há a retirada da responsabilidade do Estado devido ao esvaziamento da dimensão do direito universal. Nos anos 1990 ocorreram diversas mudanças estatais que intencionavam um reordenamento administrativo do Estado pelo pressuposto de que este precisava ser mais eficiente, moderno e profissional. Dentre os princípios fundamentais dessa mudança na estrutura do Estado é que este só deve encarregar-se com as tarefas que são exclusivas dele, o que culminou na transformação dos serviços não exclusivos do Estado em propriedade pública não estatal. A sociedade civil participaria da gestão dos serviços sociais e científicos e do controle social, visando a ampliação da democracia e da cidadania. Contudo, o que ocorreu foi a segmentação da realidade social em setores fazendo o recorte entre “primeiro”, “segundo” e “terceiro”, onde representam respectivamente, Estado, Mercado e Sociedade Civil.

Iniciando do processo de institucionalização do Serviço Social como profissão, vinculado ao crescimento das instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, como salienta Iamamoto e Carvalho (2014), pretende-se mostrar como a categoria profissional se insere nesse contexto de segmentação da realidade social, especificamente no espaço do “terceiro setor”.

Tendo em vista que o trabalho do Serviço Social precisa ser analisado de acordo com o espaço ocupacional que está inserido, ao considerar as determinações institucionais se

faz necessário compreender como se estabelece a relação entre trabalho e sociabilidade na ordem do capital, para entender as tensões inerentes ao trabalho de assistentes sociais. Além disso, considerando que a Política Social é matéria fundamental na formação de assistentes sociais compondo as Diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, como ressalta Behring (2009), e configuram a base de sustentação funcional operacional, conforme (2002), elas estão na base da construção dos instrumentais da profissão e sendo de suma importância apreender suas alterações, a partir do contexto neoliberal, fazendo uma análise da transformação das demandas de trabalho, vínculo empregatício, qualificação profissional, formas de organização e intervenção profissional, e relação institucional.

O interesse pela temática ocorreu durante o período de estágio supervisionado I e II, no ano de 2014, em uma instituição Não Governamental do Distrito Federal. Surgiram indagações a respeito da garantia do direito social, por meio da continuidade na prestação dos serviços das entidades não governamentais, em geral do “terceiro setor”, e também sobre o papel regulamentador do Estado diante de sua desresponsabilização de execução dos serviços sociais. No mesmo ano, estava participando do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social –NUTSS com o projeto de pesquisa de iniciação científica: *Os assistentes sociais do Distrito Federal: uma análise do perfil profissional*. De modo articulado com as duas experiências e com base, também, em pesquisas exploratória e de campo a proposta do presente trabalho de conclusão de curso é caracterizar e analisar o perfil profissional desses/as assistentes sociais inseridos/as nessas entidades, assim como os elementos que incidem sobre o seu trabalho em face do papel desempenhado pelo “terceiro setor”.

A teoria escolhida para compreender essa realidade foi com base no entendimento de Minayo (2010), que a teoria se forma a partir de um conjunto de proposições e serve para orientar o olhar sobre o problema em pauta. Portanto, utilizou-se o método de abordagem dialética, fundamentando-se na historicidade dos processos sociais e no entendimento da realidade como dialética, contraditória e não consensual.

O trabalho desenvolveu-se metodologicamente por meio de revisão bibliográfica e da aplicação de questionário¹ para assistentes sociais das instituições do chamado terceiro setor do Distrito Federal. Este instrumental foi elaborado pelo referido grupo de pesquisa NUTSS e

¹ Ver anexo A

foi o mesmo utilizado na pesquisa de iniciação científica², do Edital ProiC/CNPq/UnB/2014/2015 que considerou aspectos quantitativos e qualitativos do trabalho profissional. O questionário possui 192 questões, divididas em 8 eixos: Perfil Geral da/o Assistente Social, Perfil Profissional, Qualificação Profissional, Cotidiano da Prática do Serviço Social, Possibilidades de Superação das Dificuldades, Demandas para o Serviço Social, Relacionamento da Categoria e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e Relação da Universidade e Categoria. A disposição dos resultados não ocorreu de forma sequencial ao questionário. Resultados da pesquisa foram abordados em diversos momentos deste trabalho, como forma de relacionar, mais visivelmente, as análises teóricas com a dimensão prática.

A primeira fase da pesquisa foi de caráter exploratório, no qual se realizou o levantamento das instituições do conhecido terceiro setor que possuem o trabalho de assistentes sociais. Isso foi realizado com base na rede socioassistencial conhecida por causa do estágio supervisionado, com indicações de profissionais e também com base na Rede de Informações para o “Terceiro Setor”, mencionado por (2002). Foram levantadas, inicialmente, 24 instituições, totalizando 45 assistentes sociais. Após contato telefônico, e-mail e até encontros presenciais realizados pela estudante-pesquisadora, 20 assistentes sociais, de 9 instituições, aceitaram o convite e participaram do estudo.

Como forma de resguardar a identidade das³ participantes não será informado o nome das instituições às quais estão vinculadas. Destaca-se que são instituições que atuam nos diferentes níveis de complexidade da política de assistência social, e que apenas uma não possui qualquer tipo de parceria com o Governo do Distrito Federal, conforme o relato da assistente social. Em geral, são entidades que proporcionam atendimento educacional, recreativo, terapêutico, para crianças, adolescentes, adultos e idosos, com ou sem alguma deficiência, transtornos mentais, doenças e vulnerabilidades sociais. Estão situadas nas regiões administrativas do Distrito Federal: Brasília, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia Guará e Park Way.

Além do sigilo à identidade de cada profissional todos os outros procedimentos éticos foram adotados no decorrer da pesquisa. Foi disponibilizado o acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁴ e convidadas a requisitar os resultados da pesquisa

² Os dados coletados pela estudante pesquisadora durante o processo da pesquisa de iniciação científica também foram considerados para este trabalho de conclusão de curso, fazendo os devidos aprofundamentos e análises teóricas cabíveis.

³ Considerando que nesta pesquisa 90% das pessoas que participaram eram mulheres, será utilizada, preferencialmente, a linguagem de gênero no feminino.

⁴ Ver anexo B

por meio digital, caso tenham interesse. Todo o desenvolvimento da pesquisa ocorreu de acordo com o Código de Ética da Profissão, pois as profissionais possuem autonomia e direito ao pronunciamento livre de assuntos de interesse geral e aqueles decorrentes de sua especificidade.⁵ Portanto, este estudo refere-se ao espaço ocupacional delas, que é de interesse da categoria profissional, desse modo a participação das profissionais nesta pesquisa é válida.

Sendo assim, o presente trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo discute-se o significado da categoria trabalho e de que maneira este se estabelece atualmente na sociedade, a existência das crises cíclicas do capital como partes do processo contraditório entre o trabalho e as determinações do capital, as transformações decorrentes do processo de reestruturação do capitalismo até as determinações ideológicas e jurídicas que balizam a existência do chamado terceiro setor no Brasil e que permeiam a atuação de assistentes sociais nesses espaços, conforme os resultados da pesquisa revelam.

No segundo capítulo realiza-se um retrospecto histórico do Serviço Social como profissão inserida nas relações sociais, com a intenção de relacionar as mudanças ocorridas na profissão com a particularidade da dinâmica capitalista brasileira e os resultados da pesquisa. Além disso, analisou-se a configuração atual das políticas sociais, principalmente as políticas de Seguridade Social previstas pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e especificamente a Política Nacional de Assistência social, por entender que afetam diretamente os campos de trabalho de assistentes sociais. A partir da análise dos dados percebe-se que a maioria das assistentes sociais inseridas nas entidades do “terceiro setor” atuam especificamente com a política de Assistência Social, uma das políticas de seguridade social, e então são feitas considerações a respeito desta, apontando para os indícios nas legislações que legitimam a atuação dessas entidades com uma política pública.

O terceiro e último capítulo condensa os resultados da pesquisa que não foram abarcados anteriormente, bem como faz a retomada de alguns deles para outras análises. Compreende o universo da pesquisa, por meio de análises que permitiram traçar o perfil profissional nesse espaço ocupacional, não com a pretensão de cristalizar as conclusões acerca desses profissionais “nesse setor”, mas sim estabelecer tendências das características profissionais produzidas a partir da divisão social e técnica do trabalho.

⁵ Além do artigo 2º do código de ética profissional, a lei 8662 de junho de 1993 e as demais resoluções do Conselho Federal de Serviço Social, como por exemplo, nº 290 e nº 293 de 1994, que alteraram o código de ética de 1993, respaldam juridicamente a participação de assistentes sociais em pesquisas.

2 AS TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

2.1 ELEMENTOS DEFINIDORES DO TRABALHO

O significado do trabalho para o entendimento do ser social é de suma importância. Ao discutir esta categoria várias questões são perpassadas, como a dimensão da saúde, das condições salariais, físicas, psicológicas; as organizações da classe trabalhadora, as transformações do papel do Estado, mas, sobretudo a satisfação das necessidades humanas. Dessa forma, a intenção é compreender a conjuntura mundial, mais especificamente a partir da década de 1970, e do processo de reestruturação da produção, trabalho e das relações sociais.

Introdutoriamente, o significado da palavra trabalho deriva-se do latim *tripalium*, instrumento utilizado para manter a pata do cavalo que estava sendo ferrada. Por isso, a partir da ideia de Lautier (1999), desde o início da idade média adquire o sentido de instrumento de tortura. Durante a história da humanidade existem diversos exemplos que podem ilustrar essa afirmação, no entanto, o que se pretende esclarecer é que a emergência do trabalho se estabelece e reconstrói como elemento fundador da sociabilidade humana. Conforme diz Granemam (2009, p.4):

A concepção de trabalho como fundador da sociabilidade humana implica o reconhecimento de que as relações sociais construídas pela humanidade, desde as mais antigas, sempre se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana.

O que difere o ser humano dos outros animais é sua dimensão de idealização e transformação da realidade e, por isso, que com base em Antunes (2013), pode-se afirmar que o centro da humanização dos sujeitos é o ato do trabalho, pois este permite a mediação entre a dimensão da necessidade e a satisfação dela. Portanto, essa dimensão do ser humano de pensamento, planejamento, ideiação, é conhecida como teleológica e define-se como a capacidade humana de atribuir finalidades diante do processo de trabalho. Conforme sintetiza Antunes (2013, p. 145):

O trabalho, portanto, configura-se como protoforma da práxis social, como momento fundante, categoria originária, onde os nexos entre causalidade e teleologia se desenvolvem de modo substancialmente novo; o trabalho, como categoria de mediação, permite o salto ontológico entre os seres anteriores e o ser que se torna social.

O ato do trabalho transforma o ser que trabalha da mesma forma que altera a natureza, tornando a consciência humana elemento importante nesse processo ao permitir a atribuição de sentido que o ser social estabelece no ato do trabalho. No entanto, nessa sociedade produtora de mercadorias o trabalho possui um duplo caráter, concordando com Antunes

(2000). O trabalho concreto é a manifestação do valor de uso, é a concepção mais genérica, onde ocorre a transformação de objetos naturais em utilidades para o desenvolvimento da vida, promovendo um intercâmbio entre o homem e a natureza. Por outro lado, quando a utilidade daquele trabalho se torna condicionada ao movimento do capital, o que resta é apenas o gasto de força física e/ou intelectual no ato, configurando-se no trabalho abstrato, onde se manifesta o valor de troca. Esta é a dimensão do trabalho alienado da sociedade produtora de mercadorias, pois o valor de uma mercadoria é o resultado do trabalho abstrato. Esse fenômeno alienação é caracterizado, de acordo com Netto e Braz (2011), como a inversão da relação entre criador e criatura, onde a criatura passa a dominar o criador. Esse trabalho alienado é produto desta sociedade, sendo algo que pode ser superado ao longo do curso da história. “A alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais” (NETTO e BRAZ, 2011, p. 55).

Antunes (2013) interpreta que o trabalho constitui o ser social e a busca do sentido da vida, não se refere ao trabalho assalariado e sim àquele que produz utilidade. A partir da projeção das finalidades, o ato teleológico, o processo de trabalho efetiva-se na interação dos seres sociais, suas subjetividades, objetividades, causalidades, necessidades e liberdades. É mais do que a relação entre homem e natureza, é o salto do ser humano da sua origem instintiva para a produção e reprodução de si como gênero humano, se configura como a categoria primária do ser social, conforme menciona Antunes (2013, p. 165) “a importância da categoria trabalho está em que ela se constitui como fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana”.

No entanto, como afirma Lautier (1999), a contradição da sociedade capitalista está no sentido de que o trabalho só adquire uma utilidade social com a perda do significado real da atividade, do entendimento dessa forma mais ampla da categoria. Isso porque diante da necessidade de reprodução ampliada do capital, o que se produz são valores de troca e então o trabalho assume uma forma estranhada, assalariada, ocorrendo a submissão do trabalho ao capital. Antunes (2013) explica esse processo como sendo um sistema de mediações de segunda ordem predominando sob as mediações básicas, de primeira ordem. Tentar-se-á sintetizar essa interpretação para depois prosseguir no entendimento da constituição do mundo do trabalho no estágio do capitalismo⁶ contemporâneo.

As mediações de primeira ordem constituem a interação humana com a natureza e a satisfação das necessidades básicas por meio do trabalho concreto, aquele produtor de valores

⁶ Considerando Antunes (2013) e sua referência a István Mészáros, há diferença entre capital e capitalismo. O capitalismo é uma das formas de realização do capital, sendo que este antecede e pode suceder o capitalismo.

de uso, como, resumidamente, supracitado. É a conjugação da satisfação das necessidades com os recursos existentes, de forma organizada e igualitária, sem exploração dos fundos naturais, sem dominação e subordinação de uns para com outros. As mediações de segunda ordem surgem com o advento do sistema de capital. A finalidade é a subordinação de todas as dimensões da vida ao valor de troca, onde a utilidade dos bens e a necessidade humana são menos importantes do que a expressão quantitativa que representarão na sociedade. Nas palavras de Antunes (2013) separar valor de uso e valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo sendo que cada uma das formas de mediação de primeira ordem sofre alterações e subordinam-se às exigências de reprodução do capital. Esse mesmo autor afirma que o núcleo desse sistema de mediação de segunda ordem é formado pelo capital, trabalho e Estado, sendo a superação dessas características possível com a eliminação dos três elementos.

O que de fato ocorre é a degradação do trabalho, no qual a produção não é apenas voltada para o atendimento das necessidades humanas, mas sim para alimentar o processo da concorrência e competição. O valor de uso subordina-se ao valor de troca, o trabalho abstrato prevalece sob o concreto, os valores humanos se submetem à lógica destrutiva do capital e as mediações do ser social se modificam. Iamamoto (2008) afirma que na sociedade capitalista o homem objetiva-se através do trabalho não apenas criando, mas se perdendo, alienando-se, devido a forma mercantil que o conteúdo do seu trabalho adquire.

Esse processo está acentuado atualmente, o que é decorrente do declínio do crescimento do capital dos anos 1970. Isso e as artimanhas do capital para administrar esses processos de crises serão próximos objetos de análises, partindo do entendimento que há uma relação contraditória entre capital e trabalho em decorrência das mudanças desta sociedade pautada nas relações de produção e reprodução social, que conforme Iamamoto e Carvalho (2014, p. 35-36) “para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção”. Produção esta que, com base nesses autores, afirma-se que é relação social entre os sujeitos e as classes sociais.

2.2 CRISES CÍCLICAS DO CAPITAL E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

Com fundamentos nos argumentos de Netto e Braz (2011, p. 167), de que “a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” assume-se que a história do capitalismo é uma sucessão de crises econômicas. A explicação para os processos de crise se encontra na fórmula geral do movimento do capital. O capitalista

investe o dinheiro para a produção de mercadorias com a intenção de obter mais dinheiro do que aquele investido, mas quando a mercadoria não se converte em mais dinheiro ocorre a crise, ou seja, o rompimento da acumulação. Conforme os autores, abaixo, esclarecem:

A crise pode ser detonada por incidente econômico ou político qualquer (a falência de uma grande empresa, um escândalo financeiro, a falta repentina de uma matéria prima essencial, a queda de um governo). Bruscamente, as operações comerciais se reduzem de forma dramática, as mercadorias não se vendem, a produção é enormemente diminuída ou até paralisada, preços e salários caem, empresas entram em quebra, e o desemprego se generaliza e as camadas trabalhadoras padecem a pauperização absoluta. (NETTO e BRAZ, 2011, p. 169).

Como dizem esses autores, a primeira crise capitalista envolveu praticamente só a Inglaterra em 1825, e a mais grave do século XIX foi em 1873. No século XX, que é o foco da análise, a crise de 1929 ficou famosa na história pela quebra da bolsa de Nova York, pela queda brusca do valor das ações gerando falta de investimentos, reduzindo a taxa de lucro, estagnando o emprego e a produtividade. Uma das medidas para acabar com a depressão foi o programa de obras públicas do governo americano para retornar a venda das mercadorias e diminuir o desemprego. Essa intervenção viria a ser, futuramente, objeto do pensamento Keynesiano. O curioso é que, cerca de alguns anos antes da emergência do cidadão britânico John Maynard Keynes, que propôs a intervenção estatal na economia como forma de regular os efeitos das crises, já havia ocorrido no mundo uma experiência embrionária do pensamento Keynesiano.

Por conseguinte, não foi diferente ao longo da segunda metade do século XX e entrada do século XXI. Após o fim da segunda Guerra Mundial até os anos 1970, o estágio monopolista do capitalismo vivenciou um período conhecido por “anos dourados”. Foram, basicamente, 30 anos em que os resultados econômicos e as taxas de crescimento foram altos e que os impactos das crises cíclicas do capital foram amenizados pela intervenção Estatal. Conforme afirma Netto e Braz (2011), as crises cíclicas não foram extintas, pois registraram-se em 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970.

Com base nesse fato, a principal mudança na configuração mundial refere-se à organização do trabalho industrial. Existem também aspectos políticos do movimento operário, das lutas anticoloniais, da direção do capitalismo mundial, ora desfrutando do poder da União Soviética pela vitória contra o fascismo, ora pela direção militar, econômica e política dos Estados Unidos. Porém o foco será nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a partir do processo de reestruturação capitalista, e os rebatimentos no exercício profissional de Assistente Social.

O padrão de produção industrial predominante nos “anos dourados” foi o taylorismo-fordismo, implementado na linha de montagem de veículos. A fabricação se baseava

na produção e consumo em massa das mercadorias utilizando os recursos internos da fábrica, a padronização, a otimização do tempo e intensificação do ritmo do trabalho, a intensificação da exploração pela separação das tarefas, a especialização do trabalhador, massificação e mecanicização e longas jornadas de trabalho. A forma de acumulação era rígida, e de acordo com Antunes (2013 p. 39):

Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire do trabalho*, “suprimindo” a diminuição intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva.

O autor também diz que esse processo produtivo foi transformador para a produção capitalista e se expandiu para toda a indústria de automóveis dos Estados Unidos e para o setor de serviços, atingindo os principais países capitalistas. A partir das ideias de Gounet (1999) entende-se que a eficácia do sistema taylorista está na racionalização do trabalho individual, permitindo ampliar a produção, mas, para completar o processo precisa-se de uma demanda capaz de absorver essa produção. Portanto, se torna necessário a organização do trabalho pelo método fordista, baseado na produção em larga escala a partir de métodos padronizados pretendendo alcançar o consumo em massa da população.

De forma consoante a esse processo⁷ se estabeleceu um sistema de regulação estatal para garantir os objetivos fordistas de organização trabalhista. Surgiu um economista, já citado antes, John Maynard Keynes, com ideias revolucionárias para o pensamento econômico da época, pois defendia o Estado como agente controlador fundamental para garantia de emprego para a população. Sendo assim, surgiram obrigações sociais ao Estado de concessão de um padrão mínimo de vida aos cidadãos. Esse período ficou conhecido como “Estado de Bem Estar Social”.

Estado de Bem Estar Social, também chamado de Welfare State, não é sinônimo de Política Social, como destaca Pereira (2011), porém as políticas sociais atingiram seu melhor momento na mesma época que se configurava a política econômica Keynesiana. Behring e Boschetti (2011) explicam os elementos que configuram o Welfare State e sinalizam que esse momento histórico está relacionado com a situação da Europa, principalmente a Inglaterra, processo de industrialização e problemas sociais no pós Segunda Guerra Mundial. “O trabalho

⁷ Esses acontecimentos assim descritos estão limitados a uma parcela dos países de capitalismo avançado. O Brasil, por sua característica, de inserção periférica do capital sofreu essas determinações em tempos, um pouco, diferentes. No entanto, a lógica social predominante advém desse processo.

de formulação de propostas relativas aos três pilares que constituem o Welfare State inglês - educação, seguros e saúde”. (BEHRING e BOSCHETTI 2011, p. 95).

Conforme Pereira (2011) destaca-se que os sistemas de proteção social estão, prioritariamente, a serviço da satisfação das necessidades do capital. Existem dois modelos de proteção social que balizam as políticas sociais no mundo todo.

Primeiramente, Otto Von Bismarck, em 1883, instituiu o modelo Bismarckiano de seguro social. Suas características são semelhantes aos seguros privados, onde os benefícios cobrem, quase exclusivamente, os trabalhadores. O acesso é assegurado por uma contribuição direta antecipada e as prestações são proporcionais à contribuição. Os recursos do financiamento existem pela contribuição direta de empregadores e empregados e são organizados em caixas, geridas pelo Estado. O objetivo geral é manter a renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorridos da perda do vínculo com o trabalho. Percebe-se, claramente, a relação de proteção social com o trabalho assalariado, típico da sociedade do capital, explorador, alienado e hostil à emancipação humana, conforme diz Pereira (2013). Essa concepção foi responsável por construir a ideia de que o ser humano só é entendido como detentor de direitos se trabalhar. Visto que o sistema vigente incorpora no pensamento social argumentos que fortalecem seu poder estrutural, baseados na concepção liberal de que argumenta em favor da dignificação humana por meio do trabalho, com afirmativas de que não há melhor fonte de bem-estar humano do que o trabalho, por exemplo. Portanto se há trabalho não precisa existir proteção social pública.

O segundo modelo foi o que vigorou junto com as políticas Keynesianas de bem-estar social. Em novembro de 1942 na Inglaterra, Willian Beveridge publicou o relatório com suas propostas de transformação no sistema de seguro social inglês. Objetiva a luta contra a pobreza, porque o contexto mundial era de reconstrução do pós-guerra diante do resultado de miserabilidade pela interrupção⁸ ou perda de renda e era importante estabilizar a democracia, igualdade e cidadania. Sendo assim, as características do plano foram baseadas na unificação de todos os sistemas de seguros existentes passando a serem administrados por um órgão específico, na universalização dos direitos, com o financiamento proveniente dos impostos e pela intervenção do Estado na manutenção do nível de emprego. Posto isso, os dois modelos

⁸ O contexto brasileiro não foi diferente. As primeiras medidas preconizavam somente algumas profissões. A partir da consolidação da seguridade social com a Constituição Federal de 1988, a previdência social está restrita aos trabalhadores contribuintes, predominando o modelo Bismarckiano de proteção social e a Saúde e a Assistência Social relacionam-se com o Beverigiano, por não necessitarem de contribuição prévia.

mostram que os benefícios são derivados do exercício do trabalho assalariado, não aquele produtor de valores de uso, mas sim de valores de troca.

Como destaca Netto e Braz (2011, p. 222) “o taylorismo-fordismo e o Keynesianismo, feitos um para o outro, consolidariam o capitalismo democrático” com um Estado controlador dos processos de crise, garantindo assim a fórmula geral da acumulação⁹, e a ausência de contradições no capitalismo e combinados com ações reguladoras das relações sociais, assegurando à população benefícios e serviços suficientes para o padrão de vida, garantindo a ampliação do mercado de consumo e o emprego, por exemplo. Estavam lançadas as bases para consolidação do pleno emprego e da cidadania. No entanto, a partir dos anos 1960 a capacidade do Estado de exercer suas funções “mediadoras” começou a entrar em exaustão, segundo Behring e Boschetti (2011). E então, a onda expansiva dos “anos de ouro” começou a se perceber fraca.

Como destacam Netto e Braz (2011), a onda longa expansiva esgotou-se com o declínio da taxa de lucro em cerca de 15% entre os anos 1968 e 1973 na Itália, Estados Unidos, Japão, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental. E, também, com a decisão norte americana de desvincular o dólar do ouro e a alta dos preços do petróleo, entre 1971 e 1973.

Consideram também outros aspectos, como a contestação de movimentos como o feminista, sindical e estudantil. A política Keynesiana não conseguiu evitar esse quadro depressivo. Segundo os autores Netto e Braz (2011, p. 224) “a onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas”.

Tais transformações tiveram impactos ideológicos significativos nos anos seguintes, conforme Behring e Santos (2009) dizem a respeito da consolidação das formas de proteção social no mundo capitalista.

[...] A primeira grande recessão - catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973/1974 - foram os sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à proteção social estava abalado no capitalismo central e comprometido na periferia do capital onde não se realizou efetivamente. As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais. (BEHRING e SANTOS, 2009, p. 308).

⁹ Vale frisar conforme os autores Netto e Braz (2011 p.168): “ À fórmula geral do movimento do capital: D-M-D': O capitalista investe dinheiro para produzir mercadorias com o único objetivo de obter mais dinheiro do que investiu - a mercadoria produzida só se realiza quando pode ser convertida em (mais) dinheiro. A crise, imediatamente, é a interrupção desse movimento: a mercadoria produzida não se converte em (mais) dinheiro. O movimento do capital fica suspenso: a reprodução ampliada - isto é, a acumulação - não pode prosseguir”.

Será necessário responder aos impactos causadores da crise de alguma forma que não seja mais com a provisão estatal dos serviços. O principal ataque será na forma de produção fordista-taylorista com a regulação das políticas Keynesianas, responsabilizando o Estado pelos problemas econômicos. O cenário dessa década em diante será de que as garantias sociais públicas serão percebidas como ameaça à economia, ao crescimento do país, além de absorverem a concepção da solidariedade voluntária, precarizando o processo de conquista de direitos, principalmente no caso do Brasil.

2.3 A ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA A CRISE E UMA DAS EXPRESSÕES DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: CHAMADO DE TERCEIRO SETOR

Diante da recessão instalada são necessárias ações para reverter a conjuntura. Conjuntamente com a responsabilização do gasto público para com as demandas sociais o processo produtivo sofre alterações. O padrão taylorista-fordista¹⁰ vigente até então começa a ser substituído por uma forma mais flexível de acumulação, não mais voltada para a padronização das mercadorias e sim visando uma versatilidade. Ocorre a desterritorialização da produção, chamada por Netto e Braz (2011), que unidades de produção são deslocados para outros espaços territoriais possibilitando uma maior exploração do trabalho. Conforme diz Antunes (2000 p. 24):

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados no mundo da produção.

A nova estruturação da produção que expandiu pelo mundo, mais precisamente pela Europa, foi pelo modelo japonês, o toyotismo. O princípio era reduzir os estoques ao produzir apenas o essencial. Com isso, visava-se a maior qualidade em detrimento da maior escala e a diversificação dos produtos. A partir disso, passou-se a exigir que o trabalhador fosse mais qualificado, ativo e capaz de exercer outras funções. A organização em equipe comandada por um líder era importante para não haver perda do tempo e o processo de produção poder ser regulado, supervisionado. Com esse objetivo, foi marcante a inserção de diversas novas tecnologias na fabricação, exigindo do trabalhador a operação de várias máquinas, até simultaneamente. Todos esses novos atributos impostos ao trabalhador eram mensurados por

¹⁰ Considera-se este como a expressão maior da crise, devido a incapacidade de responder à retração do consumo acentuado pelo início do desemprego estrutural, concordando com as ideias de Antunes (2013).

testes de qualidade, o que fazia, também, dessa nova forma de relação de trabalho sacrificante para o ser social. “Além da flexibilidade do aparato produtivo, é preciso também a flexibilização da organização do trabalho” (Antunes, 2000, p. 35). A lógica geral desse sistema é envolvente ao trabalhador, é consensual.

Os elementos destrutivos são acentuados, a lógica da concorrência e competitividade não só acontece entre os participantes do processo produtivo, mas intercapitais, como destaca o autor acima. Por isso, esse modelo oriental de produção causou impactos na ordem globalizada, no que tange às transformações no mundo do trabalho, principalmente.

Antunes (2000) argumenta que houve a diminuição da classe operária industrial, ao passo que aumentou o trabalhador no setor de serviços. O trabalho feminino foi incorporado e ocorreu a exclusão dos mais jovens e dos mais idosos, fazendo parte do processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. A redução do operário fabril é decorrente do quadro recessivo, desemprego estrutural, inserção de novas tecnologias; robótica e microeletrônica, passando a existir a subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculados à economia informal. As consequências práticas disso são para todos a precariedade do emprego e da remuneração, desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes, ausência de proteção sindical seguindo a lógica de regressão dos direitos. O que ocorre é o que Iamamoto (2014, p. 87) expressa “ao mesmo tempo em que se restringem as oportunidades de trabalho, o acesso ao trabalho continua sendo uma condição preliminar de sobrevivência da maioria da população”.

Apesar dessas mudanças nas relações de trabalho, atualmente, serem para todos os países, o processo de incorporação de acumulação flexível não se estabeleceu estritamente daquela forma e no mesmo curso de tempo no Brasil. Como salienta Frederico (2009), durante as décadas de 1970 e 1980 o Brasil viveu um descompasso em relação ao que se passava nos países desenvolvidos, isso devido à condição de capitalismo dependente, herdado desde o período colonial e os processos de revolução burguesa que se estabeleceram.¹¹

Para entender o contexto brasileiro precisa-se saber como estava o cenário brasileiro na década de 1980, que como diz Behring (2003), período que o plano internacional vivenciava a reação burguesa à crise iniciada nos anos 1970. Inicialmente, na entrada dos anos 1980 o país

¹¹ Conforme Florestan Fernandes, falar de revolução burguesa consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações históricas sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata, senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. O que, de fato, ocorreu no Brasil foi uma reforma burguesa parcial e incipiente que não conseguiu levar o país a uma transformação nacional e democrática, apesar de não ter impedido a transformação capitalista, com características peculiares como o capitalismo dependente.

vivenciava a transição dentro de o governo militar do Presidente Ernesto Geisel para o de João Figueiredo. Aquele propôs a abertura política do Brasil e o período foi marcado pela alta da inflação e dívida externa. Já neste, a crise econômica estava instalada, com greves e protestos sociais e o processo político brasileiro estava em transição da repressão para a democracia.

Conforme as considerações de Netto (2011) o Estado que se instalou no Brasil a partir de abril de 1964 pretendia assegurar a acumulação e aprofundar a condição de dependência e exclusão do país, que fora historicamente determinada.

O Estado erguido no pós - 64 tem por funcionalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo esta coordenado com elas. (NETTO, 2011 p. 28).

Ou seja, o Brasil estava condicionado ao crescimento industrial sob as bases de correntes burguesas que manteriam a exclusão política; não permitindo a participação social; e ao traço antinacional, prevalecendo a heteronomia aos investimentos e produtos externos. O objetivo era “racionalizar”, utilizando do termo do autor acima, a economia não apenas pela manutenção do regime, mas para garantir o apoio de grandes grupos internos no processo de acumulação, por meio de medidas centralizadas e concentradas nas mãos dos militares, representantes da burguesia nacional. Netto (2011) denomina esse processo histórico de “modernização conservadora”, pois apesar do crescimento, da garantia da acumulação as bases de dependência da economia brasileira se mantinham e tendiam ao agravamento. O que de fato ocorreu com a crise do petróleo em meados de 1973.

O Brasil perdeu em mais da metade seu maior produto de importação, o petróleo. A opção do governo foi ambiciosa e prevaleceram ações visando o crescimento econômico. Sendo assim, o presidente Ernesto Geisel lançou um plano de investimentos prevendo que os recursos externos iriam financiar as indústrias locais, ou seja, o governo e as empresas brasileiras fizeram empréstimos, endividando-nos. A dívida externa brasileira foi 70% estatal, como afirma Behring (2003).

Netto (2011, p. 41) afirma que essa estratégia “visava à recomposição de um bloco sociopolítico para assegurar a institucionalização duradoura do sistema de relações econômico-sociais e políticas estruturadas a serviço dos monopólios”. A tática pretendia também garantir o comando dos militares, mas com a diminuição, quase escassez de investimentos estrangeiros, visto a dependência brasileira a isso, configurava-se um período de crise econômica no Brasil e da “autocracia burguesa”. Esse comando começava a sofrer ameaças, “a partir das greves do

ABC paulista” (NETTO 2011, p. 41), juntamente com as ações do movimento democrático¹², obrigando os militares a fazer acordos com o povo em meio às medidas repressivas, como a extinção do Ato Institucional Número 5 em 1978.¹³

Em decorrência desse processo e da exaustão brasileira pelo autoritarismo, a partir dos anos 1980 o movimento sindical conseguiu aglutinar muitos trabalhadores, de várias categorias. A partir dessas articulações surgiu o movimento pelas “diretas já”, que exigiam o fim do regime militar com eleições diretas para presidente. O Estado militar se tornava incompatível com o processo de democratização brasileira que estava se instaurando, consoante Netto (2011). Evidentemente, a reação dos militares foi contra a democracia, o que gerou diversos embates, assassinatos, prisões. Sem desistência popular houve reação, e em 1984 ocorreram eleições indiretas¹⁴ para presidente da república e em 1985 o período ditatorial brasileiro encerrou com a posse de José Sarney (vice do vencedor Tancredino Neves, que morreu antes de assumir a presidência). Ele convocou a Assembleia Nacional Constituinte para regulamentar a democracia no Brasil. Com a participação popular na elaboração, a Constituição Federal foi promulgada em 1988 instituindo garantias e direitos fundamentais para proteger a sociedade contra os abusos do Estado e uma série de outros direitos exemplificativos, que seriam efetivados ao longo do tempo a partir de leis regulamentadoras.

Os avanços políticos na conjuntura brasileira poderiam mostrar que o país estava em direção oposta ao processo de reestruturação produtiva mundial, no entanto, esse movimento trouxe para todo o mundo a cultura da crise e a implantação de políticas preconizadoras do crescimento econômico, prevalecendo os interesses privados em detrimento dos direitos sociais, de acordo com as ideias de Freire (1999).

Com o objetivo de afastar o Estado da participação da economia surgem as políticas neoliberais¹⁵ com orientações e condições que se combinam, com a inserção de um

¹² Netto (2011, p.43-44) afirma: “No campo da oposição democrática a hegemonia nunca escapou das mãos de correntes burguesas. Ao longo do processo ditatorial, o fenômeno relevante a ser observado é que, na sua contracorrente, não se engendraram núcleos democráticos sólidos capazes de emergir, na crise da ditadura, com propostas social e politicamente viáveis aptas a transcender os quadros da ordem burguesa” Considera-se necessário destacar isso para perceber que os períodos de embates no Brasil não foram marcados por uma forte articulação popular, o que explica os contornos que a história do país optou, como por aberturas econômicas, privatizações, terceirizações, publicizações.

¹³ A respeito das censuras na época da Ditadura Militar recomenda-se STEPHANOU, A. A. *Censura no regime militar e militarização das artes. Porto Alegre: Edipucrs, 2001*. A intenção é enfatizar que o regime militar marcou a restrição de vários direitos aos brasileiros, inclusive à informação.

¹⁴ Para ocorrer à votação do povo para escolha do presidente da República eram necessárias alterações na constituição, o que não foi aprovado pelo Congresso Nacional.

¹⁵ Falar em políticas neoliberais implica dizer que o papel do Estado não é mais central na condução da economia e das atividades sociais. A partir do cenário de crise do modelo Keynesiano conforme Pereira (2004) as ideias neoliberais lideradas por Friedrich Von Hayek se lançam com a intenção de impor um novo tipo de capitalismo livre de regulação. Para os adeptos a ideia o bem-estar está associado ao mérito, produtividade capitalista e

país na dinâmica do capitalismo contemporâneo. Entre essas incluem-se atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade. Os países têm dificuldades em desenvolver políticas industriais, restringindo-se a tornar os territórios nacionais mais atrativos aos estrangeiros. Os governos convertem-se em ponto de apoio das empresas. Uma das funções econômicas do Estado passou a ser a garantia dessa atratividade, a partir das novas relações entre este e grupos mundiais, nos quais o Estado tem um lugar cada vez mais subordinado e, paradoxalmente, estrutural.

No ano de 1989, na cidade de Washington, ocorreu uma reunião¹⁶ com as instituições financeiras da cidade, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para discutir medidas de ajuste para os países, principalmente os da América Latina, que passavam por dificuldades econômicas. Logicamente, o Brasil era um dos alvos dessas “recomendações” em decorrência da ausência de crescimento e hiperinflação da década de 1980. Esses ajustes preconizavam redução dos gastos públicos, privatização de empresas estatais, desregulamentação das leis trabalhistas, reforma tributária, disciplina fiscal, abertura comercial para investimentos estrangeiros. Eram medidas que atacavam bruscamente os avanços sociais previstos na Constituição Federal brasileira recém promulgada, além de comprometer a regulamentação de vários direitos que precisavam ser determinados, estabelecidas diretrizes, orçamento e formas de gestão para a sua real consolidação.¹⁷ Sendo assim, o país passou e continua a adotar diversas dessas medidas que implicam, diretamente, no atendimento das necessidades básicas da população.

Em consonância com o período do Consenso de Washington foi realizado no Brasil a eleição para presidente da república com o voto popular. Fernando Collor de Mello venceu no segundo turno o candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Durante o mandato aplicou medidas de combate à alta inflação, extinguiu ministérios, demitiu servidores públicos, congelou os preços dos produtos e os salários dos trabalhadores, além de confiscar a poupança. A insatisfação popular contra o presidente era grande e após denúncias de irregularidades Collor

igualdade de oportunidades (mesmo para aqueles que possuem diferentes condições de vida) e com base nessas características que se erguerão (já erguidas) as políticas sociais no Brasil contemporâneo.

¹⁶ Essa reunião ficou conhecida como Consenso de Washington com o objetivo de acelerar o desenvolvimento capitalista da região.

¹⁷ Como foi o caso, por exemplo, de um dos pilares da Seguridade Social, a Assistência Social. Na Constituição Federal foi estabelecido no artigo 203 a prestação da assistência social a quem dela necessitar, independente de contribuição, e foram traçados os objetivos. Porém, esses só começaram a se tornar realidade com a Lei 8742 de 1993 e a efetiva implementação da Política Nacional de Assistência Social em 2004.

renunciou ao mandato em 1992. Entre 1992 e 1995 seu vice, Itamar Franco, assumiu a presidência.¹⁸

Dessa forma, entre os anos 1980 e 1990 no Brasil, se inicia, devido a conjuntura de mundialização do capital, o processo de reestruturação na produção que gerou, e ainda gera, insegurança no mercado de trabalho, renda, na contratação e representação do trabalho. Combinado com o ajuste neoliberal não há a regulamentação dos direitos, há corte dos gastos sociais deixando as pessoas por sua própria sorte e méritos individuais, concordando com o ponto de vista de Behring (2003). Um dos elementos que potencializaram esse processo no Brasil foi o programa de publicização em 1995, de Bresser Pereira¹⁹, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse programa fazia parte de um maior plano de reordenamento administrativo.²⁰ Predominaram ações do governo voltadas para a privatização de serviços estatais e transferências para a iniciativa privada. A publicização se fundamenta pela descentralização dos serviços públicos para organizações da sociedade civil, regidas pelo direito civil privado, mas que poderiam prestar um serviço de cunho social para o restante da sociedade. A justificativa principal era que seria uma maneira da sociedade participar da gestão dos serviços sociais e científicos e do controle social.

Concordando com as ideias de Montaña (2002) a publicização é a dominação ideológica dada à transferência de recursos públicos e de questões públicas de responsabilidade estatal para o chamado “terceiro setor”²¹ (conjunto de entidades públicas não estatais regidas pelo direito civil privado). Essa estratégia é desuniversalizante, contributivista, focalizadora na gestão e prestação de serviços sociais e assistências, o que configura para o mundo do trabalho

¹⁸ Respeitando as particularidades e importâncias para a história do Brasil que este período apresentou a intenção é apenas situar brevemente o período até a chegada do Presidente Fernando Henrique Cardoso, importante para a consolidação das políticas neoliberais no Brasil.

¹⁹ Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira é advogado, administrador de empresas, economista e cientista político. Foi ministro da Fazenda do Brasil durante o governo de José Sarney e ministro da Reforma do Estado no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999).

²⁰ Entende-se esse período também como Contrarreforma do Estado brasileiro, de acordo com os termos de Behring (2003). As linhas gerais segundo ela para o processo de contrarreforma é a reestruturação produtiva e a mundialização do capital e que se situa dentro da reação burguesa conservadora, ou seja, dentro do neoliberalismo em nível mundial. Na particularidade brasileira isso representou uma escolha político econômica conduzida pela classe dominante que expressou o ajuste fiscal, e segundo a autora manteve a condução conservadora do sistema, mas houve a tentativa de modernizar diretamente, na ponta, a configuração do Estado.

²¹ A justificativa do termo terceiro setor entre aspas é com base no autor Carlos Montaña (2002) que descreve esse termo assim, por representar um conceito ideológico, que dentro do seu conceito encobre e desarticula as contradições sociais existentes na realidade. Além disso, perde a dimensão de processualidade histórica por dividir a realidade dialética em 3 segmentos: primeiro; Estado, segundo; mercado e o terceiro; aquele que não possui a função pública de um nem tampouco a de lucratividade do outro, e sim desempenha, por meio de organizações ou ações da sociedade civil, as demandas do projeto neoliberal.

a inexistência de concursos públicos, licitações e controles de garantia de continuidade dos serviços.

Conforme o autor supracitado, o conceito “terceiro setor” foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital e sinaliza uma ligação com os interesses de classe. O termo surgiu como conceito nos Estados Unidos em 1978, por John Rockefeller III, no contexto de associativismo e voluntariado norte americano, onde funcionaria como mediador das políticas públicas. No Brasil a ideia surge por meio da Fundação Roberto Marinho. Aqui cabe ressaltar uma provocação que este autor faz: “Seria, portanto, um exercício de ingenuidade pensar que a origem norte americana do termo e sua relação com instituições ligadas diretamente ao grande capital sejam apenas dados de curiosidade” (Montaño 2002, p.53). A partir disso, ocorreram encontros ibero americanos de Filantropia para difundir o conceito pela América Latina. O III encontro ocorreu no Brasil, no Rio de Janeiro, em 1996 e foi primordial para a difusão do tema no país.

Essas entidades do conhecido “terceiro setor” já existem no Brasil desde meados dos anos 1970. Funcionavam vinculadas aos movimentos sociais como articuladoras e captadoras de recursos para eles, eram coadjuvantes diante do protagonismo dos movimentos sociais, como destaca Montaño (2002). Ele diz: “nesses anos e nas décadas seguintes, não eram as ONGs, mas os movimentos sociais os que lutavam contra uma ditadura” (MONTAÑO 2002, p. 270). Porém, a partir do modelo ideológico neoliberal os movimentos sociais passaram a ser incompatíveis com o sistema e as Organizações Não Governamentais (ONGs) passaram a ocupar o lugar deles. Houve até incentivos internacionais, com destinação de verbas para a consolidação delas. Além disso, a adesão popular foi forte, até por meio de colaborações das pessoas, financeiramente, como voluntárias ou como trabalhadoras daquele “setor”.

O autor supracitado destaca imprecisões no debate atual sobre o surgimento e a concepção da palavra “terceiro setor”. Afirma que se este setor existe para dar respostas às expressões da questão social²² (de forma seletiva) que o estado não pode e o mercado não pretende, deveria ser considerado não como o terceiro, mas sim primeiro. Além disso, não há uma precisão sobre quais entidades compõem esse “setor”, podendo reunir atividades voluntárias ou individuais; organizações formais ou informais; entidades com diversos

²² A compreensão de questão social é a mesma de Yamamoto (2014, p. 27), considerando questão social como o produto das desigualdades da sociedade capitalista e considera-se que o Serviço Social tem nesta a base da especialização do seu trabalho. “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”

interesses; coletividade de trabalhadores e da classe dos capitalistas; cidadãos comuns ou entidades religiosas.

O conceito parece reunir tanto o Green Peace (de defesa ao meio ambiente com táticas radicais) como o Movimento Viva Rio, as Mães da Praça de Maio (luta política pelo esclarecimento e justiça sobre os detidos/desaparecidos na ditadura argentina) como a Fiesp, o Movimento dos Trabalhadores Sem terra (de luta político econômica pela reforma agrária) como a Fundação Roberto Marinho, as Creches Comunitárias (conquistas de moradores) como a caridade individual, o movimento pelas Diretas Já como as atividades “sociais” de um candidato a vereador. (MONTAÑO, 2002, p. 56).

Apesar dessa imprecisão conceitual, há sua aceitação. A relação desse “setor” com o Estado e com as empresas é amigável. Legitima-se dentro da sociedade o espírito do voluntariado, a forma consensual de se relacionar ignorando as contradições de classe e as possibilidades de questionamento da ordem vigente, aceita-se a prestação de serviços sociais de qualquer maneira, mesmo que, ideologicamente, não sendo constitutiva de direito.

2.4 REGULAMENTAÇÕES JURÍDICAS PARA O “TERCEIRO SETOR”: UMA EXPRESSÃO DO PAPEL DO ESTADO

Há um arcabouço de leis que determinam a natureza jurídica e regulamentam a atividade do “Terceiro Setor” em diversas áreas. Montañó (2002) faz referência às principais. Desde 1935, na época do governo de Getúlio Vargas, havia previsão legal no Brasil para aquelas instituições que pretendiam ser declaradas como de utilidade pública, com o interesse de servir desinteressadamente à coletividade, conforme a Lei nº 91, de 28 de agosto desse ano. Nessa época existiam entidades ligadas ao Estado e à Igreja Católica, como o Departamento de Assistência Social em São Paulo, com o objetivo de prestar serviços ao povo.

Em 1998 surge a Lei nº 9608, em 18 de fevereiro, que dispõe sobre o serviço voluntário, considerando-o como atividade não remunerada e, conforme o Artigo 1º, parágrafo único, dessa lei, não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim. No mesmo ano a lei nº 9637, de 15 de maio, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organização Social (OS), e ainda regulamenta o Programa Nacional de Publicização. Montañó (2002, p.203) “A lei, articulada pelo ex-Ministro Bresser Pereira, promove uma verdadeira transferência de atividades estatais para o setor privado”. A definição de Organizações Sociais (OS) pode ser descrita como sendo entes privados, instituídos pela vontade dos particulares, que após a devida qualificação, mediante contrato de gestão, podem receber vantagens como recursos orçamentários, isenções fiscais e bens públicos. As áreas de atuação são de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde. Em 23 de março de 1999 foi

instituída a lei nº 9790 que dispõe sobre a qualificação de instituições privadas sobre a forma de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Definem-se, como da mesma forma que as OS, como entes privados, instituídos pela vontade dos particulares, que após a devida qualificação, por meio de termo de parceria, podem receber benefícios como recursos orçamentários. As áreas de atuação são mais amplas que as OS e envolvem, além delas, a promoção da assistência social, cultura, segurança alimentar, combate à pobreza, ética, o voluntariado, instituições religiosas, escolas privadas dedicadas ao ensino formal, cooperativas, sindicatos, associações de classe.

As duas formas de qualificação são expressões do programa de publicização e artimanhas de privatização. Existem algumas diferenças jurídicas entre as duas, que não são tão relevantes porque em geral exercem a mesma função ideológica. Behring (2011) define que as Organizações Sociais celebram contrato de gestão com o Poder Executivo para assegurar dotação orçamentária. A administração pública pode não qualificar uma entidade como OS, mesmo ela preenchendo os requisitos, pois é um ato discricionário. Mas, já nas OSCIP a concessão da qualificação é um ato vinculado, obrigatório da administração. Nos dois casos, as entidades precisam fazer o requerimento junto aos entes responsáveis para receberem a qualificação.

A diferença jurídica mais relevante para concessão da qualificação, mas que na prática funcionam como forma de desresponsabilização estatal e privatização dos serviços públicos é a distinção entre termo de parceria e contrato de gestão. O primeiro, é o vínculo estabelecido entre o Estado e as OSCIP, decorrente da transferência de recursos públicos para a entidade. O segundo, é relação administrativa, por meio de contratos estabelecida entre o Estado e as OS, que da mesma forma há a destinação de recursos públicos para a entidade, sem processo licitatório (regras ditadas pela Lei 8666/1993). Montaña (2002) destaca que as duas formas são privatizações das funções do Estado.

Há previsão constitucional, segundo o artigo 150, inciso VI, alínea C, que veda à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios instituir impostos sobre: “Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei” (BRASIL, 1988). Destaca-se a partir da palavra instituições sendo estas isentas da contribuição à Seguridade Social, conforme o artigo 194, parágrafo 7º da Carta Magna, que diz: “são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”. (BRASIL, 1998).

Parece coerente essas entidades se beneficiarem com a isenção de muitos impostos, principalmente os destinados à seguridade social, por estarem prestando um serviço dessa instância. No entanto, pode-se dizer que se igualam ao Estado e se tornam responsáveis por garantir os direitos daqueles que necessitam, como no caso da Assistência Social. Conforme diz Montaño (2002), o verdadeiro criador dos recursos é o cidadão, visto que essas isenções provêm de impostos sociais e portanto a responsabilidade de dar respostas as demandas sociais continua sendo da sociedade.

Porém, existe a figura Estatal na observância da prestação de serviços. Está presente como regulador, fiscalizador, exercendo a função de detentor do poder e desresponsabilizando-se da execução direta de ações garantidoras de direitos e legitima o âmbito privado para isso. O “terceiro setor” assume o papel tanto de limitador do poder do Estado, definido pelo próprio, quanto de substituto de suas funções, sendo um mecanismo que contribuiu para a sustentação da hegemonia neoliberal.

Montaño (2002) aponta para a debilidade do caráter “não governamental”, “autogovernado” e “não lucrativo” das instituições. A partir da relação de parceria revela-se uma preferência estatal sobre qual entidade que receberá financiamento e a preferência sobre qual prestará tais serviços, revelando uma falta de autonomia delas se não se submeterem às condições impostas pelo Estado. O mais grave é que se aquela entidade não cumprir os requisitos legais o atendimento à população, independente de qual for, deixará de ser prestado, pois o Estado muitas vezes não assumirá a responsabilidade pública pelo atendimento. Além disso, essas parcerias são para custear os gastos operacionais das entidades, principalmente com mão de obra, quase não chegando aos beneficiários finais, revelando que há um caráter lucrativo mesmo que indireto.

Além das leis citadas acima há a Lei 12101/2009 regulamentada pelo Decreto nº 8242 de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre os procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social. Serão certificadas como entidades beneficentes dessa política aquelas que tiverem os serviços prestados nas áreas de saúde, educação e assistência social e observarem os princípios da universalidade do atendimento. Haverá a concessão ou renovação do certificado se a entidade demonstrar, entre outros requisitos²³, relatório de atividades desempenhadas no

²³ Conforme o artigo 3º do decreto nº 8242 de maio de 2014: “ A certificação ou sua renovação será concedida à entidade que demonstre, no exercício fiscal anterior ao do requerimento, o cumprimento do disposto nos Capítulos I a IV deste Título, isolada ou cumulativamente, conforme sua área de atuação” No capítulo II a lei mostra as particularidades para a certificação das entidades de saúde, no III para as de Educação e no IV para as de Assistência Social.

período anterior ao requerimento com informações sobre o público atendido e os recursos envolvidos, que a entidade funcionava regularmente há, pelo menos, doze meses, antes do requerimento. Os Ministérios da Saúde, Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome são os responsáveis por zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos necessários para a certificação, podendo, a qualquer tempo, determinar a apresentação de documentos, a realização de auditorias ou o cumprimento de diligências, conforme o artigo 15 do decreto citado acima.

Atualmente, ao se falar em “terceiro setor” o tema que perpassa a cabeça das pessoas é principalmente a questão da captação dos recursos. Tem ocorrido pelo Brasil eventos²⁴ para a legitimação e capacitação de profissionais através de cursos e palestras para desenvolverem habilidades além da busca constante por novos doadores ou voluntários que possam produzir algum produto artístico para gerar renda para entidade. Tornou-se uma ferramenta importante para o empresário e um novo espaço de trabalho para outros.

Há modalidades de cooperação e financiamento que o Estado desenvolve com as organizações, conforme Montañó (2002) são Auxílios e contribuições, Subvenções sociais, Convênios, acordos ou ajuste, Contratos de gestão, Termos de parceria e isenção de impostos. Como forma de aumentar a fiscalização e transparência de aplicação dos recursos foi sancionada recentemente a Lei 13019, de 31 de julho de 2014, estabelecendo o regime jurídico das parcerias voluntárias ficando conhecida como o marco regulatório do “Terceiro Setor”.

A lei atesta a desresponsabilização do Estado, em todas as esferas, diante das expressões da questão social, revestido de ente público preocupado com a continuidade da prestação dos serviços dessas entidades, querendo evitar o desvio de verbas, a corrupção, garantindo a transparência. Basicamente, essa lei institui o chamamento público para selecionar organização da sociedade civil, com vistas a garantir os princípios da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e probidade. Institui diversos outros documentos jurídicos para essa operacionalização, como o termo de fomento colaboração. Estabelece as condições para as entidades poderem participar, restringindo para aquelas que possuam, no mínimo, 3 anos de existência com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, por exemplo. Para a formalização das parcerias será necessário a descrição do objeto de ação das entidades, a obrigação que será estabelecida entre ela e o ente federativo

²⁴ Conforme o sitio eletrônico www.escolaaberta3setor.org.br. é possível perceber a oferta de cursos de especialização para os profissionais da área, sobre gestão do “terceiro setor”, provando que o trabalho nesse “setor” está crescente e ainda que é um segmento que precisa de financiamento, controle, administração para conseguir se manter.

assim como o cronograma, detalhado do valor total do repasse da verba, com obrigatoriedade de prestação de contas e estimativa financeira da forma como serão aplicados os recursos e a previsão de desembolso por parte da instituição. Na prática, uma das situações que podem acontecer é que cada vez mais haverá uma limitação do número de pessoas que aquela entidade poderá atender, ou seja, aumentará a seletividade e a focalização. Montañó (2002) diz que o conceito de “terceiro setor” antes confunde do que esclarece, e não há consensos conceituais a respeito da origem, composição e características do termo.

Outra novidade na legislação sobre “esse setor” foi a Lei nº 13151, de julho de 2015, que faz alteração em artigos de algumas das leis anteriormente citadas (12101/2009, 9532/1997, 91/1935) e no Código Civil. Em geral, esta nova lei atribui maiores responsabilidades ao Ministério Público e permite a remuneração dos dirigentes que atuem na gestão executiva das entidades sem fins lucrativos.

Para operacionalizar os serviços dentro desse “setor” não é suficiente a presença de voluntários, apesar de eles estarem presentes no quadro de pessoal das instituições e nem somente os dirigentes conseguem realizar o trabalho proposto. Diante do processo de reestruturação produtiva, do cenário de hiperinflação brasileiro, inseguranças no mercado de trabalho devido à falta de investimentos externos, por exemplo, a expansão do “terceiro setor”²⁵ aparece como uma possível alternativa para o desemprego, o que é apropriado pelo capital para diminuir as insatisfações e os conflitos. Por esse motivo, também, que crescem o ramo de atuação dessas instituições e a quantidade delas pelo mundo/Brasil.

Montañó (2002) cita em nota de rodapé o sitio eletrônico²⁶ de pesquisa sobre a quantidade e classificação das organizações não governamentais por cidade, independente de instituição de contrato de gestão ou termo de parceria com o poder público. As organizações não governamentais (ONGs) estão classificadas²⁷ por tipos e subtipos. Os tipos são: Cultura, Educação e Pesquisa, Saúde, Meio Ambiente, Habitação, Desenvolvimento e Defesa de

²⁵ Montañó (2002, p. 224) explica o processo de expansão desse “setor” na década de 1990. “É a partir de dois mecanismos que as ONGs se expandiram na década passada: primeiro, pela mudança de orientação dos doadores internacionais de não mais destinarem recursos diretamente aos movimentos sociais e populares, mas agora às ONGs (ora diretamente, ora indiretamente por via de recursos dirigidos aos governos); em segundo lugar, dada a criação de um vasto número de ONGs cujo objetivo central, senão único, é a própria captação desses recursos (fundraising) e a geração de (auto)- emprego.”

²⁶ Montañó (2002, p. 204) na seguinte frase diz “É alterada a Medida Provisória nº2123-29, de 23 de fevereiro de 2011 (Cf: [www. Rits.org.br](http://www.Rits.org.br)).” Esse sitio que ele referenciou ao final, ao ser direcionado para o navegador da internet remete-se ao www.ongsbrasil.com.br, conhecido como Rede de Informações para o Terceiro Setor.

²⁷ Esse sitio não se preocupa com as características jurídicas das instituições. Classifica todos como sendo Organizações Não Governamentais, até mesmo aquelas que se denominam como Organizações da sociedade civil de Interesse Público ou até qualquer tipo de organização entre as pessoas por algum interesse comum, como por exemplo, a Associação dos Ostimizados, de Moradores, e Conferencia de Religiosos e Bispos.

Direitos, Assistência Social e outras. Dentro das ONGs de Assistência Social, que é o foco de análise, há a divisão em três tópicos com subtópicos.

O primeiro tópico chama-se ONGs de Assistência Social- Defesa social e Institucional, que se divide em ONGs de Defesa dos Direitos Socioassistenciais, com 58 entidades no Distrito Federal, e ONGs de Garantia do acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais com 26 entidades. No entanto, percebe-se um problema nessa divisão, pois há instituições em comuns em cada uma dos subtópicos e muitas o telefone para contato está desatualizado.

O segundo tópico chama-se ONGs de Assistência Social- Proteção Social e divide-se em: ONGs de amparo aos Idosos, amparo em situação de Crise Social, a Crianças e Adolescentes, à Maternidade, amparo Social com Moradia, auxílio à Renda e Sustento, Ajuda e Prevenção de Desastres e Emergências, Geração de Renda Familiar, Promoção Humana e Social, Proteção à Família, Serviços e Prevenção e Reabilitação para Dependentes Químicos. Nessa classificação, em âmbito Distrital só encontram entidades em 4 dos subtópicos: 7 ONGs de amparo em situação de Crise Social, como o Centro Espirita Irmão Áureo; 5 ONGs de Controle, Ajuda e Prevenção de desastres e emergências, como a Organização Verde Brasil; 103 ONGs de Promoção Humana e Social, como a CERENVIDA- Centro de Recuperação Nova Vida; 29 ONGs de Proteção à Família, como a Federação Espirita Brasileira. Aqui, ocorre o mesmo problema das citadas anteriormente, muitas o contato telefônico está desatualizado e se repetem as mesmas instituições entre os subtópicos. A CERENVIDA é um exemplo que se repetiu no âmbito de ONGs defesa dos Direitos Socioassistencias e na ONGs de Promoção Humana e Social. Essa falha na organização das instituições é um fator que evidencia a imprecisão do que são as entidades do “Terceiro Setor”, partindo do entendimento do autor Montañó (2002) que afirma não haver consensos sobre a origem, composição e características desse termo.

O último tópico são as ONGs de Assistência Social- Vigilância Social, subdividida em ONGs de Pesquisas Sociais que não encontra nenhum resultado no âmbito do Distrito Federal.

As legislações Brasileiras posteriores à Constituição Federal de 1988, diante da conjuntura da década de 1990 preconizaram os serviços dessas entidades, conforme mencionado. Porém, ainda existem as leis nº 8080 que diz que as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS). E a lei

nº 8742²⁸, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e legitima as organizações de assistência social sem fins lucrativos a prestarem o atendimento e assessoramento aos benefícios abrangidos pela lei, como por exemplo, a promoção da integração ao mercado de trabalho e a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência.

Diante dessa evolução e do reordenamento Estatal, percebe-se uma inserção do trabalho de assistentes sociais nessas instituições, por serem profissionais habilitados em políticas sociais, principalmente as de Seguridade Social. Preocupa-se com os rebatimentos contraditórios que essa ação pode ter, pois apesar dessa lógica neoliberal os serviços sociais e assistenciais possuem uma função que não pode ser mensurada financeiramente, nem de acordo com critérios gerenciais, como destaca Montaño (2002). Conforme afirma Antunes (2013, p. 112) “tem ocorrido também uma expansão do trabalho denominado terceiro setor” visto que ele é consequência da crise do capitalismo e o assumem como forma alternativa de ocupação. O trabalho voluntário, o perfil comunitário das empresas abordando atividades assistenciais é predominante e atuam à margem do mercado.

A pesquisa do Conselho Federal de Serviço Social sobre o perfil profissional de 2004 indica a atuação de assistentes sociais nesse espaço ocupacional.

Com base em dados em 2004, constata que, no nível nacional, 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, das quais 40,97% atuam no âmbito municipal, 24%, estaduais e 13,19%, federais. Assim, assistente social no Brasil é majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras. O segundo maior empregador são empresas privadas com 13,19% (o mesmo índice que as instituições federais), seguido do “terceiro setor”, com 6,81% (englobando Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações, Cooperativas, entre outras que viabilizam a chamada “responsabilidade social”). (IAMAMOTO, 2009, p. 335).

Apesar de parecer numericamente pouco (6,81%) é fundamental compreender que assistentes sociais estão atuando nesse campo pela crescente desresponsabilização estatal frente às sequelas da questão social e que esse número, atualmente, já deve ter aumentado por causa dos rebatimentos da reestruturação capitalista. Portanto, esse setor pode aparecer como alternativa legítima de trabalho para assistentes sociais, que ao se graduarem no curso de serviço social se deparam com a retração atual do mercado industrial, do setor de serviços, a falta de investimentos estatais em políticas públicas, diminuição de concursos públicos, a lógica destrutiva e concorrencial do capitalismo.

²⁸ Que sofreu alteração, nesse quesito, pela lei nº 12101, de 27 de novembro de 2009 e pelo Decreto, recente, nº 8242 de 23 de maio de 2014, citados anteriormente

No entanto, ao concordar com Antunes (2013) e Montaño (2002), respectivamente, “o terceiro setor não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital” Antunes (2013 p. 113) e o profissional tende a sofrer transformações na sua demanda de trabalho, seja na modalidade de intervenção, vínculo empregatício, segundo Montaño (2002). Vale ressaltar que não há transferência da atuação profissional do estado para o “terceiro setor”, mas uma usurpação neoliberal pelas políticas sociais, que baliza a ação profissional, mas que estão sob o âmbito estatal, que problematizam a atuação profissional em diferentes campos de atuação.

No âmbito do Distrito Federal, como já destacado, há uma série de instituições do “terceiro setor” que trabalham na prestação de serviços de caráter assistencial, sendo de fundamental importância a presença de assistentes sociais nelas, visto que é de atribuição deles atuar em matéria de Serviço Social.²⁹

A partir das alterações nas relações de trabalho no Brasil emergente na década de 2000 pode-se fazer relações com os processos de intensidade do trabalho, o que foi percebido na atuação de assistentes sociais no “terceiro setor”, umas das expressões do processo de reestruturação produtiva, considerando que o objetivo da presente pesquisa foi caracterizar e analisar o trabalho dos/as assistentes sociais inseridos/as nas instituições do “Terceiro Setor”.

Com base em Del Rosso (2008, p. 23), podem-se fazer algumas considerações, “Chamamos de intensificação os processos de quaisquer naturezas que resultam em maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados”.

Nesse sentido, alguns dados da pesquisa realizada pela autora mostraram que os itens referentes à atender demandas mediante escassez; cortes orçamentários; e recursos físicos, materiais e financeiros insuficientes, foram os mais apontados como as maiores dificuldades e limitações do cotidiano do trabalho profissional³⁰, enxerga-se que essa trabalhadora está assumindo um maior esforço para poder realizar sua função, um dos elementos da intensificação. Tanto que para superar as dificuldades, conforme o gráfico 7 apresentado mais à frente, do trabalho profissional na instituição 80% responderam que precisam aprofundar os conhecimentos acerca do cotidiano de trabalho, o que significa dizer que podem estar sendo pensadas estratégias para reorganizar as atividades de trabalho, podendo ser um indicativo para intensificação. A maioria destacou que há novas demandas colocadas para o Serviço Social pela

²⁹ Conforme o Artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistentes Sociais, Lei Nº 8662 de 1993.

³⁰ Ver apêndice A- Gráfico 6

Instituição. Dentre elas está sendo exigido, segundo 56%, das entrevistadas, que promovam a captação de recursos para programas, projetos e serviços, revelando a busca de resultados diante da falta de recursos e a atribuições a elas de funções gerenciais.³¹ Em 85% dos casos está havendo a troca de experiências com outros profissionais, com a equipe interdisciplinar, mostrando que os processos de intensificação se associam com os processos de cooperação com os outros trabalhadores³².

Outro dado expressivo da intensificação é que foram exigidas, como novas demandas das instituições em geral, mudanças no agir profissional, maior agilidade, flexibilidade e resolutividade das profissionais em 67% dos casos, confirmando os processos de intensificação do trabalho no cenário atual, pois conforme Del Rosso (2008, p. 21) “quanto maior é a intensidade, mais trabalho é produzido no mesmo período de tempo considerado” e com isso pode-se identificar possíveis mudanças na organização do trabalho dessas profissionais.

Com base no entendimento geral sobre a categoria trabalho e a regulamentação estatal para o Terceiro Setor é necessário compreender o Serviço Social como profissão, a fim de analisar de forma mais precisa a inserção da categoria profissional no campo de atuação em questão.

³¹ Ver apêndice A- Gráfico 9

³² Ver apêndice A- Gráfico 10

3 O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: AS CONDIÇÕES CONTEMPORÂNEAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1 ANÁLISE HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO

A partir dos fundamentos de Iamamoto e Carvalho (2014) entende-se que a profissão de Serviço Social está inserida na dinâmica dos significados que as relações sociais expressam. Tais relações são formadas pelo processo de produção capitalista e determinam as necessidades sociais, demandando atuações qualificadas desse profissional, mas que precisam convergir com os princípios dessa sociedade, como meritocracia, racionalidade, eficiência, efetividade. O processo embrionário para o desenvolvimento do serviço social enquanto profissão é a expansão urbana e a evolução capitalista industrial. Portanto, como afirmam os autores supracitados “o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho.” (IAMAMOTO e CARVALHO 2014, p. 83).

Diante da prerrogativa do capitalismo de produzir bens e riquezas, mas nem todos poderem acessá-las de forma igualitária configura-se a necessidade estatal de regulação e intervenção diante das relações sociais. Esse cenário capitalista é formado pelo desenvolvimento da classe operária e sua inserção no panorama social, a partir da apropriação privada da atividade humana originando a Questão Social, como forma de consolidação do modo de produção capitalista. Como dizem os mesmos autores “é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.” (IAMAMOTO e CARVALHO 2014, p. 84). O Estado começa a inserir as condições de vida e trabalho dos trabalhadores³³ na sua agenda de formulação de políticas sociais. Dessa forma, o Serviço Social³⁴ no Brasil se afirma como profissão, estritamente, integrado ao setor público, como afirmam os autores, há uma vinculação, mesmo que não tão expressiva, com organizações privadas e empresas dedicadas a atividades produtivas e à prestação de serviços sociais. O profissional se vincula a elas como assalariado dos serviços que elas propõem e trabalham com a questão social nas mais variadas

³³ Concordando com a argumentação de Iamamoto e Carvalho (2014): “Ao referir-se à classe trabalhadora, engloba-se aí tanto a parcela dessa classe diretamente inserida no mercado de trabalho como aquela excedente para as necessidades médias de exploração do capital: o exército industrial de reserva. Este segmento de trabalhadores, não podendo sobreviver principalmente de salário, enquanto está socialmente impossibilitado de produzi-lo, passa a depender da renda de todas as classes.” p. 84

³⁴ Destaca-se o debate teórico dentro da categoria, não somente brasileira, acerca do entendimento se o serviço social é ou não trabalho. Portanto, considera-se aqui as reflexões de Iamamoto (2008) e (2014) além das Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Serviço Social, aprovadas pela ABEPSS em 1996, sendo o serviço social a especialização do trabalho, a qual a prática se baseia em processos de trabalho a partir da matéria da questão social e suas diversas expressões.

expressões, e conforme destaca Iamamoto (2014, p. 28) sobre a relação da matéria prima da profissão em seus diversos espaços de trabalho:

[...] Questão Social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam desigualdades e a elas resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Desde os primórdios a atuação profissional está vinculada às iniciativas de ação social da Igreja Católica. O profissional, principalmente sua parcela feminina, assume o caráter missionário de contenção das disfunções sociais perante a classe subalterna. Sucessivamente, o Estado incentiva a qualificação dessa prática e passa a requisitar assistentes sociais para responder aos interesses dele diante dos trabalhadores, ou seja, as demandas iniciais do profissional não são diretamente daqueles que precisam dos serviços e sim daquele que o contratou, aqui no caso o Estado. Como afirmam Iamamoto e Carvalho (2014) é o caráter impositivo que marca grande parte da atuação do profissional.

Durante a História do Brasil, no período da República Velha (1889-1930), a Igreja era separada do Estado. Com o fim desse período³⁵ a ação da Igreja foi para reconquistar seus privilégios e voltar a se legitimar nas áreas de influência do Estado, o que favoreceu o segmento conservador da sociedade e a atuação do movimento católico seguiu direcionada para o controle das classes. Como cita Iamamoto e Carvalho (2014) a intenção era de enquadramento, responsabilização dos sujeitos diante de sua condição social onde o parâmetro assistencial era da caridade, a partir de preceitos católicos que as assistentes sociais estavam incorporando na sua prática. Como a visão humanista, a noção de bem comum e como sendo as assistentes sociais divulgadoras desses valores para a solução das disfunções sociais, consideradas como base nesses parâmetros.

O missionarismo doutrinário, que começa a atuar através e tendo por base o equipamento assistencial desenvolvido pela igreja e pela filantropia, não se caracteriza apenas como uma forma nova de caridade. Mas, principalmente, como uma forma de intervenção ideológica, que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas (IAMAMOTO e CARVALHO 2014, p. 227).

Havia a necessidade de formação técnica especializada para a prestação da assistência, com base no controle social da força de trabalho. Surgiu em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) com o objetivo de formar as pessoas com base na

³⁵ A partir do rompimento da política do café com leite, entre o estado de São Paulo e Minas Gerais o cenário internacional estava marcado pela crise da quebra da Bolsa de Nova York, que fez as exportações brasileiras do café para os Estados Unidos caírem.

doutrina da Igreja Católica para tornar eficientes as ações diante dos problemas sociais. Como destaca os autores acima citados, a intenção dessa ação social era de intervir junto ao trabalhador para afastá-lo de influências “subversivas”.

O CEAS passa a atuar juntamente com o Estado no desenvolvimento de alguns serviços e impulsiona iniciativas estatais, como foi o caso do Departamento de Assistência Social de São Paulo em 1935, com a competência, em geral, de supervisionar o serviço de assistência e proteção social e fazer acordos com as instituições particulares de caridade. A partir disso pode-se concluir que o trabalho do serviço social nas instituições de assistência social³⁶ surge ligado tanto aos segmentos privados quanto públicos, ou seja, a igreja e ao Estado. Essa conclusão pode ser fundamentada com afirmação:

O governo procurará, portando, subordinar a seu programa de ação as iniciativas particulares- dividindo áreas de atuação e subvencionando as instituições coordenadas pela Igreja- ao mesmo tempo em que adota as técnicas e a formação técnica especializada desenvolvidas a partir daquelas instituições particulares. Assim, a demanda por essa formação técnica especializada crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão legitimada dentro da divisão-social e técnica do trabalho. (IAMAMOTO e CARVALHO 2014, p. 186).

Em 1936 o CEAS funda a primeira Escola de Serviço Social, não somente por uma busca das ações da igreja Católica, pois já havia o interesse do Estado. Não era uma intenção neutra, mas útil para a gestão estatal diante da Questão Social. Uma vez que, essa formação não pretendia questionar nem abalar a estrutura econômica política, por ser baseada na doutrina social da Igreja.

Com isso, o surgimento do Serviço Social, no que tange a sua ideologia, se estrutura no interior da Igreja Católica, que monopoliza por um longo período a formação, especialização das profissionais. A institucionalização da profissão está relacionada com o processo de ação política e social da igreja, no plano ideológico e político. Esta posição fornece para a estrutura profissional elementos relacionados com a espiritualidade, porém, como destaca Iamamoto e Carvalho (2014) o Serviço Social não pode ser visto apenas a partir do prisma assistencial e caridoso da ideologia e prática católica. O foco da atuação era libertar o povo da influência socialista aproximando-os do comunitarismo ético cristão, conforme denomina os autores supracitados. Essas características representaram uma posição profissional conservadora, pautadas pela ação doutrinária e autoritária, validando as relações atuais existentes.

³⁶ Vale ressaltar que ainda não se pode falar precisamente em Assistência Social como uma Política fundamentada, mas fala-se de ações e serviços de caráter assistencial. Não está havendo a negação do processo de institucionalização do Serviço Social, apenas chamando à atenção para a ocorrência de ações de cunho privado, a partir de interesses humanistas, no atendimento às necessidades sociais.

Relacionado intrinsecamente com o grupo católico, o Serviço Social carregou as características desse núcleo formado em sua maioria por mulheres ligadas ao sistema de ensino e obras sociais mantidos pela igreja. Como escrevem os autores acima: “O Serviço Social se caracteriza, assim, por um movimento ao qual se dedicam mulheres de famílias abastadas, reunidas a partir de seu relacionamento e militância no meio católico.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 229).

Percebe-se que ser participante da religião católica não está mais condicionada atuação de assistentes sociais, pois a pesquisa em questão revelou que existem profissionais que se declaram sem religião e dentre aquelas que dizem possuir aparecem outras além da historicamente predominante. A referida pesquisa realizada mostra que 15% declararam-se sem religião³⁷, o que para a época seria inadmissível, ou até mesmo uma profissão inacessível. Das 85% que possuem religião, 50% são católicas e a outra metade se divide entre: Protestante, Umbanda, Espirita Kardecista e aquelas que se disseram simplesmente cristãs e também as que não responderam a que religião fazem parte.

E a prática dessas mulheres foi marcada pelo reforço de qualidades comportamentais ditas como naturais femininas, como por exemplo, a sensibilidade, simpatia, mansidão, capacidade de devoção e amor ao próximo, prestatividade diante das disfunções sociais, o que deixou marcado, atualmente, como atributos necessários para aquelas que pretendem graduarem-se em Serviço Social. Essa marca feminina na profissão pode ser ilustrada, também, a partir dos resultados da pesquisa realizada, que revela que 90% das assistentes sociais são mulheres³⁸, que atualmente atuam no espaço “terceiro setor” do Distrito Federal. O resultado não se distancia da tendência história da profissão, sendo que a categoria das (os) assistentes sociais ainda é predominantemente feminina, sendo a região Sudeste e Sul as com maiores percentuais masculinos, 7% e 1% respectivamente, conforme as conclusões da pesquisa Assistentes Sociais no Brasil do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), (2005).

Portanto, a formação inicial foi marcada por base científica; noções filosóficas neotomistas; técnica, baseada na prática como forma de combater as mazelas sociais; moral, baseada nos princípios cristãos; e doutrinária, fazendo dos princípios profissionais os mesmo de vida das assistentes sociais católicas.

A partir de 1937 o Brasil vivenciou um período de crescimento urbano devido ao processo de industrialização. A partir da ampliação da população urbana e do modelo corporativista instalado se faz necessário reconhecer a cidadania do proletariado, para

³⁷ Ver apêndice A- Gráfico 11

³⁸ Ver apêndice A- Gráfico 12

manutenção da paz social do Estado. Apesar da Constituição Federal daquele período ter sido outorgada e com um viés autoritário, incorpora reivindicações históricas dos trabalhadores, no entanto, acelera a subordinação do trabalho ao capital e traz a noção fetichizada de direitos, como argumentou Iamamoto e Carvalho (2014). Para legitimar esse processo contraditório, de reconhecimento de cidadania, mesmo que por meio do controle burocrático, e de autoritarismo surgiram instituições, em diversos momentos, para consolidar o desenvolvimento econômico brasileiro de forma a garantir a exploração capitalista.

Os autores supracitados caracterizam essas instituições como sendo propiciadoras de benefícios assistenciais indiretos ao exército ativo de trabalho, assim como para aqueles que estão inaptos momentaneamente ao trabalho, como acidentados e viúvas. O Serviço Social se incorpora às instituições no contexto da segunda Guerra Mundial, a partir da Lei Brasileira de Assistência (LBA), que atuou na promoção de condições para os soldados e suas famílias, além de participar de campanhas de cunho nacional para a superação das consequências da Guerra. Funcionou como a primeira grande instituição de assistência social de cunho Nacional. A atuação profissional institucional foi no sentido de recuperar e forjar o conteúdo mais profundo das lutas do proletariado por melhores condições de existência, por meio dos benefícios indiretos, possibilitando a conservação e recuperação da capacidade de trabalho, conforme relatam Iamamoto e Carvalho (2014).

A partir dessa inserção institucional inicia-se o processo de transposição da origem da profissão e a figura do Estado como instância controladora. Em 1957, o presidente Juscelino Kubitschek, edita a Lei nº 3252 regulamentando o exercício profissional.

O Serviço Social deixa de ser uma forma de intervenção política de determinadas frações de classes, a qual se baseia no assistencial e é implementada- por intermédio da Igreja- pelos segmentos femininos destas mesmas frações de classes, para ser uma atividade institucionalidade e legitimada pelo Estado e pelo conjunto do bloco dominante. (IAMAMOTO E CARVALHO 2014, p. 327).

No entanto, continua sendo uma atividade desempenhada a partir dos princípios originais, as bases positivistas e neotomistas não desaparecem imediatamente. Os princípios de Santo Tomás de Aquino são predominantes até meados dos anos 1960 legitimado pelos códigos de ética de 1947, 1965 e em certa medida até pelo de 1975, mas isso não significa que essas práticas estejam hoje totalmente erradicadas da atuação profissional, que conforme argumenta Mione (2007, p. 114), “não é tarefa fácil para uma categoria profissional realizar mudanças no seu código de ética (não pelo menos sem traumas)”. O foco de atuação permanecia sendo os fatos imediatos, objetivando a conciliação das classes, sem buscar a causalidade dos fenômenos, atribuindo-lhe uma a- historicidade, que de acordo com a autora supracitada, a direção social

hegemônica era neotomista nos documentos de 1947 e 1965 e no de 1975 passou a ser uma combinação do neotomismo com o funcionalismo.

Essa inserção institucional e a regulamentação legal da profissão acarretam a condição de trabalhador assalariado, sendo o Estado o principal determinador das ações, mesmo que de forma indireta. Assistentes Sociais passam a vender sua força de trabalho, da mesma forma que se vende mercadorias, pois por se configurar como profissão assalariada o elemento salário decorre da atividade exercida da força de trabalho, que conforme diz Iamamoto (2008) essa força de trabalho contém as contradições típicas de toda mercadoria entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Porém, essa interpretação não fazia parte das conclusões da época pela ausência de um arcabouço eficiente de interpretação da realidade.

A continuidade da história do Serviço Social está intimamente relacionada com a História da América Latina e do Brasil. No contexto da ditadura militar, em meados dos anos 1960, a profissão passou a experimentar um processo de renovação que modificou, substantivamente, o chamado serviço social originado nas bases do bloco católico, conhecido como serviço social tradicional, nas práticas e nas concepções profissionais. É importante destacar que dentro do universo da pesquisa percebe-se que 10% das entrevistadas vivenciaram esse momento de renovação profissional de alguma forma, provavelmente como estudantes, pois 10% delas, atualmente, possuem 60 anos ou mais, e uma delas concluiu a graduação antes de 1982 e 10% entre 1983 a 1990.³⁹

Conforme Netto (2011) diante do quadro de subdesenvolvimento da América Latina, a profissão precisava pensar sobre a adequação e legitimidade dos procedimentos profissionais, ou seja, repensar as condições do Serviço Social “tradicional” de representar as demandas sociais, tendo em vista a emergência de novos atores em decorrência do pós-guerra. “Aliança para o Progresso -, ao mover-se assim, os assistentes sociais latino americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão” (NETTO 2011, p. 146). A partir desse processo de “reconceptualização” que a profissão se aproximará da tradição marxista e promoverá uma unidade profissional diante das particularidades da América Latina. No entanto, não foi de forma hegemônica entre os assistentes sociais que esse momento se configurou, nos termos de Netto (2011), uns investiam no “aggiornamento” do Serviço Social, outros projetavam uma “ruptura” com um passado.

Pode-se perceber essa tensão a partir da particularidade brasileira. Foi durante o período de crise da Ditadura Militar brasileira que se lança o processo de renovação da

³⁹ Ver apêndice A- Gráfico 13

profissão, sendo de fundamental importância lembrar o período como antinacional e antidemocrático, que, concordando com Netto (2011, p. 29) prejudicava o protagonismo das classes diante dos mecanismos de organização, mobilização e representação e pode ser caracterizado como modernização conservadora, diante de um quadro político centralizado e ações focadas no processo de produção e acumulação. Portanto, é relevante uma mudança na configuração profissional diante do quadro político reacionário.

O movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil envolveu, predominantemente, três distintos momentos: A perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Durante as três conjunturas houve a presença do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), que foi responsável pela sessão de “seminários de teorização” do Serviço Social. No primeiro momento, que cobre a segunda metade dos anos sessenta, os seminários na cidade de Araxá - MG, em 1967, e em Teresópolis – RJ, três anos depois, revelam a primeira direção da renovação, a perspectiva modernizadora, que se relaciona com a característica do período ditatorial vivenciado. Essa vertente colocava o profissional do Serviço Social como responsável, como alguém que deveria intervir, dinamizar e integrar o processo de desenvolvimento do país – de cunho capitalista dependente. Como coerentemente define Netto (2011 p. 155):

[...] Este o caráter modernizador desta perspectiva: ela aceita como dada inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites – donde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil pretende atribuir ao serviço social no país. No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil [...].

Basicamente, o que ocorreu então foi a modernização das técnicas da profissão, mas sem criticar o modelo capitalista dependente, reacionário, que vigorava, o que não era suficiente para romper com a cultura passada, o tradicionalismo.⁴⁰ A teoria positivista de interpretação da realidade não fora modificada, o foco estava em instrumentalizar o profissional para dar suporte às políticas de desenvolvimento do país, “há a captura do tradicional sobre novas bases”, segundo Netto (2011 p. 165). No documento de Teresópolis a perspectiva modernizadora é reafirmada como concepção profissional, mas a adota como horizonte interventivo, situando-o como “funcionário de desenvolvimento” nos termos de Netto (2011). Esse documento atribuía

⁴⁰ Conforme Netto (2011, p. 247) “entendemos que a ruptura com o tradicionalismo é um problema de concepção socioprofissional, com a questão terminológica aparecendo como inteiramente secundária”. Fundamental essa consideração, para explicar que o uso das palavras “tradicional” e “tradicionalismo” carregam em si um certo significado de profissão que não mais deve ser afirmado.

uma requalificação profissional “implica um técnico capaz de se mover com familiaridade mínima entre disciplinas acadêmicas como Planejamento, a Administração, a Estatística, a Política Social, a Economia.” (Netto, 2011 p. 192).

O segundo momento – Reatualização do Conservadorismo - foi decorrente de dois seminários promovidos pelo CBCISS, em Sumaré, em 1978 e Alto da Boa Vista em 1984, ambos na cidade do Rio de Janeiro e que predominou o questionamento teórico da profissão. Conforme afirma Netto (2011, p. 201) essa vertente foi expressa “primeiramente na tese de livre docência de Anna Augusta Almeida”. Os seminários se atentaram com a questão da cientificidade sob as bases da linha de pensamento da fenomenologia, trazendo para a profissão intervenções pautadas na ajuda psicossocial, transformação da pessoa com base na construção do diálogo.⁴¹ Essa época convergia com o período mais crítico da ditadura militar (alta inflação e dívida externa) deixando a perspectiva modernizadora, dos seminários anteriores, enfraquecida como direção profissional. Na mesma direção, Sumaré e Alto da Boa Vista foram seminários que deslocaram a perspectiva modernizadora, nos termos de Netto (2011), da crítica da teoria positivista para uma outra forma teórica que não alterava a concepção conservadora da profissão, herdada do contexto de institucionalização do Serviço Social.

A terceira perspectiva, intenção de ruptura, se desenvolveu a partir da emergência do Serviço Social como carreira docente nas instituições Universitárias nos cursos de graduação e pós-graduação, na primeira metade dos anos 1970. Netto (2011 p. 256) sinaliza sobre a importância do espaço universitário⁴² para o avanço do Serviço Social:

[...] No espaço universitário tornou-se possível a interação *intelectual* entre assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controles institucionais-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas; ali se tornaram possíveis *experiências piloto* (através da extensão, com campos de estágio supervisionados diretamente por profissionais orientados pelos novos referenciais) [...].

Além disso, deve-se destacar que essa perspectiva, que foi de cunho renovador para a profissão, só foi possível ter sido discutida diante da crise da ditadura militar e que conforme diz o autor supracitado, era dependente de “um clima de liberdades democráticas para avançar no seu processamento.” (NETTO, 2011, p. 249).

Salienta-se que essa inserção acadêmica, inicialmente, está no âmbito das instituições públicas de ensino presencial, ou aquelas mantidas com verbas da Igreja Católica, denominadas de privadas confessionais. Posteriormente, ocorre a ampliação para empresas

⁴¹ O principal autor dessa perspectiva foi Edmund Husserl, filósofo e matemático.

⁴² Esse momento foi a gênese do compromisso que a categoria profissional assumiria mais tarde (atualmente), com a realidade social, por meio de pesquisas que garantam o aprimoramento profissional e a possibilidade de melhoria dos serviços prestados aos usuários.

privadas se tornarem prestadoras de serviços educacionais, em decorrência da reforma do sistema universitário brasileiro. Percebe-se que, com base na pesquisa realizada com as assistentes sociais no “terceiro setor”, 10% concluíram a graduação em instituições de ensino privadas confessionais, nas Pontifícias Universidades Católicas. 45% em instituições públicas e 45% em privadas. Sendo todas elas de ensino presencial, o que é importante destacar como positivo, frente a atual discussão sobre a ampliação do ensino à distância nos cursos de Serviço Social.⁴³

A atividade universitária considerada mais importante no que tange à perspectiva de intenção de ruptura foi o projeto elaborado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Foi elaborado um método de atuação profissional que se apropriava, de certa forma, da teoria marxista, porém, como denomina o autor supracitado, um “marxismo sem Marx”, devido à ausência de uma base ontológico dialética, onde não foi possível relacionar a teoria profissional com a intervenção, apesar das formulações elaboradas e de ser a primeira tentativa histórica profissional de romper com as bases do tradicionalismo. O que se propôs, de forma sucinta, foi a transformação da sociedade pela intervenção profissional na ação social, de forma organizada, mobilizada e com instrumentos capacitatórios, ou seja, ocorreu uma formulação incipiente de um projeto profissional alternativo ao Serviço Social Tradicional. Esse momento da história da profissão, marcado entre os anos 1972 e 1975, ficou conhecido como “Método BH”.

Outro marco considerável que precisa ser salientado diante do desenvolvimento crítico no Serviço Social foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979, denominado atualmente pela categoria como Congresso da Virada, pois a grande “virada” desse momento foi a instauração do pluralismo político na profissão e o rompimento com a dominância do conservadorismo, como destaca Netto (1999). A forma de atuação profissional começava a se modificar e se aproximar de um plano crítico em decorrência da inserção da categoria, cada vez, mais nos espaços de debates e articulações políticas entre si e com a classe trabalhadora, conforme sua inserção no cenário político e os rebatimentos da questão social. Dessa forma, a direção da profissão se gestava em torno das demandas da classe trabalhadora.

⁴³ Na direção de defesa e valorização da profissão, não se pactua com o ensino a distância em decorrência deste precarizar a formação profissional por estar vinculado a uma formação rápida, que visa os fins mercantis e pretende atender as demandas do mercado, comprometendo a qualidade do ensino. Há posicionamentos atuais das entidades representativas da categoria, como o CFESS, ENESSO E ABEPSS, a respeito do Perfil de profissional que se forma na modalidade à distância. Como por exemplo, a tendência de ser alguém passível diante das demandas institucionais de manutenção da lógica desigual da sociedade, sem possuir instrumentos analíticos e operacionais suficientes para a intervenção na realidade social, que somente uma formação densa é capaz de fornecer. Cf. CFESS, Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social, Volume 2. Brasília, 2014. Ver apêndice A- Gráfico 14

A partir da década de 1990 essa concepção de profissão começou a se tornar predominante entre os assistentes sociais, porém não se excluem que ainda existiam (e até hoje) outras formas de entendimento profissional.

Na linguagem da categoria essa concepção de profissão se denomina como Projeto Ético-Político, que, conforme destaca Netto (1999), precisa se articular com os outros segmentos da sociedade para conseguir se fortificar. Basicamente, esse projeto se materializa nas produções da categoria, como o Código de Ética, Diretrizes Curriculares e Lei de Regulamentação⁴⁴, pois são esses documentos que exprimem a direção política de atuação e configuram a interpretação da categoria sobre a sociedade e sua articulação com a profissão, porém o compromisso com ele só pode ser provado pelas assistentes sociais durante as ações do cotidiano de trabalho.

É fundamental destacar a existência das instituições representativas da categoria como responsáveis pelas discussões, organização e mobilização profissional em diversos assuntos, como a ABEPSS⁴⁵ e o CFESS, com o compromisso de construção e reafirmação deste projeto profissional. Não há a intenção de fazer uma análise criteriosa do cenário de criação dos Conselhos Profissionais no Brasil, apenas destacar, brevemente, que foram criados diante de uma lógica de regulação estatal sobre o exercício profissional, mas em face do processo de renovação da profissão de serviço social o conselho da categoria passou a desempenhar funções políticas e não meramente burocráticas. Diante disso, atualmente existe o CFESS articulado com os Conselhos Regionais como entidades que possuem um arsenal de instrumentos legais que servem para orientar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício de assistentes sociais.

O CRESS do Distrito Federal promove atividades de palestras, oficinas, fóruns, assembleias abertas para a participação da categoria. Durante o ano de 2015 ocorreram, por exemplo, oficinas para as assistentes sociais inseridas nas áreas da socioeducação, assistência social e saúde. Além disso, realizam visitas aos espaços de trabalho quando há necessidade de fiscalização do exercício profissional. Foi observado a partir da pesquisa em questão, que no caso da particularidade das profissionais inseridas no espaço do “terceiro setor” que quase todas as assistentes sociais no “terceiro setor” (95%) nunca receberam visitas do CRESS além de não participarem das atividades desenvolvidas, apesar de a maioria conhecer.⁴⁶ Conforme os dados

⁴⁴ Precisamente refere-se ao Código de Ética aprovado em 13 e março de 1993, Diretrizes Curriculares de 1996 e Lei de Regulamentação Nº 86662/1993. Basicamente, são as formulações da categoria decorrentes da década de 1990.

⁴⁵ Cabe destacar as instancias estudantis da categoria como fundamentais para impulsionar aos estudantes a necessidade de aprofundamento profissional e participação nos espaços políticos, como a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS).

⁴⁶ Ver apêndice A- Gráfico 15

a maioria (60%) não participam por falta de informação sobre as ações que são desenvolvidas e por (55%) ausência de envolvimento e incentivo do conselho, apesar que metade disse que também é por falta de tempo.⁴⁷ Foram indicadas ações para o CRESS desenvolver⁴⁸ e a maior demanda (85%) é pelo investimento na capacitação da categoria por meio de palestras, por exemplo. A mesma quantidade sugeriu a criação de um calendário anual de programação. Esses dados apontam para a tendência de desmobilização da categoria, o que é duplamente perigoso diante do cenário atual da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do papel ideológico que o “terceiro setor” desempenha. Muitas (80%) sugerem que o Conselho faça uma maior divulgação do trabalho profissional, ação esta que pode ser articulado com o CFESS. Ressalta-se a importância da participação nos Conselhos Regionais, que no caso da atual Gestão do Distrito Federal (2014-2018) proporciona às profissionais diversos espaços de engajamento.

O projeto profissional representa a definição dos valores de assistentes sociais e seguem um posicionamento contrário diante da forma bruta que a sociedade capitalista tem de atender as necessidades dos sujeitos, de forma conceitual como exprime Netto (1999, p. 4):

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas.

Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que vislumbra a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio a todas as formas de autoritarismo e preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo tanto na sociedade como no exercício profissional. Sendo assim, conforme Yamamoto (2012, p. 40) é necessário a articulação de duas dimensões quando se fala deste projeto, é preciso conhecer “as condições macro societárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades”, assim como as respostas profissionais nesse contexto.

Isso foi assinalado por ser imprescindível considerar que ainda possam existir atuações profissionais pautadas nas concepções do passado, assim como a direção atual da profissão demonstra com o que os Assistentes Sociais (e aqueles que pretendem ser) precisam se preocupar. Reafirmar o compromisso da categoria com a classe trabalhadora diante do cotidiano profissional é responsabilidade dos assistentes sociais em qualquer espaço

⁴⁷ Ver apêndice A- Gráfico 16

⁴⁸ Ver apêndice A- Gráfico 17

ocupacional, tornando essa tarefa desafiadora para aqueles inseridos em contextos contraditórios, cada vez mais marcados pela lógica neoliberal, como é o caso do “Terceiro Setor”. Portanto, se torna necessário compreender os rebatimentos atuais da política social e sua forma de condução no espaço de trabalho em questão, o denominado terceiro setor. Para que posteriormente seja possível analisar o perfil profissional de assistentes sociais, se está de acordo com as necessidades que Yamamoto (2008, p. 208) recomenda, “culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais”.

3.2. A DIREÇÃO NEOLIBERAL NAS FORMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Para examinar a configuração atual da proteção social é necessário compreender que o sistema capitalista de produção atinge todas as esferas da vida em sociedade com o objetivo de satisfazer os interesses do capital, garantindo a estabilidade econômica, em todos os casos, em detrimento de qualquer outro aspecto. Conforme Yamamoto e Carvalho (2014, p. 72), “a reprodução do capital permeia as várias dimensões e expressões da vida em sociedade”, ou seja, o atendimento das necessidades humanas é permeado pelo processo de competição, que alimenta o capital. Dessa maneira, assume-se que a proteção social nesta sociedade está relacionada com a política econômica global e seus rebatimentos em cada país, a partir da ideia de Pereira (2013).

Portanto, proteção social está a serviço da satisfação das necessidades do capital⁴⁹ sendo que a principal característica da sociedade capitalista, segundo a autora supracitada, é a submissão de “todas as atividades sociais ao reino da mercadoria e de sobrepor as necessidades do capital às mais elementares necessidades humanas” (PEREIRA, 2013, p. 639). Conforme já salientado o ato do trabalho é fundamental para a humanidade como fundamento da reprodução da vida, contudo sob a égide do capitalismo a concepção é que é pelo trabalho que as necessidades humanas irão ser satisfeitas, não sendo necessário aos indivíduos assalariados qualquer outra forma de proteção social, nem tampouco a garantia do trabalho por mecanismos de proteção social. Por isso, vincula-se, nesta atual forma de sociabilidade, a proteção social ao

⁴⁹ É necessário esclarecer que a linha teórica de análise desta conclusão é a economia política crítica, que tem como premissa a crítica ao capitalismo. Conforme Pereira (2013, p. 638) “ Seu principal argumento é de que o trabalho, que produz bens para o consumo humano, também produz valor excedente (mais valia), que é separado da utilidade desses bens e apropriado pelo empregador sob a forma de lucro. Isso impulsiona um processo sem remorsos de acumulação do capital, porque escamoteia a exploração do trabalhador”

trabalho assalariado. Quando alguns segmentos da sociedade não estão aptos a realizar trabalho são protegidos, de alguma forma, e são vistos como “coitados”, nos termos de Pereira (2013).

Nesse sentido, o sistema de proteção social no Brasil se configura através de uma estrutura de políticas sociais existentes para garantir os direitos sociais preconizados a partir da Constituição Federal de 1988. O marco histórico mundial para a emergência dos direitos sociais no mundo foi a Revolução Industrial e a demanda da classe trabalhadora por condições de vida mais igualitárias. Da mesma maneira, pode-se afirmar que as primeiras iniciativas de política social coincidem com este período, porém, nos termos de Behring e Boschetti (2011, p. 47) “surgiram como protoformas de políticas sociais, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais, ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas”.

A discussão acerca do conceito de política social não é precisa, mas a partir da teórica dialética de análise entende-se que é mediante a política social que os direitos sociais se concretizam e as necessidades humanas são atendidas, conforme Pereira (2011, p. 166), “apreender essa política como um produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, de relações, entre capital *versus* trabalho, estado *versus* sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos”. Dessa maneira, a pretensão da política social é interventiva, de forma a propor transformações na realidade, ou seja, “Refere-se a política de ação que visa, mediante esforços organizados e pactuados, atender as necessidades sociais cuja a resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea” conforme diz Pereira (2011, p. 171).

Infere-se que as políticas sociais possuem um caráter ético e político e requerem a participação do Estado no planejamento e execução das tarefas, ganhando o status de política pública, sendo que a ideia de pública refere-se a todos os cidadãos detentores dos mesmos direitos, que precisam ser atendidos diante das suas particulares necessidades. A citação abaixo faz referência ao significado de público e sua importância.

O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado. Refere-se, antes, à coisa pública, do latim *res* (coisa), *publica* (de todos), ou seja, coisa de *todos*, e para *todos*, que compromete todos- inclusive a lei que está acima do Estado- no atendimento de demandas e necessidades sociais, sob a égide de um mesmo direito (PEREIRA, 2011, p. 175).

Os direitos sociais no Brasil, trata-se aqui daqueles vigentes a partir da Constituição Federal de 1988, são pautados a partir do entendimento capitalista acerca da noção de Direitos Humanos.⁵⁰ Os direitos são elencados em um rol exemplificativo que significa que podem ser

⁵⁰ Não desconsiderando a historicidade e a configuração dos Direitos Humanos no mundo, mas será objetivo de considerações a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pós Segunda Guerra Mundial. São elencados trinta direitos com a pretensão de garantir a dignidade da pessoa humana, em decorrência das atrocidades

ampliados, mas não podem ser suprimidos devido ao preceito jurídico de serem cláusulas pétreas. O documento foi um avanço inquestionável para o Brasil nos aspectos políticos, humanos e sociais, tanto que foi até denominada de Constituição Cidadã, porém segundo Behring (2003, p. 143) “manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil, a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias” além disso os direitos expressos não foram, imediatamente, implementados, sendo necessárias leis posteriores para sua regulamentação e real efetividade prática.

Os três primeiros artigos da Constituição elencam os fundamentos, divisão dos poderes, objetivos primordiais a serem perseguidos e as diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais pela República Federativa do Brasil. Cabe destacar o artigo 3º, que estabelece os objetivos a serem seguidos, de forma que não estão concretizados, mas que as ações do Estado devem ser pautadas na busca por eles.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I- Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II-Garantir o desenvolvimento nacional; III- Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV-Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988).

Os direitos sociais estão expressos no artigo 6º⁵¹ e os artigos 7º, 8º e 9º falam amplamente a respeito dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, garantindo-lhes diversas garantias diante das contradições do mundo do trabalho. A doutrina jurídica compreende, conforme Junior (2012), que a efetivação desses direitos depende da disponibilidade dos recursos públicos existentes, conhecido como princípio da Reserva do Possível. No entanto, a aplicação disso na realidade brasileira gera conflitos até entre juristas, mas o fato é que se pode ser justificado o não atendimento de algum direito social, por determinado governo, com base nesse argumento, de insuficiência de recursos.⁵²

das duas grandes guerras mundiais, ou seja, são as expressões do reconhecimento da barbárie que a sociedade capitalista gerou e ainda é capaz de gerar frente a humanidade. Esses direitos, basicamente, são: Todas nascem livres e iguais; não devem ser discriminados; possuem o direito à vida; a nenhuma forma de escravatura; a nenhuma tortura; nenhuma detenção injusta; os direitos são válidos em qualquer lugar do mundo; todos são iguais perante a lei; a lei é a base de proteção dos direitos; direito a julgamento justo; inocência até que se prove o contrário; direito à privacidade; a liberdade de movimento; ao asilo político; a nacionalidade; a família e ao casamento; a propriedade; a liberdade de expressão; liberdade de pensamento; de manifestar-se; a democracia; a Seguridade Social; ao trabalho; ao lazer; a comida e abrigo; a educação; direitos de autoria; de um mundo livre e justo; de responsabilidade frente aos direitos do próximo; e os direitos são irrenunciáveis independente da Nação.

⁵¹ São Direitos Sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

⁵² Resguardando aqui as devidas restrições e regulamentações orçamentárias, que não são instrumentos de análise.

Conforme defende Junior (2012, p. 785): “Até em tempos de crise econômica, cuja flexibilidade econômica é necessária, não de ser garantidos esses direitos sociais mínimos”, ou seja, a carta magna representou um avanço para a construção de uma sociedade livre e justa, concebendo a dignidade humana imprescindível e de responsabilidade estatal. O problema foi que, logo depois, esse mesmo Estado se desresponsabilizou da execução direta dos serviços, abrindo espaço nas legislações posteriores para a atuação de entidades não exatamente estatais, mas submetidas a coerção dele.

O sistema de proteção social no Brasil foi demandado pela particularidade no país, principalmente a partir da década de 1930, o qual ocorreu a intensificação da forma de trabalho e o agravamento das expressões da questão social. A Constituição Federal de 1988 trouxe como elementos garantidores da segurança social da população com vistas a garantir os objetivos da República, elencados no artigo 3º, a integração das áreas de saúde, previdência social e assistência social na política de Seguridade Social sendo submetidas aos princípios da universalidade; equivalência no tratamento entre as populações urbanas e rurais; e a equidade na participação do custeio.

De forma sucinta, o direito a Saúde é expresso no artigo 196, que contempla o direito de todos e dever do Estado, sendo que este não pode restringir o acesso à saúde pública e exigir de contribuição direta prévia. A Previdência Social é destinada para aqueles que contribuírem previamente, garantindo proteção aos trabalhadores⁵³ e seus dependentes, em decorrência de idade avançada, incapacidade ao trabalho, morte, maternidade, acidentes, dentre outras contingências. A Assistência Social prevista nos artigos 203 e 204 da carta magna estabelece que será prestada para quem dela necessitar, independente de contribuição. É curioso perceber que no rol do artigo 6º não está preconizado a assistência social, apesar de conter as outras duas políticas de seguridade social. O que está escrito é assistência aos desamparados, o que tende a transferir uma concepção pejorativa para aqueles que demandam os serviços da política de assistência social.

Sendo assim, e a partir das lacunas da Constituição Federal de 1988, as políticas de seguridade social, assim como os direitos sociais, foram regulamentadas posteriormente para que pudessem ser implementados. Atentar-se-á na política de assistência social, porque de acordo com o que o autor Montaña (2002) diz sobre o tripé da seguridade social e a desresponsabilização estatal, o empresariado voltou-se para atender as áreas da previdência social e saúde, enquanto o “terceiro setor” ficou com a assistência social. Percebe-se atualmente

⁵³ É importante mencionar que há possibilidades de contribuição previdenciária para aqueles que não estão inseridos formalmente no mercado de trabalho, como autônomo, donas de casa, estudantes.

no âmbito do SUAS, a partir da consolidação do “terceiro setor”, que há uma ampliação de instituições privadas que formam a rede socioassistencial e participam do sistema de garantia de direitos. Isso ocorre devido a retração estatal frente a execução dos serviços e por isso preocupa-se com a real prestação e continuação dos serviços prestados, visto que estão diante de uma lógica privada. Além disso, a política de assistência social é a área de atuação de 70% das profissionais de serviço social nas entidades “desse setor” do Distrito Federal⁵⁴ o que torna parte de o exercício de assistentes sociais trabalhar pela viabilização desses direitos também nessas instituições privadas. Dessa forma, a seguir pretende-se relacionar a atuação de assistentes sociais com a PNAS nesses espaços privados que formam o “terceiro setor”.

3.3 O TRABALHO PROFISSIONAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESPAÇO CHAMADO DE TERCEIRO SETOR

Ao considerar a história do Brasil juntamente com a prática de ações sociais decorrentes do sentimento religioso, caridade e filantropia como originárias das práticas assistencialistas, revela que a assistência social, atualmente, ainda pode se confundir com benesse, ajuda aos pobres, pautada em concepções paternalistas e clientelistas. Mesmo com a articulação dos movimentos sociais na década de 1980 e o advento da Constituição atual, o imaginário social não foi modificado rapidamente, sendo necessária a afirmação e real concretização do ideal de assistência social. Para isso se fazia necessário organizar tal política para que o direito fosse efetivado, para que saísse do papel, que conforme cita Pereira (2011, p. 172) sobre o termo composto: política social, que se faz necessário “conhecimento do alvo a atingir, estratégias e meios apropriados para a consecução da política, organização, amparo legal e pessoal capacitado.

Somente em 1993 foi que surgiu a lei que materializou a política de assistência social, lei Nº 8742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Foi estabelecido ao atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome⁵⁵ a responsabilidade estatal pelo cumprimento dos objetivos e princípios estabelecidos nos artigos 2º e 4º e a atuação de acordo com as diretrizes elencadas no artigo 5º⁵⁶ dessa lei.

⁵⁴ Ver apêndice A- Gráfico 18

⁵⁵ À época da lei era o Ministério do Bem- Estar Social, parágrafo único do artigo 6º da lei de 1993, sem alterações posteriores. Os artigos abaixo que seguem estão na literalidade da lei original, sem alterações.

⁵⁶ Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I- A proteção à família, maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II- o amparo às crianças e adolescentes carentes; III- a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V- a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

A partir de então foi instituído e regulamentado o direito à Assistência Social no Brasil, cabendo ao Estado articular políticas públicas capazes de romper com as práticas de filantropia, que conforme argumenta a autora Yasbeck (2006, p. 12) que a lei foi uma inovação:

Lei inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a Assistência Social.

No entanto, já estava preconizada a participação de outras instituições, não estatais como cooperadoras do estado para a execução do direito, deixando a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política conforme indicado no artigo 5º inciso III, de forma sucateada. O artigo 10º deixou autorizado aos entes federados a possibilidade de celebração de convênios com entidades e organizações de assistência social, o 14º e 15º, inciso III, permitiram que o Distrito Federal e os municípios fizessem parceria com as organizações da sociedade civil para executar sua competência de enfrentamento à pobreza, e o artigo 26^{o57} deixou expresso que poderiam ser feitas articulações com diferentes áreas governamentais, não governamentais e da sociedade civil. Aparentemente pode parecer que esses elementos da lei se preocuparam com a ampliação e garantia do atendimento à população, mas o que se vem tentando sustentar é que o cenário histórico era, e ainda permanece, fértil para a existência dessas brechas infraconstitucionais que legitimam a desresponsabilização direta do Estado. Longe de querer negar o papel atual que as instituições não governamentais, que o “terceiro

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios: I- supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II- universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III- respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV- igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V- divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes: I- descentralização político administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II- Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III- primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera do governo.

⁵⁷ Artigo 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes: III- Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Artigo 10. A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal podem celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos conselhos.

Artigo 14. Compete ao Distrito Federal: III- executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

Artigo 15. Compete aos Municípios: III- executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

Artigo 26. O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistemas de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.

setor”, exerce frente a política de assistência social, mas por isso que se deve pensar a respeito de sua funcionalidade ao Estado e sua aplicação direta na qualidade e continuidade dos serviços.

Como forma concreta de participação da sociedade na condução desta política social foi estabelecido como instância deliberativa de caráter permanente o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e suas ramificações no âmbito estadual, municipal e distrital. Este espaço não pode ser confundido com a operacionalização, execução direta dos serviços por representantes da sociedade civil. Os conselhos estão no âmbito da efetivação do controle social, da possibilidade dos usuários, trabalhadores na área da assistência social e membros governamentais se reunirem em torno das discussões e deliberações para o futuro da política de assistência social. A principal competência do Conselho Nacional de Assistência Social, que é órgão da Administração Pública Federal, é a aprovação da PNAS, que à época da lei ainda não existia e só foi implementada em 2004. Destacando, mais uma vez, a falta de primazia estatal diante da condução única da política, porque para ter sido elaborada a PNAS foi necessário a condução de instâncias estatais no processo, mas destacando o incentivo e participação da sociedade civil.

Entre 1993 e a implementação da PNAS, em 2004, ocorreram quatro Conferências Nacionais de Assistência Social⁵⁸. Foram avaliados, de forma geral, os avanços e desafios da política a partir da LOAS, o sistema descentralizado e participativo; financiamento e a relação público-privado. A IV Conferência foi de suma importância pois deliberou, dentre outros aspectos, sobre a construção e efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como ponte para isso a PNAS se fez imprescindível no que tange a avaliação, monitoramento, e visibilidade dos sujeitos de direitos, ao considerar aspectos demográficos, situacionais, e particulares de cada família como mecanismos necessários da efetivação da proteção social. O SUAS, como configurador do sistema descentralizado e participativo da assistência social, reorganizou os níveis de proteção social em três classificações; Proteção Social Básica, responsável pelas ações preventivas e de fortalecimento de vínculos; Proteção Social Especial de Média Complexidade, dirigida para um acompanhamento especializado a algum segmento; e Proteção Especial de Alta Complexidade que atua perante o rompimento dos vínculos familiares e comunitários com vistas à garantir a proteção integral, podendo necessitar dos serviços de acolhimento institucional.

A resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, e a nº 130, de 15 de julho de 2005, se concretizaram na edição da PNAS e da Norma Operacional Básica do Sistema Único

⁵⁸ Até o presente momento já aconteceram IX Conferências Nacionais de Assistência Social, sendo que a X será no presente ano, 2015, no mês de dezembro.

de Assistência Social (NOB SUAS), respectivamente, e foram as normativas que mais impactaram os rumos da Política de Assistência Social no Brasil, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), (2012), pois representam que para o enfrentamento das situações de pobreza, risco social e vulnerabilidade devem consolidar ações continuadas e integradas. Apesar da especificação do SUAS ele só foi criado em lei a partir de 2011, com a Lei nº 12435 que alterou em muitos aspectos relevantes o texto original, de 1993 da LOAS, que segundo Raichelis (2011, p. 40) “este novo e amplo marco regulatório introduziu significativas alterações na área, entre elas, a exigências de novos modos de organização, processamento, produção e gestão do trabalho na assistência social”.

O foco prevalecerá nas alterações na legislação referentes à participação de entidades do denominado terceiro setor na área de assistência social e alguns aspectos referentes à gestão do trabalho, de forma a confirmar e explicar a existência de trabalhadores do serviço social atuando com base nessa política nessas instituições.

A nova lei trouxe avanços para a concepção de proteção social, mas em virtude do cenário político e econômico, pós aceitação brasileira das recomendações do consenso de Washington e com a Reforma do Aparelho do Estado em 1995, percebe-se a autorização legal, de forma sutil, a desresponsabilização do Estado, assumindo para a consolidação de uma política de caráter público a prevalência de serviços privados.

O artigo 3º da Lei 12.435 delimita o entendimento legal sobre o que são as entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos, fazendo a separação entre aquelas que são de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos. No artigo 6º, que dispõe sobre objetivos do SUAS, o inciso segundo integra em uma única rede socioassistencial⁵⁹ a rede pública e a privada, ou seja, legitima e preconiza a importância da rede privada na gestão atual do SUAS. O problema disso está que essas instituições assumem o poder substitutivo do estado, principalmente em lugares mais pobres e afastados em que o Estado se retirou, de acordo com as ideias de Montaño (2002). Além disso, traz a concepção no imaginário da população, em geral, que é o âmbito privado que pode promover o bem-estar de todos, que aquilo que é público passa a ser considerado ruim, lento, retrógrado.

Para tentar tornar a rede socioassistencial privada como parte das tarefas estatais há uma série de requisitos que as entidades não governamentais precisam cumprir, conforme já

⁵⁹ É com base na Lei Nº 8742 de 1993 e atualizações posteriores que se entende o termo socioassistencial. Conforme o Art. 23. Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

salientado nas legislações. No entanto, destaca-se que elas precisam se aproximar cada vez mais do Estado, quase se tornando parte Dele no que tange à isonomia perante a lei, pois devem estar inscritas nos Conselhos de Assistência Social do respectivo ente federado, fazer parte do cadastro de entidades da PNAS, por exemplo, além de uma série de sanções que seus dirigentes poderão estar sujeitos no que tange à administração dos recursos públicos.⁶⁰

Há outros artigos que mostram essa sutil legitimação da legislação infraconstitucional a respeito das desresponsabilidades estatais, que poderiam ser fonte de pesquisas futuras. Não há a pretensão de esgotar a discussão com essas simples conclusões, mas, sim, alertar que a primazia do Estado deve pautar a prestação de serviços públicos de forma a garantir o direito social dos sujeitos. As entidades não governamentais, por mais que sejam controladas pelo Estado, poderão não conseguir desempenhar a função pública da assistência social de forma permanente e eficiente por muito tempo. Um exemplo disso está expresso no artigo 36 da Lei nº 12435, que diz que se houver irregularidade nas aplicações dos recursos públicos elas não estarão mais vinculadas ao SUAS. Isso não significa, na prática, que deixarão de existir, mas sim que não serão obrigadas por lei a garantir o direito daqueles que necessitarem, podendo tornarem os seus serviços lucrativos e/ou ainda retornar ao caráter assistencialista, aos primórdios da caridade e da filantropia.

Outro aspecto que revela a possibilidade de descontinuidade dos serviços por essas instituições é a gestão do trabalho, que faz partes dos objetivos do SUAS, elencado no artigo 6º inciso quinto. O “terceiro setor” pode ser fonte de empregabilidade para diversas categorias profissionais, além da presença do voluntariado. Dessa forma, os trabalhadores dessas entidades, em destaque as assistentes sociais, são subordinados àquele que os contratou, ou seja, por uma pessoa. E estão sujeitos às ordens desse superior para realizar diversas atividades, muitas vezes necessitando ser polivalente. Sendo assim, por mais que a entidade integre ao SUAS, esses trabalhadores sejam eles de qualquer nível de escolaridade, não se perceberão como trabalhadores da política de assistência social, mas sim como funcionários das respectivas entidades sem fins lucrativos. Por esse motivo acontecerá que nem todos os profissionais das entidades do “terceiro setor” receberão a educação permanente na área da política de assistência social, ficando a critério dos superiores a escolha daqueles que participarão, o que pode comprometer a essência da prestação dos serviços, mesmo que os objetivos gerais das entidades estejam relacionados com as normas do SUAS.

⁶⁰ A Resolução Nº 16, de 5 de maio de 2010 define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

Isso pode parecer irrelevante, porém caracteriza uma das formas de precarização do trabalho no SUAS e como mostra o documento orientador de recrutamento e seleção de pessoal do MDS, que a forma de contratação trabalhista está desobedecendo os princípios da finalidade estatal.

Inúmeros serviços ligados à finalidade estatal, que precipuamente devem ser direcionados a atender às necessidades sociais de saúde, educação, assistência social, infraestrutura e saneamento básico, segurança, entre outros, estão na incumbência de profissionais sem a prévia aprovação em concurso público, em clara inobservância ao Artigo 37 da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 2011, p. 29).

A forma de contratação dos trabalhadores da política de assistência social por concurso público é uma prerrogativa constitucional, visto que o Estado tem primazia na condução das ações. Além disso, a observância dos critérios da administração pública gerencial⁶¹- da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência - precisam ser respeitados. Porém, a contradição está que o “terceiro setor” não faz parte da estrutura administrativa do Estado, mas por outro lado a Política de Assistência Social que este conduz está sob a responsabilidade e primazia estatal.

A atuação do “terceiro setor” existe nos três níveis de complexidade expressos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009). A pesquisa em questão não pretendeu situar, especificamente, em nenhum dos níveis de complexidade, mas mostrar a abrangência que essas instituições representam no âmbito da prestação da política de assistência social. Há instituições desde a prestação de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos até o serviço de Acolhimento Institucional. Dessa maneira, o SUAS efetiva os direitos dos cidadãos de duas maneiras conforme a NOB-RH: anotada e comentada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

1. Os direitos são garantidos pelos resultados alcançados nos serviços, programas e projetos. Esses resultados esperados estão detalhados como aquisições na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

⁶¹ A partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado a orientação passou a ser de maior eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos, focando as ações nos resultados pretendidos, afirmando sempre o poder do Estado. A constituição Federal de 1988 significava um retrocesso para o modelo de administração pública adotado, representava o engessamento do estado. No entanto, há que se observar os princípios constitucionais para a condução e afirmação dos direitos sociais. Sendo considerado retrocesso ou não as medidas neoliberais não podem se sobrepor ao que diz o artigo 37 da carta magna a respeito da contratação de pessoal, que em sua redação original dizia: A administração pública direta, indireta, ou fundacional, de qualquer do Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade e que a investidura em cargo ou emprego público dependerá da prévia aprovação em concurso público. No entanto, a nova redação e atual vigência do artigo, com o advento da Emenda Constitucional nº 19, desobrigou o estado de fazer concursos públicos para as fundações, ou qualquer entidade que pudesse se intitular assim, além de acrescentar como princípio a eficiência, assemelhando-se às empresas privadas.

2. Os direitos são garantidos também pelo acesso à renda, que se faz por meio da garantia do direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) [...]. (BRASIL, 2011, p. 22).

Portanto, o “terceiro setor” representa uma forma desses direitos serem garantidos, não descartando as contradições, mas reconhecendo que a existência dessas entidades diante do Estado Capitalista brasileiro possibilita o atendimento da população, apesar de não ser da maneira que se defendeu até o momento. Isso representa o que Pereira (2013, p. 645) comenta a respeito da proteção social nessa conjuntura “ no capitalismo, a proteção social sempre foi funcional ao processo de acumulação, embora contraditoriamente ela tenha constituído um meio de defesa dos trabalhadores contra a exploração exacerbada do Capital”. Da mesma forma, o “terceiro setor” se faz funcional ao processo de acumulação do capital. O sistema capitalista ao longo de sua vigência adota diversas formas de manobrar as desigualdades que gera.

A outra forma que o SUAS efetiva os direitos são pela garantia ao acesso à renda, por meio dos benefícios eventuais, programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, que por enquanto estão sob a primazia do Estado, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social ou Centros de Referência Especializada de Assistência Social⁶².

O quadro profissional de trabalhadores do SUAS é heterogêneo e conforme diz Raichelis, (2011, p. 43) “destaca-se ainda o universo heterógeno composto por servidores e trabalhadores da esfera estatal nos três níveis do governo e pela extensa “rede” privada de entidades de assistência social”. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) reconhece as categorias profissionais de nível superior para compor a equipe de referência da assistência social dos três níveis de proteção social e em todos eles encontra-se o Assistente Social e, portanto, este profissional não poderia faltar nas entidades privadas sem fins lucrativos diante da condução da política de assistência social. No entanto, de acordo com a afirmação de Montañó (2002), a inserção profissional no terceiro setor não se mostra como vantajosa para o assistente social, seja na estabilidade e condições de emprego, seja no rebatimento social da sua intervenção, na modalidade operativa, não sendo também uma fonte alternativa de emprego que compensaria a retração do emprego no âmbito estatal. Além disso, pode não compactuar com a forma de gestão do trabalho da política de assistência social, que conforme Silveira (2011, p. 20) “é incompatível com processos gerenciais de controle de pessoal”, além de preconizar a

⁶² Não são apenas esses serviços que essas instituições citadas realizam, mas não haverá o detalhamento por não serem objeto direto de análise aqui.

participação, democratização das ações com vistas a ampliar e qualificar a consolidação dos direitos sociais.

Diante disso, os profissionais de serviço social que atuam nessas entidades precisam compreender o papel ideológico que o “terceiro setor” desempenha frente à dinâmica da realidade, assumindo que são profissionais que atuam com uma determinada política pública - no caso mostra-se a tendência de atuação com a política de assistência social e não se exclui a interface desta com outras - e precisam pensar seu agir profissional pautados pelos interesses da classe trabalhadora, de forma a viabilizar ações para o acesso ao direito de forma permanente e universal. No capítulo a seguir será ilustrado todos os resultados da pesquisa realizada com o objetivo de identificar a atuação de assistentes sociais no “terceiro setor” do Distrito Federal, sem a pretensão de fazer conclusões estanques, mas sim mostrar tendências reveladas pela realidade.

4 O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDOS NAS INSTITUIÇÕES DO CHAMADO TERCEIRO SETOR DO DISTRITO FEDERAL

4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS ENTIDADES E PARTICULARIDADES PROFISSIONAIS: PERFIL GERAL E PROFISSIONAL

As entidades, as quais estão sendo referenciadas ao longo deste trabalho, são aquelas do chamado Terceiro Setor, configuradas a partir das estratégias do processo de reestruturação do sistema capitalista. Considera-se, por isso, que desempenham um papel ideológico e funcional aos interesses do capital. Com base nos argumentos de Montañó (2002), afirmou-se como base de análise até o momento que o Estado se desresponsabiliza da prestação estatal dos serviços públicos não por eficiência das instituições e sim pelo esvaziamento do direito universal dos sujeitos, que ocasiona um sentimento de autoculpa de parcelas da população diante das expressões da questão social. Diante desse processo de transferência de responsabilidades que assistentes sociais atuam no espaço do “terceiro setor”. Apesar da dificuldade metodológica no Distrito Federal de encontrar e qualificar essas instituições como não estatais, e ainda encontrar o trabalho desses profissionais nelas arriscou-se a pesquisar quem são as assistentes sociais que trabalham nelas, sua formação profissional, demandas e dificuldades institucionais além da relação política que desempenham no espaço acadêmico e do Conselho Profissional. Dito isso e com base nos eixos do questionário descrito na metodologia serão apresentados todos os resultados e suas devidas considerações.

O perfil geral de assistentes sociais nessas instituições é de maioria mulher que se auto declararam heterossexuais⁶³ e brancas.⁶⁴ Isso significa que a tendência da profissão continua sendo feminina e que esses espaços têm sido ocupados por pessoas de outras identidades de cor/raça. Porém, a hegemonia é branca e revela que ainda é preciso avançar na inserção de pessoas negras nos espaços de trabalho. A idade⁶⁵ predominante dessas mulheres é de 36 a 40 anos e 55% do total possuem apenas um vínculo empregatício na área.⁶⁶ No entanto, dessas que possuem apenas um vínculo empregatício 25% possuem idades que variam de 20 a 30 anos e trabalham na área de serviço social entre um e dois anos.⁶⁷ Esse dado revela que as

⁶³ Ver apêndice A- Gráfico 19

⁶⁴ Ver apêndice A- Gráfico 20

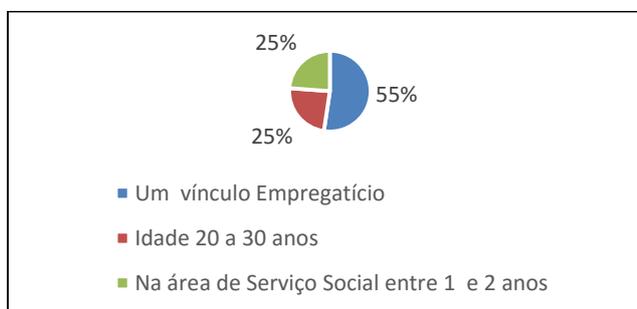
⁶⁵ Ver apêndice A- Gráfico 21

⁶⁶ Ver apêndice A- Gráfico 22. Constata-se que pode ter ocorrido uma interpretação equivocada desse item pelas entrevistadas. Elas podem ter entendido que eram quantos vínculos empregatícios tivera na área de serviço social durante a vida, mas a interpretação correta é quantos vínculos como assistentes sociais possuem na atualidade.

⁶⁷ Ver apêndice A- Gráfico 23. Só não é de 6 meses a 2 anos por causa de uma pessoa. Aquela entrevistada que trabalha a partir de 6 meses na área disse que possui dois vínculos profissionais.

entidades privadas não lucrativas podem estar sendo a primeira oportunidade de emprego na área de serviço social para pessoas jovens.

Gráfico 1 - Relação tempo e vínculo de trabalho com a idade das profissionais

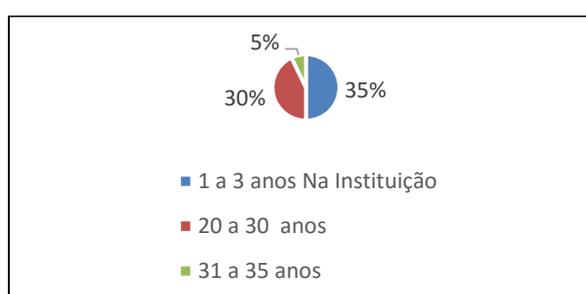


Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Outro fator que pode confirmar o perfil jovem dessas profissionais é o fato de que muitas estão solteiras e mesmo entre as que são casadas, possuem união estável ou moram com o companheiro e não possuem filhos.⁶⁸ O fato de não possuírem filhos não está necessariamente e somente relacionado com a idade, mas aponta para mulheres que estão se preocupando primeiramente com a estabilidade profissional, por motivos concretos que não podem ser analisados com esses resultados.

A maioria (35%) trabalha na instituição atual pelo período de 1 a 3 anos, e somente uma dessas tem idade entre 31 a 35, as outras tem idade entre os 20 e 30 anos. Ou seja, são profissionais relativamente jovens ingressando nessas entidades nos recentes últimos anos. Isso revela o que Montañó (2002) chamou de relativa importância do “terceiro setor” como estratégia de sobrevivência do trabalhador desempregado, reduzindo a insatisfação e os conflitos dentro do sistema. A partir da década de 1980 e das transformações no mundo do trabalho, conforme destaca Antunes (2000) sistemas alternativos de trabalho começaram a surgir, ficando à disposição do empreendedorismo capitalista, sendo que o “terceiro setor” é um exemplo disso.

Gráfico 2 - Relação tempo de trabalho na Instituição e Idade



Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

⁶⁸ Ver apêndice A- Gráfico 24

Durante os cinco últimos anos o quadro de assistentes sociais aumentou em 70% nos locais.⁶⁹ Isso confirma a necessidade dessas profissionais nessas entidades privadas, apesar de revelar que é recente o reconhecimento da importância delas. É possível inferir ainda que acontece rotatividade delas, pois apesar de alguns terem sido contratados para agregar a equipe de assistentes sociais já existente, suponha-se também que nesses últimos anos outros foram demitidos e/ou pediram demissão e novos foram ingressando. As explicações para essa rotatividade podem estar relacionadas com os baixos salários pagos às profissionais, ao vínculo de trabalho e à forma de ingresso.⁷⁰ Em decorrência do caráter privado dessas entidades não há a obrigatoriedade de concurso público para o ingresso, ocorrendo processos seletivos ou apenas o convite de alguma pessoa que exerce alguma forma de poder na entidade. Isso vai de acordo com que Montañó (2000) diz sobre a multiplicidade de contratos que existem nesses espaços, apontando para uma maior instabilidade das profissionais. Apenas uma assistente social exerce a profissão como voluntária da instituição, não se tem conhecimento das motivações disso, e sem pretensões de julgar as ações individuais, cabe ressaltar que “este setor” é um espaço propício para ações voluntárias em decorrência da desresponsabilização estatal, abrindo espaço para o que o autor supracitado chama de solidariedade individual.

De fato, o que ocorre é que a maioria das profissionais foram contratadas por meio de processo seletivo, sendo vinculadas à instituição por meio da carteira de trabalho, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os salários da maioria (60%) é entre 3 a 5 salários mínimos (SM)⁷¹, o que coincide com o total da renda mensal de 45%, pois 25% desempenham outra atividade remunerada, sendo que apenas uma não possui vínculo com a profissão.⁷² Entre aquelas que possuem vínculo com a profissão pode ser decorrente de aposentadoria, já que 2 profissionais possuem mais de 60 anos de idade e também pode ser que trabalhem como assistentes sociais em outro espaço ocupacional, razões que não podem ser concretamente afirmadas e analisadas caso a caso. No momento atual, a categoria não possui uma regulamentação acerca do mínimo de salário que devem receber, mas há um projeto de lei, PL 5278 de 2009 que fixa o piso salarial do (a) Assistente Social em R\$ 3.720,00 (três mil setecentos e vinte Reais) para uma jornada de trinta horas semanais.

⁶⁹ Ver apêndice A- Gráfico 25

⁷⁰ Ver apêndice A- Gráfico 26

⁷¹ As entrevistadas responderam à pesquisa a partir de dezembro do ano de 2014 até abril de 2015. Em 2014 o Salário Mínimo era R\$ 724,00 reais e a partir de 1 de janeiro de 2015 passou a ser R\$ 788,00 reais. <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm>

⁷² Ver apêndice A- Gráfico 27

Somente 15% das trabalhadoras fazem uma jornada semanal de 40 horas semanais, apesar de contrariar a lei Nº 12.317⁷³, no entanto, a maioria, (75%), trabalha 30 horas durante a semana⁷⁴. Conforme Alves (2013), foi uma conquista política da luta de classes a redução da jornada de trabalho, que permitiu fortalecer a classe trabalhadora em sua luta contra o capital. Essa redução, segundo ele, “constitui-se um espaço-tempo liberado do labor” (ALVES, 2013, p. 121). No entanto, argumenta que esse tempo livre incorporou o processo de reprodução social do capital e espaço de realização da mais valia relativa por meio da dimensão do consumo e do lazer. No caso das entrevistadas percebe-se que aquelas que trabalham trinta horas semanais 25% desempenham outra atividade remunerada, ou seja, “a mera redução da jornada de trabalho não significa mais, em si e para si, campo de desenvolvimento humano” (ALVES, 2013, p. 122). No entanto, não se responsabiliza as profissionais por isso, pelo contrário, compreende-se a necessidade imposta pelo capitalismo de aumentar o custo de vida para que se possa conquistar, mesmo que de forma contraditória, o desenvolvimento humano.⁷⁵

Em relação à qualificação profissional percebe-se que a maioria, 60% não possui cursos de especialização. Mais uma característica que aponta para um perfil de profissionais jovens nessas entidades. Dentre as 40% que cursaram a área predominante com 15% foi a Política de Assistência Social e Gestão do SUAS, o que mostra a relação com a área de atuação das entidades⁷⁶. Duas pessoas cursaram mestrado acadêmico, uma em política social recentemente (ano de conclusão entre 2011 e 2014) e a outra em serviço social que terminou antes de 1990⁷⁷. Ninguém possui especialização a nível de doutorado.

No eixo Relação Universidade e Categoria as atividades mais indicadas para a Universidade desenvolver⁷⁸ foram relacionadas a formas de qualificação, como 75% indicaram cursos de capacitação, 70% promoção de cursos de especialização e 80% promoção de minicursos em caráter de extensão. No entanto, verifica-se que a Universidade de Brasília possui o Programa de Pós-Graduação em Política Social desde 1990 e realiza seleções anuais,

⁷³É a lei que dispõe sobre a duração de 30 horas semanais para o trabalho de Assistentes Sociais e acrescenta à Lei de Regulamentação da Profissão, Nº 8662 de 7 de julho de 1993, a seguinte redação: Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.

⁷⁴ Ver apêndice A- Gráfico 28

⁷⁵ Uma pesquisa do Banco Central revela que Brasília é a cidade mais cara do País, onde a média dos preços é 19% maior do que a média nacional. Os dados dessa pesquisa foram revelados pelo Jornal Estadão em abril de 2014 < <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sao-paulo-e-brasilia-sao-as-cidades-mais-caras-do-pais-imp-,1157845>>

⁷⁶ Ver apêndice A- Gráfico 29

⁷⁷ Ver apêndice A- Gráfico 30

⁷⁸ Ver apêndice A- Gráfico 31

há diversos grupos de pesquisa do Departamento de Serviço Social⁷⁹ que podem agregar a participação das profissionais de alguma forma, além de palestras e rodas de conversas realizadas na Semana Universitária, por exemplo. É importante que da mesma forma que a universidade precisa se aproximar da categoria, as profissionais também manter o contato constante com a academia.

Em 90% dos casos a nomenclatura do cargo é assistente social⁸⁰, no caso que não é, é porque a profissional atua em área de coordenação, e uma deixou de responder o item. Todas as entrevistadas disseram que sentem a necessidade de se qualificar e dentre as áreas descritas selecionaram aquelas que eram de seu interesse⁸¹. As áreas que as assistentes sociais mostraram mais interesse⁸², (70%) foram: Assistência Social e Crianças e Adolescentes⁸³.

4.2 EXPRESSÕES DO COTIDIANO PROFISSIONAL: DIFICULDADES E POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO

Verificou-se que 45% das profissionais não souberam dizer onde que o serviço social se insere no organograma institucional. Aquelas que responderam situaram-se no campo da coordenação técnica, setor de apoio especializado, setor de atendimento multiprofissional, diretoria pedagógica e abaixo da Gerência Executiva.⁸⁴ Percebe-se, por isso, que não há uma formalização da inserção da profissão nas estruturas organizacionais das entidades. O problema é que essas instituições trabalham prioritariamente com a política de assistência social, e o profissional de serviço social, em 70% delas, atua nesta área também. No momento em que não há uma formalização da inserção deles na estrutura organizacional, de cada entidade, evidencia o caráter privado da política social e da assistência social, que passa a ser estruturada de acordo

⁷⁹ A saber de alguns grupos existentes: Grupos de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade Social e Trabalho (GESST), Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres (VIOLES), Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS).

⁸⁰ Ver apêndice A- Gráfico 32

⁸¹ As áreas são as dos itens N° 51 até 68 do questionário: Saúde, Previdência, Habitação, Assistência Social, Deficiência, Meio Ambiente, Educação, Fundamentos do Serviço Social, Mulheres/Identidade de Gênero, Idoso, Criança e Adolescente, Família, Movimentos Sociais, Planejamento/Administração/ Gestão, Recursos Humanos/ Gestão de Pessoas, Instrumentos e Técnicas e Pesquisa.

⁸² Ver apêndice A- Gráfico 33

⁸³ O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei N° 8069, de 13 de julho de 1990, permite expressamente a participação de entidades não governamentais no planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos para esse segmento. Em seu artigo 90º parágrafo 1º impõe as mesmas condições de inscrição de seus programas para entidades governamentais quanto não governamentais. Em vários outros artigos, como no 94º, determina os requisitos que as entidades (de qualquer natureza) que desenvolvam programas de internação devem possuir. Dessa forma, pode-se justificar o interesse das assistentes sociais em estudar essa temática, pois muitas delas podem estar trabalhando com esse público mesmo em entidades privadas por essa permissão expressa da lei.

⁸⁴ Ver apêndice A- Gráfico 34

com interesses particulares dos membros/fundadores das instituições. Pereira (2011) sinaliza que nos últimos tempos muito se fala sobre política social em um contexto politicamente e ideológico adverso, o que pode comprometer a garantia do direito social do cidadão, pois para este se efetivar é necessária a continuidade das ações desenvolvidas, o que não se pode afirmar plenamente quando se trata de dimensões privadas. Além disso, percebe-se a desregulamentação nas relações de trabalho dos profissionais que atuam no campo das políticas sociais.

As principais atividades desenvolvidas, conforme o Gráfico 3 a seguir, pelas assistentes sociais estão vinculadas com o direto funcionamento e execução dos serviços da entidade, como: planejamento e supervisão de programas e projetos sociais⁸⁵, administração de benefícios, fornecimento de orientações, esclarecimentos e encaminhamentos relativos aos serviços e benefícios sociais existentes na comunidade e ao acompanhamento social dos usuários além de estudos do perfil sócio econômico dos usuários para enquadramentos nos serviços institucionais. Nesta última informação é possível inferir que as assistentes sociais precisam fazer a seleção dos usuários, por meio de critérios restritivos e focais devido às imposições institucionais. Montañó (2002) alertou que as assistentes sociais poderiam encontrar o espaço de trabalho modificado em diversos quesitos, dentre eles o aumento das atividades de triagem e seleção dos pobres e, percebe-se, de fato, que isso acontece.

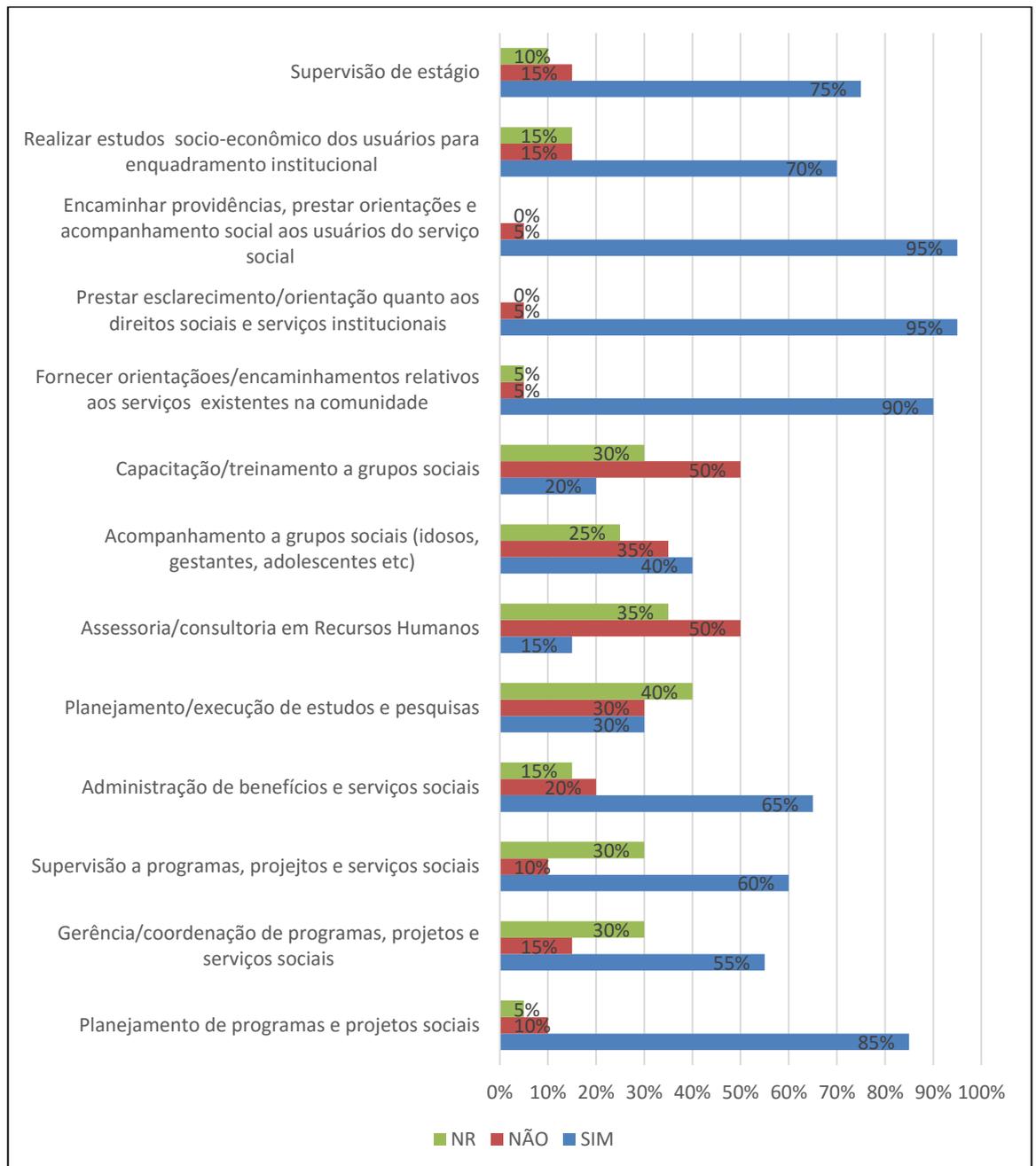
As atividades que foram mais destacadas, em aproximadamente 100% dos casos, foram de fornecer orientações, encaminhamentos aos serviços/benefícios sociais institucionais e aqueles existentes na comunidade e fazer o acompanhamento social dos usuários. Com isso, é importante ressaltar que a assistente social exerce uma função pedagógica para com os usuários, que ao longo da trajetória profissional incorporou perfis de ajuda, participação e de emancipação das classes subalternas, como destaca Iamamoto (2008).

Portanto, essa ação deve fazer parte da estratégia de trabalho profissional, mediada pela política de assistência social, principalmente. “As ações pedagógicas concretizam a ação material e ideológica no modo de vida, de sentir, pensar e agir das classes subalternas

⁸⁵ Cabe ressaltar o significado dos termos plano, programa e projeto. O entendimento é baseado em Teixeira (2009, p. 556), que define Plano como sendo um documento mais geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos mais importantes dos programas e projetos necessários, dos objetivos, estratégias e metas de um governo ou de uma instituição, no caso. Programa “é o documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública” O projeto: “É a menor unidade do processo de planejamento. O projeto trata-se de um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas e de pesquisa no espaço público e no espaço privado”

envolvidas nos espaços ocupacionais” (Iamamoto 2008, p. 317). Todavia, o significado desse trabalho se transforma na medida em que não se afirma a primazia do Estado, enquanto responsável pela condução das políticas públicas, onde os serviços prestados nessas instituições possuem lógicas privadas, da privatização e da filantropia, pois se acredita no argumento da autora de que se constata uma progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais.

Gráfico 3 - Principais Atividades Desenvolvidas pelas profissionais



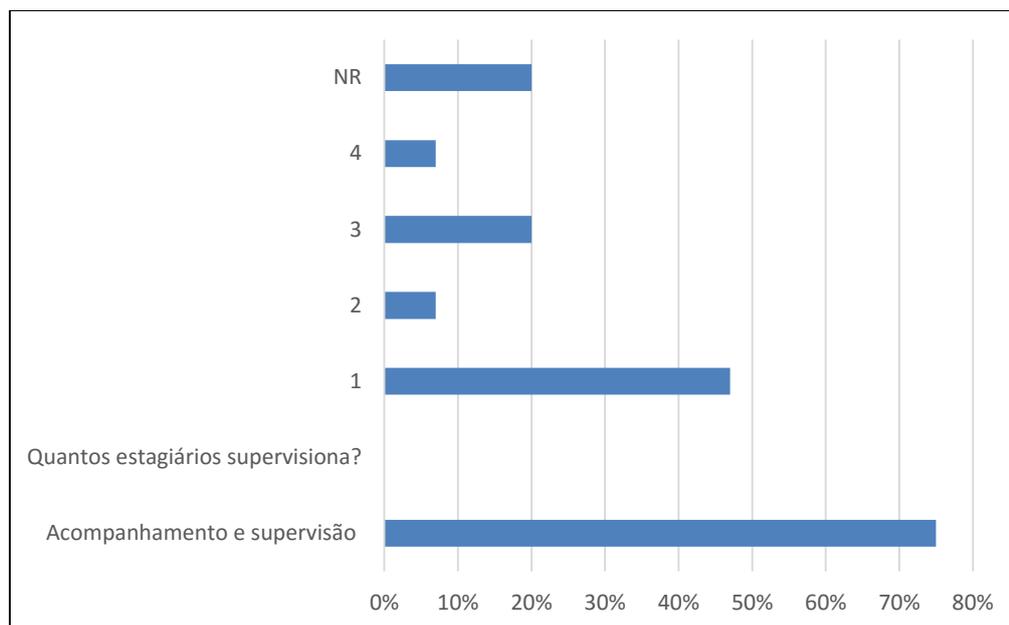
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Além das atividades citadas, 20% das entrevistadas responderam que fazem outras que são; acompanhamento sistemático de crianças e adolescentes em medida de acolhimento,

sistematização da prática, através da redação de artigos, promoções de passeios e eventos por meio de parcerias e participação em eventos festivos da instituição. É importante o fato de haver a sistematização da prática, evidencia o compromisso das profissionais com o registro do trabalho desenvolvido e contribui para a continuidade dele, visto que se inferiu que são instituições que possuem rotatividade de assistentes sociais. Porém, essa sistematização como parte da competência profissional precisa destacar a dimensão investigativa da profissão, conforme Guerra (2009), e não somente proceder em ações rotineiras e burocráticas de registros, por exemplo. A promoção de eventos com parcerias parece mostrar que a profissional está em constante articulação com a rede socioassistencial, mas não permite dizer se é para atender aos interesses da entidade ou do usuário. O relato de que as profissionais fazem o acompanhamento sistemático deixa margem para saber se é a assistente social que está acompanhando diretamente os adolescentes em suas atividades cotidianas no lugar de um profissional específico, como o Cuidador Social ou Mãe Social.⁸⁶

Daquelas 75% que responderam que supervisionam e acompanham estagiários, nenhuma recebe remuneração extra para isso, o que permite perceber que há um compromisso delas com a formação profissional de futuros assistentes sociais. É interessante perceber que por meio dos campos de estágio o “terceiro setor” está sendo um campo de aprendizado para os estudantes de Serviço Social o que pode trazer para a academia fecundos debates acerca do papel ideológico desempenhado por “este setor”. Sete assistentes sociais acompanham somente um estagiário. Uma profissional disse que acompanha 4 estudantes, mas não respondeu o item referente a jornada de trabalho o que não permite identificar se há consonância das horas trabalhadas por ela com a quantidade de estagiários, pois pela resolução do CFESS 533/08 não deverá exceder um estagiário para cada 10 horas semanais de trabalho. Como ninguém disse que acompanha mais que 5 estagiários e a maioria delas trabalha 30 horas semanais, é possível perceber a observância da resolução. O gráfico abaixo ilustra este cenário.

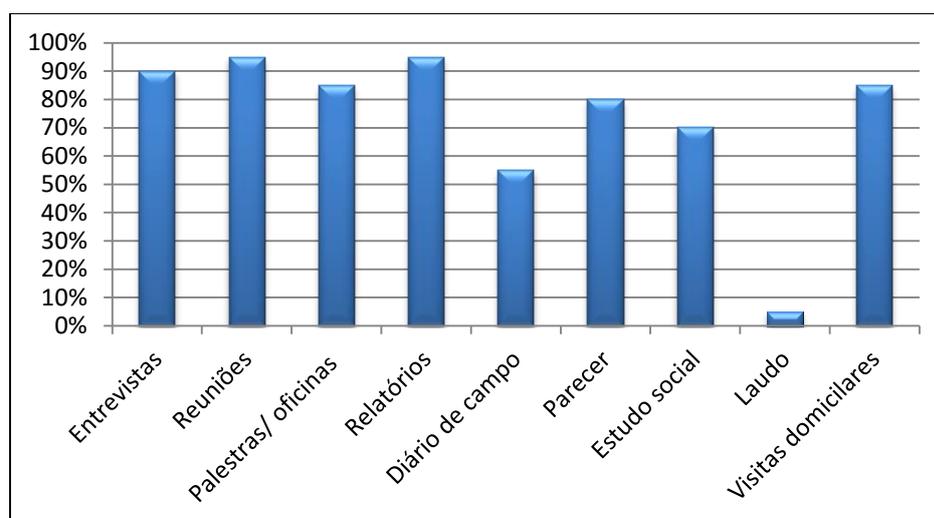
⁸⁶ A Lei Federal nº 7.644 de 1987 dispõe sobre a regulamentação da Atividade de Mãe Social, que são aqueles (as) que prestam à assistência ao “menor abandonado”, dedicando-se, exclusivamente, às necessidades deles, realizando tarefas a eles pertinentes e proporcionando as condições próprias de uma família. Note-se que essa lei é anterior à Constituição Federal de 1988 e, conseqüentemente, à Lei 8.069 de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por isso a designação na lei ainda se utiliza do termo menor abandonado, próprio da chamada Doutrina do Menor em situação irregular existente anteriormente à denominada Doutrina da Proteção Integral promulgada a partir do ECA.

Gráfico 4 - Supervisão de Estagiários

Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

É interessante destacar que uma alta porcentagem das entrevistadas deixou de responder alguns itens, simplesmente não selecionando nenhum campo existente. Nesse gráfico acima, por exemplo, 20% não responderam quantos estagiários supervisionam.

Em relação aos instrumentos utilizados para o desempenho das tarefas, que selecionaram mais de um instrumento que utilizam no cotidiano, quase todas realizam Entrevistas, Reuniões, Relatórios, Palestras, Parecer e Visitas Domiciliares. O gráfico abaixo ilustra esses instrumentos (Gráfico 5) que não são específicos e exclusivos de assistentes sociais e não devem ser mais importantes do que os objetivos da ação profissional. Conforme Guerra (2011) que define instrumentalidade como a capacidade dos assistentes sociais de conhecerem os seus objetivos e compromissos, atribuindo-lhes significados. Para isso é imprescindível o envolvimento das dimensões da profissão, técnico-operativa, ético-política e teórico metodologia, atribuindo sentido às suas ações e instrumentos, importando-se para qual objetivo e função se utilizará determinado instrumento. Dessa maneira, somente um referencial teórico de profissão consolidado pode contribuir para escolha dos instrumentos mais adequados à ação.

Gráfico 5 - Instrumentos Utilizados

Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Foi perguntando se as visitas domiciliares são agendadas, e em 71% dos casos elas são, e a justificativa predominante foi: “Devido à disponibilidade do carro da instituição”. As outras respostas foram: “Precisa da autorização do usuário”; “Para comunicar o motivo da visita”; “Para saber se vai estar em casa”; “Para respeitar a autonomia do usuário e sua privacidade”; “o objetivo da visita não é fiscalizar, mas orientar os usuários dando condições para que possam alcançar a autonomia” e 15% não fizeram nenhuma justificativa. Das 14% entrevistadas que responderam que não há agendamento, assim justificaram: “Depende muito do motivo da visita. Se for suspeita de negligência não, por exemplo”; “Falta de tempo ou de contato da família”; “Para melhor aproximação da realidade familiar e social”. A importância de saber sobre o agendamento das visitas está no sentido de entender quais as intenções das profissionais para com elas, a partir do entendimento da liberdade como valor ético central recusando qualquer forma de autoritarismo e imposição diante das escolhas e modo de vida dos usuários.

Além desses instrumentos, 25% das assistentes sociais destacaram que utilizam outros como: “tabela de acompanhamento diário dos atendimentos dividida por tipo de atendimento”; “plano individual de atendimento (PIA) e Plano de atendimento individual e familiar (PAIF)”; “estatística”; “anamnese social”; “suporte a projetos de vida dos usuários, apoio nas oficinas de artesanato, informática, inglês, produção de textos, atividades artísticas, canto e música”. Percebe-se que as profissionais podem ter confundido o que são instrumentos, atividades e documentos da instituição. A descrição de apoio nas oficinas não seria uma atividade desempenhada pela profissional. Estatísticas e tabelas de acompanhamento seriam documentos institucionais. O plano individual de atendimento (PIA) revela a

aproximação da instituição com entidades de acolhimento institucional para criança e adolescente ou entidades de cumprimento de medidas socioeducativas, pois é um recurso definido em legislações específicas desse segmento.⁸⁷ O termo anamnese social é utilizado por profissionais da área da saúde, como médicos, e reflete um interrogatório aos usuários para auxiliar na “cura” de seus problemas.

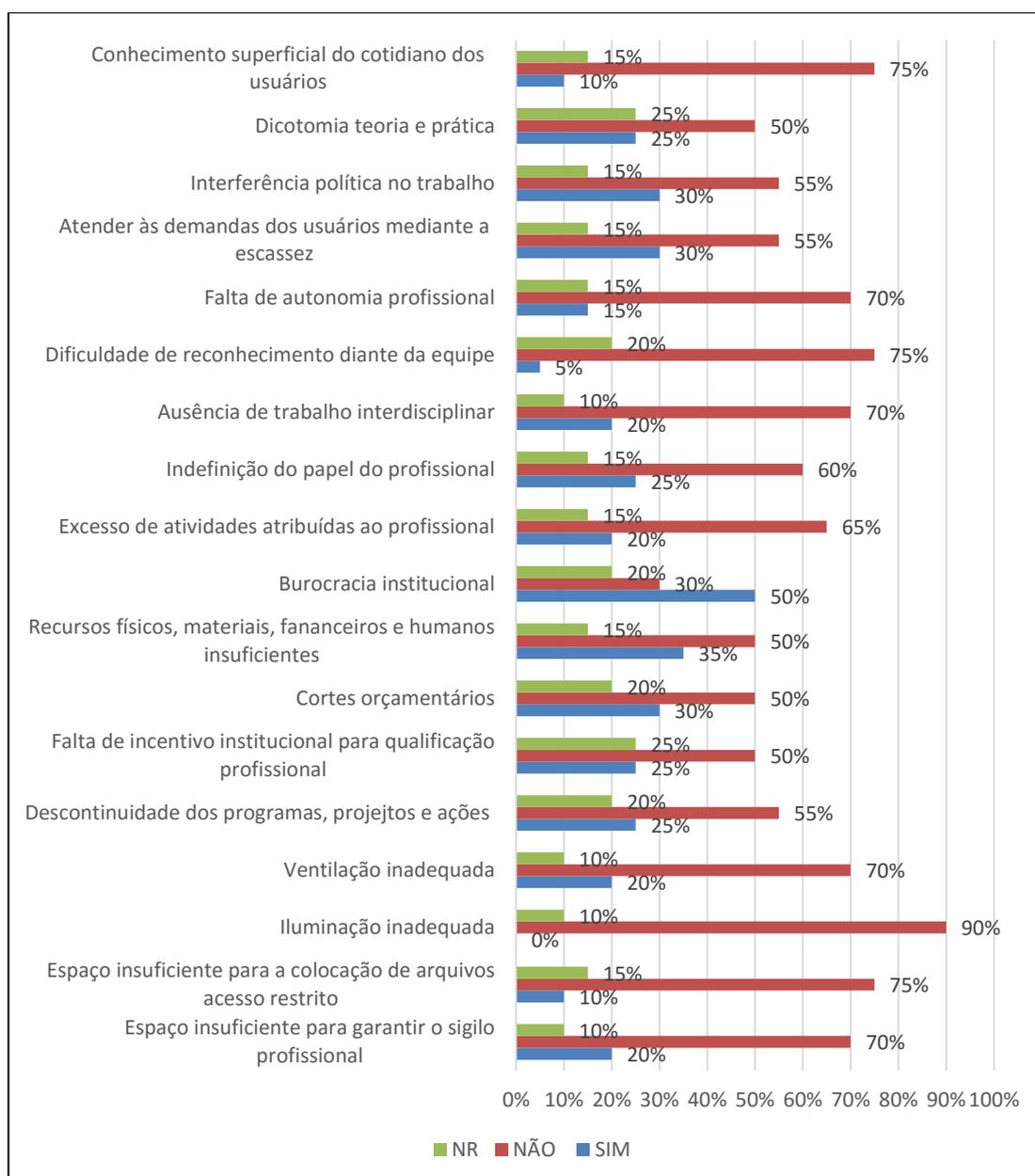
Diante do conhecimento das principais atividades desenvolvidas se torna pertinente identificar quais as principais dificuldades percebidas pelas entrevistadas no cotidiano do trabalho profissional na Instituição.

Dentre as dificuldades e limitações do cotidiano do trabalho, (gráfico 6) a principal foi a existência da burocracia institucional, com 50% das profissionais concordando e 20% se abstendo de responder. Com isso, pode-se perceber que há uma tendência de as entidades privadas não lucrativas serem hierarquizadas, não permitindo que assistentes sociais desenvolvam sua autonomia de trabalho, pois não depende apenas da ação isolada delas. No entanto, apenas 15% consideraram que não possuem autonomia e 15% optaram por não responder à questão. Esse ponto é contraditório, pois não se sabe exatamente qual a compreensão das profissionais sobre autonomia, mas pela interpretação de análise entende-se que há uma relativa autonomia profissional com embasamentos legais e éticos.⁸⁸

O profissional do serviço social dispõe de características típicas de profissões liberais, dentre elas a relativa autonomia, como destaca Iamamoto (2014) e a condição de trabalhador assalariado. Essa condição faz com que o (a) assistente social tenha que entregar ao seu empregador o valor de uso específico de sua força de trabalho qualificado e essa condição assalariada envolve parâmetros institucionais e trabalhistas, que estabelecem as condições de realização desse trabalho, conforme Iamamoto (2008).

⁸⁷ Os artigos 52, 53 e 54 da Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), expressam, por exemplo, a função do Plano Individual de Atendimento.

⁸⁸ Refere-se aqui a lei de Regulamentação da Profissão, lei Nº 8666 de 1993 e ao código de ética do/a Assistente Social.

Gráfico 6- Principais Dificuldades e Limitações no Cotidiano de Trabalho

Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Ou seja, são determinados às profissionais o salário, a jornada e intensidade do trabalho, os índices de produtividade e as metas a cumprir que estabelecem limites e possibilidades à realização das propostas profissionais, e conforme a autora acima menciona, determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder. Diante disso ocorre uma relação de dependência entre o profissional e o sujeito que o contrata.

O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse

trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas. (IAMAMOTO, 2008, p. 215)

Com isso, percebe-se que a burocracia institucional afeta o significado social do trabalho de assistentes sociais no “terceiro setor”, independente da qualificação técnica e experiência das profissionais. “Este setor” é tensionado pela prestação de serviços públicos a partir de lógicas privadas de gestão/funcionamento, afetando, diretamente, na postura profissional assumida em cada situação institucional. Mesmo considerando todas as contradições se faz necessário que haja o enfrentamento dos níveis burocráticos institucionais, nem que seja apenas com a intenção de defender o exercício da autonomia diante das situações.

Acerca da insuficiência dos recursos físicos, materiais, humanos e financeiros 35% das profissionais alegaram isso como dificuldade, assim como a existência de cortes orçamentários. Nesse item a abstenção de responder ficou entre 15% e 20%, respectivamente, cerca de 4 profissionais, o que é considerado um número relevante. Com isso, percebe-se que os recursos disponibilizados pelo governo, daquelas entidades que possuem parcerias, não cobrem os custos com os programas. A existência de parcerias governamentais, como já demarcado, com as entidades privadas sem fins lucrativos é contraditória, e não surpreende o fato dos recursos estatais serem insuficientes, pois se analisa, de acordo com a realidade e a compreensão de Montañó (2002), que servem para custear os gastos operacionais, com mão de obra, por exemplo, não chegando diretamente aos beneficiários finais.

A descontinuidade dos programas, projetos e ações da entidade foi alegado por 25% das profissionais, sendo que 20% não responderam essa questão. Dessa maneira, 55% assistentes sociais disseram que não há a descontinuidade das ações em geral, ou seja, mais da metade das profissionais não encontram dificuldades para continuar as ações, em geral, desenvolvidas.

Isso é fundamental para afirmação do direito à assistência social como política social e percebe-se a consolidação que o SUAS está obtendo. No entanto, não descarta que esta política, assim como outras sob a égide do neoliberalismo, estão se reconstruindo pela ideologia liberal, que conforme Pereira (2011) entende que os direitos sociais não são genuínos porque sua efetivação depende de condições materiais e financeiras que o Estado não consegue arcar, revelando a participação mais intensa do setor privado como provedor social.

Cinco assistentes sociais afirmaram que falta incentivo institucional para a qualificação profissional, mais um fator que pode confirmar a rotatividade de profissionais nesses espaços. Antunes (2000) diante das transformações no mundo do trabalho diz que apesar de se visualizar a tendência de qualificação do trabalho, desenvolve um processo de

desqualificação dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório. A mesma quantidade alegou que há a indefinição do papel do profissional, o que está relacionado com as mesmas razões da inserção do Serviço Social no organograma institucional e percebe-se a necessidade de o profissional reafirmar suas atribuições e competências descritas na lei de regulamentação da profissão. O mesmo número alegou haver dicotomia entre teoria e prática, o que é perigoso para aquelas que alegaram isso e fazem supervisão acadêmica de estágio. Sabe-se que, pelos termos de Santos (2011, p. 31), “a prática determina até onde pode se desenvolver o conhecimento, ela está associada às necessidades materiais, produtivas, práticas do homem social” e a teoria proporciona o conhecimento desta realidade. Portanto, quando se afirma que são elementos indissociáveis entende-se que se há uma dificuldade de apreender a relação entre as dimensões teórico metodológica, ético política e técnico operativo na intervenção profissional, acarretando problemas para a intervenção, inclusive na escolha dos instrumentos e técnicas do cotidiano de trabalho.

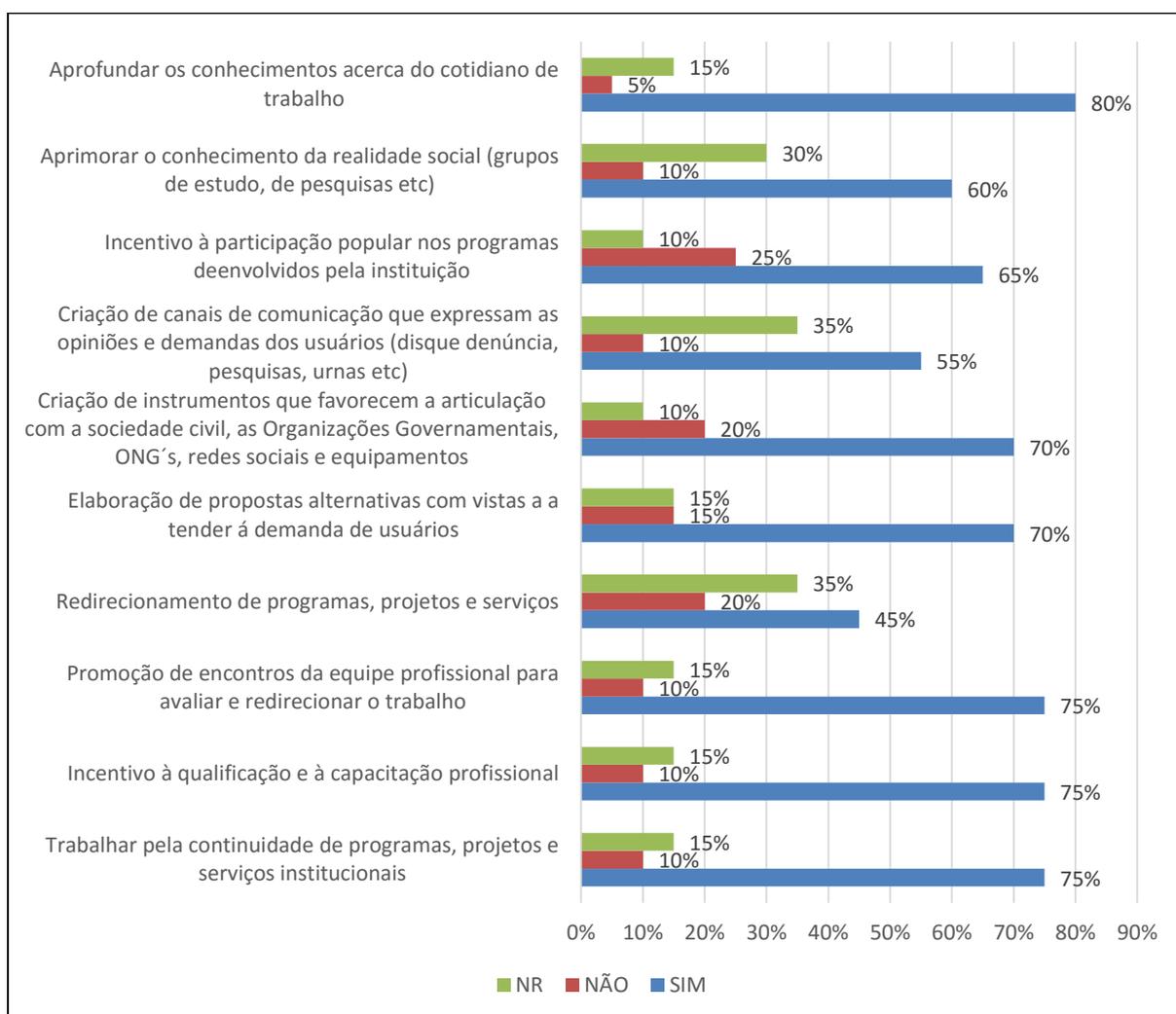
Outras dificuldades foram levantadas por 40% delas, tais como: falta de interação de outros profissionais com o trabalho do serviço social, limitação de espaço físico, falta de reconhecimento da coordenação institucional, rede socioassistencial pública inchada e de má qualidade, confronto de interesses institucionais com a prática profissional. Esse impasse do profissional com a instituição confirma ainda mais a autonomia relativa deles e pode revelar que os objetivos institucionais estão contrários aos dos assistentes sociais, necessitando que este se posicione na direção do atendimento às necessidades dos usuários.

Como forma de superação das dificuldades as assistentes sociais elencaram como importantes as seguintes ações: a maioria delas, 75% disseram trabalhar pela continuidade de programas, projetos e serviços institucionais e promovem encontros com a equipe profissional para avaliar e redirecionar o trabalho, conforme o gráfico abaixo (Gráfico 7). Para fazer as adequações ao trabalho institucional muitas profissionais procuram discutir com a equipe profissional, que não são apenas assistentes sociais, o que evidencia o universo heterogêneo de trabalhadores que compõe o SUAS explicitado nos documentos do MDS.

Possivelmente, ao revelar preocupadas com o processo de trabalho 80% consideraram a necessidade de aprofundar os conhecimentos acerca do cotidiano profissional e como consequência 70% buscam a elaboração de propostas alternativas para atender as demandas dos usuários. Esse dado pode revelar a tendência de mais trabalho às profissionais, que conforme Dal Rosso (2008) é uma intensificação do trabalho, visto que para alcançar melhores resultados qualitativos ou quantitativos no cotidiano mais esforços cognitivos e emotivos das profissionais são empregados. Criar instrumentos de articulação com outras

entidades privadas, como forma de ampliação da rede de assistência social, também foi elencado como importante por 70% das participantes.

Gráfico 7 - Possibilidades de Superação das Dificuldades



Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Um número relevante (65%) acredita no incentivo à participação dos usuários nas ações desenvolvidas, porém deveriam ser todas as assistentes sociais a pensar e fazer assim, procurando os motivos das ausências dos usuários/familiares e buscando alternativas para solucionar as dificuldades. Percebe-se que isso é pouco mais da metade das profissionais, considerando a opinião dos/as usuários/as acerca da qualidade dos serviços, mas outras não percebem a importância dessa atitude, pois apenas 55% consideram fundamental a criação de canais de comunicação para que eles possam expressar suas opiniões, e 35% sinalizaram a opção “não se aplica” para este item, e as outras 10% disseram que não buscam esse canal de informação. Iamamoto (2008) destaca a importância do conhecimento dos processos sociais para a proposta de ações inovadoras para a população atendida, conforme ela diz abaixo,

considera-se que essas atitudes devem ser valorizadas como forma de garantia do direito social dos sujeitos.

Nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social é de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho- e correspondentes expressões culturais- dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre os sujeitos e as expressões da questão social que as vivenciam. (IAMAMOTO 2008, p. 200)

Considera-se fundamental a participação dos/as usuários/as na avaliação ativa dos serviços prestados a eles. A lei de regulamentação da profissão da categoria e o Código de Ética de 1993 justificam a necessidade de ações como essas por assistentes sociais em diferentes espaços, considerando a contradição do “terceiro setor” elas devem acontecer mais nesses espaços, por isso, lamenta-se que mais profissionais não estejam utilizando desse mecanismo de relação com os/as usuários/as. No artigo 4º da lei Nº 8662, de 1993, ao dispor sobre as competências do assistente social diz nos incisos III, V e VII que, basicamente, estão visando o conhecimento das demandas reais da população usuária, o conhecimento da realidade social permitindo interferências nesse sentido. O artigo 5º da mesma lei (dos incisos I, IV, VI e X) e também o artigo 5º do código de ética (alíneas A, B, G e H) infere-se que assistentes sociais em qualquer espaço de trabalho devem: elaborar, executar, executar a atividades na área de Serviço Social, oferecer aos usuários o entendimento da profissional sobre a realidade, promover a discussão da diferença e a socialização dos conhecimentos acerca de questões do interesse dos usuários, se comprometer com a qualidade dos serviços prestados à população usuária, prezar pela participação dos usuários nas decisões institucionais e a garantia da plena informação.⁸⁹

É interessante observar que segundo a resposta de 60% das assistentes sociais os usuários das instituições estão demandando novas ações dentro dos espaços. A maioria (75%)

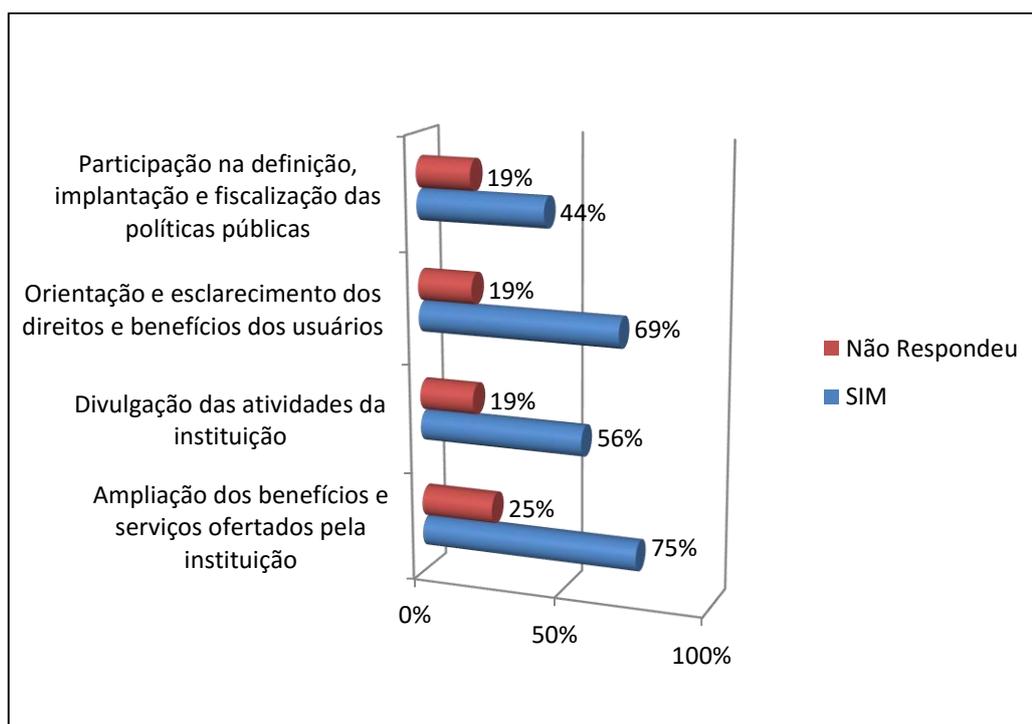
⁸⁹ Segue abaixo a literalidade dos artigos mencionados.

Lei Nº 8662 de 1993: Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais. Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.

Código de Ética: Capítulo 1- Das Relações com os (as) Usuários (as). Art 5º A- Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais. B- Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos (as) usuários (as), mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos (as) profissionais, resguardados os princípios deste Código. G- Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os (as) usuários (as), no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados. H- Esclarecer aos (às) usuários (as), ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

está solicitando a ampliação dos benefícios e serviços que a instituição já oferta, apontando para a importância das ações que elas desempenham, mas também deixa cada vez mais claro a falta desses serviços na esfera pública, ou seja, a desresponsabilização estatal. Percebe-se que muitos deles (69%) está buscando se informar cada vez mais sobre seus direitos, o que revela uma forma de emancipação deles, prevista como princípio da categoria profissional no código de ética. O que mais merece destaque é a demanda dos usuários pela participação na definição, implementação e fiscalização das políticas públicas, confirmando a importância do trabalho da atuação de assistentes sociais nessa direção, não apenas com a intenção meramente legal de obedecer aos princípios da profissão, mas ainda mais legitimados a partir da vontade e necessidade que os usuários dos serviços expressam. O gráfico abaixo ilustra esses resultados (Gráfico 8), assim como revela a quantidade de profissionais que se absterão de responder esses itens, o que pode expressar a necessidade de maior aproximação delas com os usuários.

Gráfico 8 - Novas Demandas dos Usuários



Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

4.3 - AS DEMANDAS COLOCADAS PARA O SERVIÇO SOCIAL NAS ENTIDADES DO “TERCEIRO SETOR” DO DISTRITO FEDERAL

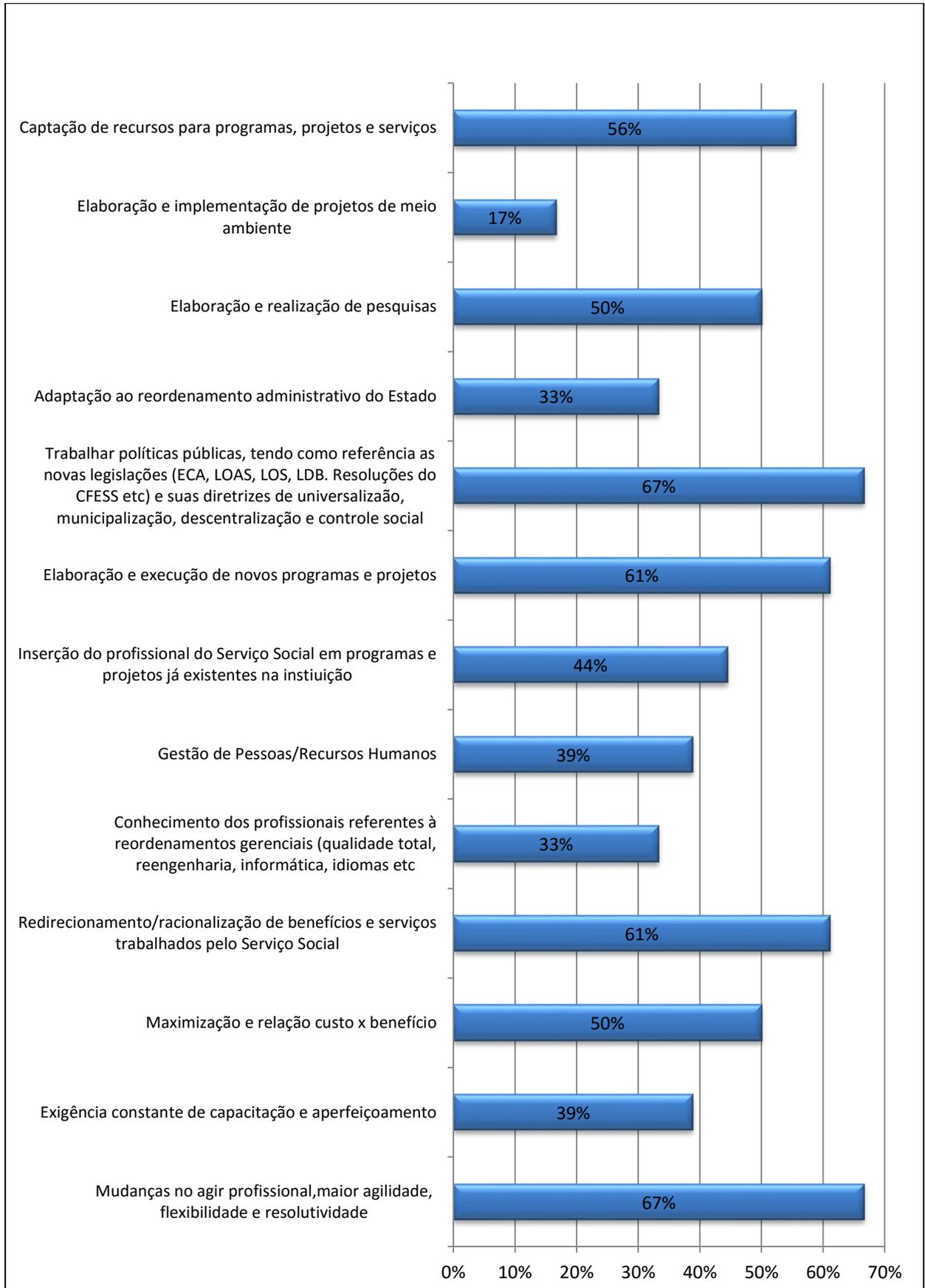
Foi indagado às assistentes sociais sobre a existência de novas demandas colocadas pela instituição para o Serviço Social. Os dados revelam que 90% das profissionais confirmaram que as instituições estão requisitando uma nova forma de atuação que refletem

ainda mais os rebatimentos da reestruturação produtiva e a intensificação das relações trabalhistas.

Como forma mais evidente dessa intensificação do trabalho, conforme o gráfico 9 abaixo, a demanda institucional para a maioria das profissionais (67%) é referente a mudanças no agir profissional de forma a garantir maior agilidade, flexibilidade, resolutividade e polivalência. Isso revela a necessidade de readaptação das ações profissionais diante da configuração das políticas neoliberais, ainda mais intensificadas no espaço do “terceiro setor” que, conforme diz Behring (2011), o programa de publicização atinge diretamente as políticas sociais precisando o profissional ser capaz de definir prioridades de ação, indo diretamente na direção da não universalização do direito. Percebe-se isso pelas exigências de maximização da relação custo *versus* benefício e captação de recursos para programas e projetos, além de exigir do profissional o redirecionamento e racionalização dos benefícios e serviços trabalhados pelo serviço social.

Uma entrevistada escreveu no espaço em branco do questionário sobre esse tópico, dizendo: “Preciso fazer bazares e buscar parcerias para conseguir brinquedos, realizar festas para conseguir dinheiro para ter as coisas que os usuários precisam fora o essencial, porque é o único jeito disso ter aqui, sei que o diretor não vai me passar os recursos necessários para comprar”. A partir disso, verifica-se a tendência da ampliação das parcerias com as redes privadas como responsabilidade profissional de prover o atendimento de usuários sem recursos existentes. Por outro lado, apreende que há compromisso profissional com a prestação dos serviços ao buscar alternativas para produzir ações relevantes para os (as) usuários (as). Mas em geral, o que se entende é que há a tendência de imposição das entidades privadas para a assistente social operacionalizar esse serviço. Atribuem a elas todo o ônus e responsabilidade para resolver um problema de captação de recursos e muitas vezes desviam- as de suas reais atribuições e não se consideram em quanto entidades responsáveis pelas necessárias articulações para a captação e ampliação de recursos.

Gráfico 9- Novas Demandas colocadas pela Instituição ao Serviço Social



Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Em relação às ações profissionais diante das novas demandas⁹⁰, percebe a responsabilização da profissional para redirecionar o trabalho (75%), elaborar propostas de ampliação dos serviços (65%), assim como a atuação em áreas de gestão por meio da realização de planejamento estratégico (65%). Tudo isso pode acarretar uma sobrecarga de trabalho e de responsabilização individual diante das expressões da questão social, pois muitas delas (60%) estão buscando atividades de capacitação, que apesar de ser um ponto positivo de ampliação do conhecimento tem esse outro lado que pode gerar um sentimento de culpabilização individual. Há uma preocupação com a possível naturalização das demandas institucionais pelas profissionais e as atuações que podem decorrer da imediatividade, podendo elas incorrer no que Yamamoto (2004) chama de fatalismo e messianismo. Sendo que a prática social aparece revestida de concepções naturalistas e idealistas da vida social, podendo conceber a atuação como algo que não irá solucionar os problemas, ou privilegiar o campo das intenções somente pela vontade individual e pretensão de solucionar, caindo em argumentos assim: “isso não vai resolver nada” ou “o que valeu foi a intenção”. O gráfico 10, abaixo, pode ilustrar melhor as ações profissionais diante das novas requisições institucionais.

Alencar (2009) fez referência às atribuições profissionais dentro desse espaço ocupacional e foi possível perceber pela análise dos dados o que ela afirma.

Os assistentes sociais estão sendo demandados nestes espaços profissionais para atuar na Gestão de programas sociais, o que implica o desenvolvimento de competências no campo do planejamento, formulação e avaliação de políticas sociais. Sendo assim, há uma grande tendência de crescimento das funções socioinstitucionais do Serviço Social para o plano de gerência de programas sociais, o que requer do profissional o domínio de conhecimentos e saberes, tais como de: legislações sociais correntes, numa atualização permanentes; análises das relações de poder e da conjuntura; pesquisa, diagnóstico social e de indicadores sociais, com o devido tratamento técnico dos dados e das informações obtidas, no sentido de estabelecer as demandas e definir as prioridades de ação; leitura dos orçamentos públicos e domínio de captação de recursos; domínio do processos de planejamento e a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais. (ALENCAR, 2009, p. 459).

⁹⁰ Ver apêndice A- Gráfico 10

Gráfico 10- Ações Profissionais diante das novas demandas colocadas pela Instituição



Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Percebe-se que na maioria dos casos (67%)⁹¹ as profissionais estão se baseando nas novas legislações para a sua atuação, como a LOAS. Esse ponto é fundamental para a garantia ao direito à assistência social como ação permanente do profissional e demanda delas atualizações constantes, além de destacar a importância da participação nas instâncias de controle social. Ainda conforme a autora acima destacou, observa-se a tendência de realização

⁹¹ Ver apêndice A- Gráfico 9

de pesquisa por metade das profissionais, da captação de recursos, planejamento estratégico e a maximização da relação custo x benefício, que implica conhecimento orçamentário, mesmo que seja só no âmbito institucional.

É interessante observar as atividades profissionais voltadas para a qualificação nas áreas de informática, que está relacionando com o público de trabalhadores jovens “nesse setor” e segundo Alves (2013) com a necessidade de uma força de trabalho compatível para operar a tecnologia dos computadores, “máquinas inteligentes incorporadas a redes digitais, que exigem de novos operadores habilidades técnico comportamentais” (Alves, p. 150). Cabe destacar as novas demandas institucionais relacionadas à implementação de projetos de meio ambiente, considerando a importância que este tema possui diante desse sistema de produção capitalista.

A partir das ações profissionais, diante das novas demandas impostas pelas instituições, os dados mostram que apenas 10% das profissionais estão trabalhando na direção da racionalização das ações já trabalhadas pelo serviço social, ou seja, diminuindo a oferta de serviços institucionais, por exemplo. Por outro lado, é possível inferir que aquelas profissionais que estão buscando outras alternativas, como formas de ampliar os serviços existentes, mesmo que isso acarrete processos de intensificação do seu trabalho, estão lutando pela defesa do direito dos usuários, o que é importante de se perceber dentro do “terceiro setor”. No entanto, a luta por direitos não é individual, e sim necessita de articulações coletiva, como com movimentos sociais e organizações governamentais. No entanto, percebe-se que pouco mais da metade (55%)⁹² tem essa prática de ação, o que se considera pouco diante das relações privadas e interpessoais presentes no “terceiro setor”.

É necessário atentar-se que as profissionais nessas entidades atuam com a política de assistência social, a mesma política que outras instituições governamentais atuam, mas que isso não deve ser justificativa para a fragmentação dessa política, ou seja, para diferenças de compreensão, indicadores, objetivos. O que se pretende afirmar é que os trabalhadores da assistência social, sejam eles de qualquer nível e independentemente do espaço que trabalham, precisam compreender este direito da mesma maneira, os discursos precisam visar o mesmo objetivo, sendo um desafio para assistentes sociais a luta pelo fortalecimento e formação da PNAS e construção e consolidação do SUAS.

⁹² Ver apêndice A- Gráfico 10

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade do presente trabalho de conclusão de curso foi analisar o perfil de assistentes sociais nas instituições do chamado “terceiro setor” do Distrito Federal e os rebatimentos e contradições da área de atuação⁹³ no trabalho das profissionais nesse espaço ocupacional. Considerando os limites de um trabalho de conclusão de curso, foi realizado por meio de revisão bibliográfica a compreensão da configuração do “terceiro setor”, assim como um exercício aproximativo de coleta de dados, em forma de questionário, a respeito do trabalho de assistentes sociais nesse espaço.

Inicialmente pretendeu compreender os elementos da categoria trabalho, destacando sua centralidade no mundo atual a partir das transformações no mundo do trabalho e no significado real desta categoria. Com enfoque nos processos de reestruturação produtiva houve o destaque para os processos de crise do sistema capitalista como expressões dos rebatimentos nas formas de organização trabalhista. A partir disso ressaltou-se a particularidade brasileira nesse cenário e sua opção política para enfrentar os processos de crise, o reordenamento administrativo do Estado, mais precisamente o programa de publicização.

Diante desse processo histórico os espaços ocupacionais do Serviço Social são reconfigurados e são colocados novos desafios para a atuação das assistentes sociais. As atividades dessa profissional possuem duas direções dentro do papel ideológico desempenhado pelo “terceiro setor”. Podem atuar como formas de afirmar o direito à assistência social, independentemente de qualquer condição dos sujeitos, fazendo os devidos embates institucionais ao compreenderem que estão inseridas em um espaço contraditório e precisam preconizar o embate entre as lutas do capital e do trabalho. Porém, podem refletir ações que afirmam a lógica da solidariedade individual das ações institucionais, configurando em uma perspectiva não universalista do direito, a fim da manutenção da ordem social. A intenção não foi culpabilizar as profissionais, mas colaborar para a reflexão e análise desse espaço de trabalho, para que suas ações possam ser menos imediatistas, mas direcionadas para a compreensão da realidade social.

A atuação das assistentes sociais no “terceiro setor” está vinculada à política de assistência social e por isso a área de atuação delas é com essa política, se configurando também como trabalhadoras do SUAS. As principais ações desenvolvidas estão relacionadas com a finalidade das entidades e, portanto, vinculadas com os interesses das instituições,

⁹³ Enfatizando que a área de atuação é compreendida aqui como o espaço ocupacional articulado à política de assistência social.

paralelamente a finalidade das entidades, em geral, é prestar um serviço público à população. No entanto, as assistentes sociais não podem desconsiderar a relação privada e interpessoal, ou seja, precisam considerar a dimensão privada do espaço de trabalho para saberem se posicionar entre a defesa dos interesses meramente institucionais ou aquelas relacionados com o dos usuários, diante de situações que necessitem de seu posicionamento. Ressalta-se que não há transferência da atuação profissional do estado para o “terceiro setor”. O que ocorre é a apropriação neoliberal pelas políticas sociais, especificamente pela política de assistência social, interferindo diretamente nas formas e possibilidades de atuação profissional. Dessa maneira, é possível constatar que a ordem vigente tende a atender as demandas dos direitos dos trabalhadores de forma cada vez mais específica, segmentando a totalidade social e excluindo a perspectiva sócio histórica de realização deles, o que mostra a adequação ao capitalismo em detrimento do vislumbre de uma ordem societária alternativa.

Diante disso, o trabalho precisa ser permeado pelas legislações que determinam a assistência social como política e direito, porém o espaço do “terceiro setor” se encontra vinculado, historicamente, a ações pautadas na solidariedade individual. Apesar disso, essas mesmas legislações que concretizam a assistência social como direito abrem espaço para a atuação de entidades privadas contraditórias, associadas ao processo de legitimação do Estado por sua desresponsabilização no atendimento das necessidades sociais, atuando, basicamente de forma complementar, a partir de ações fiscalizatórias e regulamentadoras.

A manutenção dessas entidades pode acontecer por doações, previsões orçamentárias nas leis, bem como por meio de fundos próprios. O problema disso é que diante das formas previstas nas legislações o Estado passa a atuar como ditador de regras, burocráticas, restritivas, fiscalizadoras e vezes punitivas, que poderão impedir a prestação dos serviços pelas entidades sendo que o Estado não assumirá a responsabilidade pelo serviço, prejudicando a população e o acesso a seus direitos. Outra questão é que esses recursos promovidos pelo Estado não necessariamente chegam aos usuários dos serviços e sim servem para custear gastos operacionais, como pagamento de funcionários. A outra problemática sobre a captação dos recursos é que a partir dos resultados da pesquisa foi percebido que, em geral, as instituições estão responsabilizando as assistentes sociais para a promoção de eventos ou ações que promovam recursos para as entidades. Essa atitude além de não fazer parte do arsenal de atribuições e competências profissionais é uma forma de intensificação do trabalho delas.

Outros fatores que expressam a precarização do trabalho dessas profissionais nesse espaço podem ser revelados a partir do elevado índice de burocracia das entidades, forma de

contratação - visto que são trabalhadoras da política de assistência social que prevê a contratação de seus funcionários por meio de serviço público – e a rotatividade das assistentes sociais. Esse fator pode ser motivado pelo baixo salário, falta de incentivo para a qualificação, instabilidade nas relações de trabalho e conseqüentemente reflete na autonomia relativa da profissional, o que configura um desafio para as trabalhadoras desse espaço ocupacional.

Dessa forma, foi possível alcançar os objetivos pretendidos. No entanto, considera-se a necessidade de pesquisas futuras para fazer o necessário aprofundamento em alguns assuntos. No caso dos conselhos nacionais de assistência social recomenda-se a análise do processo de certificação das entidades como integrantes do SUAS. Precisa-se pesquisar sobre a atual configuração dos trabalhadores, em geral, dessas organizações não estatais, por considerar que eles fazem parte do SUAS. Sobre o trabalho da assistente social ficaram lacunas nas análises sobre a relação entre profissionais e usuários, a concepção de cada profissional sobre teoria e prática, os motivos de realização das visitas domiciliares e sobre o que a atual configuração do “terceiro setor”, para elas pode representar para o trabalho profissional.

Atualmente, devido ao enraizamento do projeto neoliberal, não se pode negar a importância das instituições do “terceiro setor” para o sistema de garantia de direitos, de modo geral. Sem a pretensão de recair sob a Era da possibilidade, recomenda-se que as assistentes sociais desses espaços, como profissionais comprometidas com a universalidade dos direitos, possam se articular mais e de forma mais efetiva com movimentos sociais e organismos governamentais (visto que apenas pouco mais da metade das entrevistadas busca fazer isso). Para que seja possível a concretização daquilo que é de direito da população e que de forma progressiva ocorra a democratização das relações sociais, para que haja cada vez mais respostas profissionais no sentido da aproximação dos interesses da classe trabalhadora. Outro modo possível de fazer articulações é por meio dos espaços de discussão sobre a política de assistência social, desde aqueles promovidos pelo CRESS até as Conferências Nacionais, como forma de debater dificuldades e possibilidades do trabalho profissional, além da ampliação e manutenção da rede socioassistencial.

Como sugestão de estudos futuros, não somente para profissionais do Serviço Social, refere-se a pesquisas sobre a constante desresponsabilização estatal no atendimento às necessidades sociais, principalmente no que tange às políticas de Seguridade Social. Minimamente, pretendeu-se mostrar como que algumas leis criadas após a constituição de 1988 foram na direção contrária proposta por esta carta cidadã e na orientação do sistema capitalista. Para as assistentes sociais, destaca-se a importância da realização de registros sobre a prática

profissional, além de processos de sistematização. Porém, evidencia-se a necessidade de pesquisas sobre esse tema para que os resultados convençam várias profissionais, de diversos espaços ocupacionais, a utilizar esse recurso.

REFERÊNCIAS

ALERCAR, Monica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 449 – 460.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de serviço social ; v. 2).

BEHRING, Elaine Rossetti e SANTOS, Silvana Mara Moraes. Questão social e direitos. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho, paradoxo na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2006, p. 10-68.

BRASIL. **Lei nº 13151, de 28 de julho de 2015**. Altera os arts. 62, 66 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e o art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre a finalidade das fundações, o prazo para manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias e a remuneração dos seus dirigentes; e dá outras providências. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13151.htm>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. **Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935**. Determina regras pelas quaes são as sociedades declaradas de utilidade publica. Rio de Janeiro, 1935. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0091.htm>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. **Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. **Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993.** Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 19 nov. 2015.

_____. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.** Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9637.htm>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. **Lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 5 de outubro de 1988. 44. ed. Brasília: Edições Câmara, 2015.

_____. **Decreto nº 8242, de 23 de maio de 2014.** Regulamenta a Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8242.htm#art70>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. **Lei nº 12435, de 6 de Julho de 2011.** Altera a Lei nº8742, de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. **Lei nº 13019, de 31 de julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **IV Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/conferencias-nacionais/iv-conferencia-nacional/iv-conferencia-nacional>>. Acesso em: 01 out. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 16, de 5 de Maio de 2010**. Define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/comissoes-tematicas/comissao-de-conselhos/resolucao-cnas-16-2010>>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº33 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social- NOB/SUAS. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/nob-suas-2012.pdf>. Acesso em 28 set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. **Orientações para processos de recrutamento e seleção de pessoal no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB-RH anotada e comentada**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p.

_____. **Projeto de Lei nº 5278/2009, de 26 de maio de 2009**. Altera a Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre o salário mínimo profissional do Assistente Social. Brasília, 2009. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=435862>>. Acesso em: 19 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **CFESS / CRESS histórico antecedentes**: a origem sob controle estatal. Brasília: CFESS, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Orçamento é problema para aprovação de piso salarial de assistentes sociais**. Brasília: CFESS, 2015. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1191>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **CFESS manifesta- 30 anos do congresso da virada**: projeto ético-político do Serviço Social: 30 anos na luta em defesa da humanidade. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Realização: Universidade Federal de Alagoas e Conselhos Regionais de Serviço Social. Brasília: CFESS, 2005.

_____. **Orçamento é problema para aprovação de piso salarial de assistentes sociais**. Brasília: CFESS, 2015. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1191>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Resolução nº 533 de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Resolucao533.pdf>> Acesso em maio de 2015.

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 13 de março de 1993**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. Editora Jus Podivm. p. 778-789.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. Boitempo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FREDERICO, Celso. Classe e lutas sociais. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 255-266.

FREIRE, Lúcia M. B. Reestruturação produtiva e desestruturação social do trabalho no Brasil no limiar do século XXI. **Ser Social**, n. 5, Jul/Dez. 1999.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo: na civilização do automóvel**. Boitempo editorial, 1999.

GUERRA, Yolanda. A dimensão Investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 701-718.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sao-paulo-e-brasilia-sao-as-cidades-mais-caras-do-pais-imp-,1157845.>> Acesso em: 19 nov. 2015.

IAMAMOTO Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 113-120.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. Brasília: CFESS, 2012.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 341-376.

IAMAMOTO, Marilda V; Raul, CARVALHO. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LAUTIER, Bruno. Trabalho ou labor? Dimensões históricas e culturais. **Ser Social**, n 5, Jul/Dez. 1999

MADEIRA, Cláudia Simões. Nova norma: Lei 13.019/14 muda realidade de financiamento de entidades do terceiro setor: 2015. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-ago-08/claudia-madeira-lei-1301914-muda-realidade-terceiro-setor>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.)... et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MIONE, Apolinário Sales. Quem tem medo da ética? In: BONNETTI (org.)... et al. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 8ª ed. São Paulo, Cortez: 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez 2002.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez; 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64**. São Paulo: Cortez; 2011.

_____. A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CEFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (Org.). **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social**. Brasília: CEAD/UNB, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: < <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Pluralismo de bem-estar ou configuração da política social sob o Neoliberalismo. Boschetti, Ivanete (org.)... et al. In. **Política Social: alternativas ao Neoliberalismo**. Brasília: UnB, 2004.

_____. **Política social: temas & questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara. Amazoneida. Proteção Social Contemporânea: a quem beneficia? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 638-65.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: O enfrentamento necessário na Assistência Social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária**- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Assistência Social, 2011.

SANTOS, Claudia Monica. **Na prática a teoria é outra?:** mitos e dilemas na relação entre teoria, pratica instrumentos e técnicas no Serviço Social. Ed. Lumen Juris, 2011.

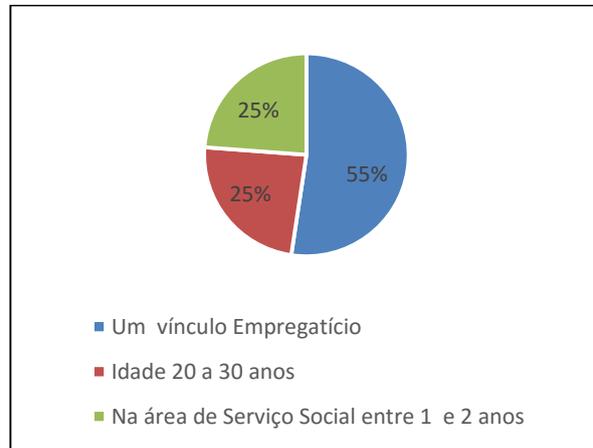
SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Gestão do Trabalho: Concepção e Significado para o SUAS. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Assistência Social, 2011.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 553-574.

YASBECK, Maria Carmelita. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 77, 2006, p. 09- 15.

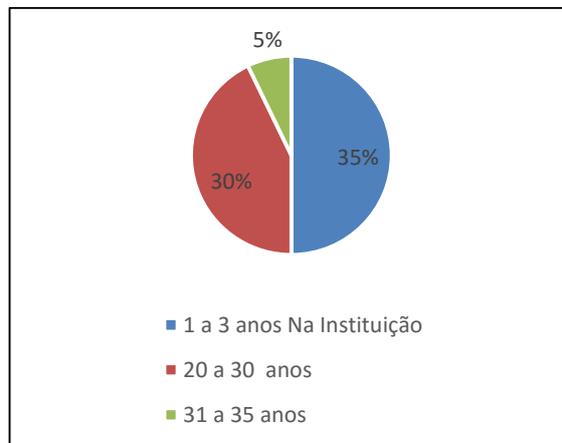
APÊNDICE A - GRÁFICOS RESULTANTES DA PESQUISA

Gráfico 1 - Relação tempo e vínculo de trabalho com a idade das profissionais



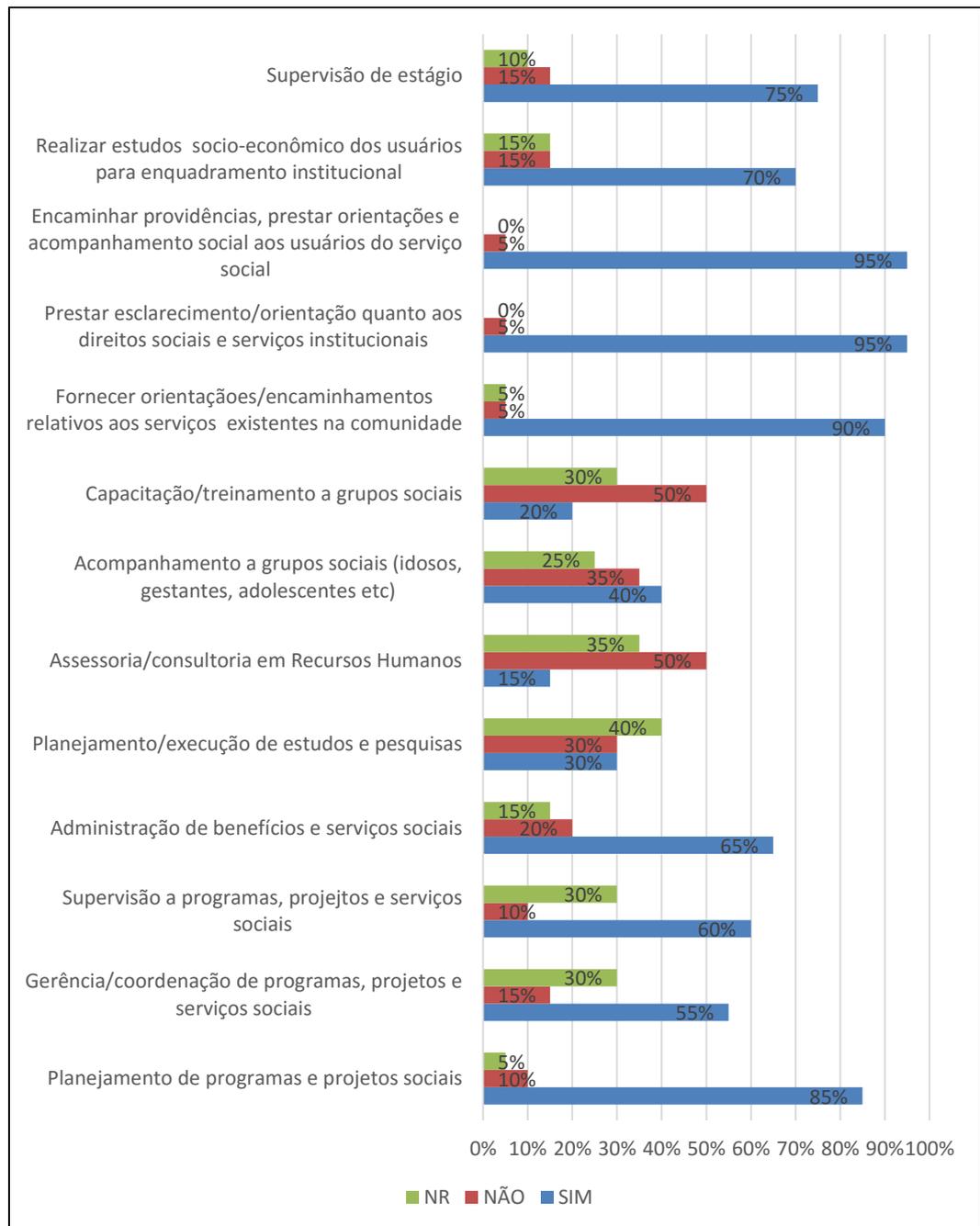
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 2 - Relação tempo de trabalho na Instituição e Idade

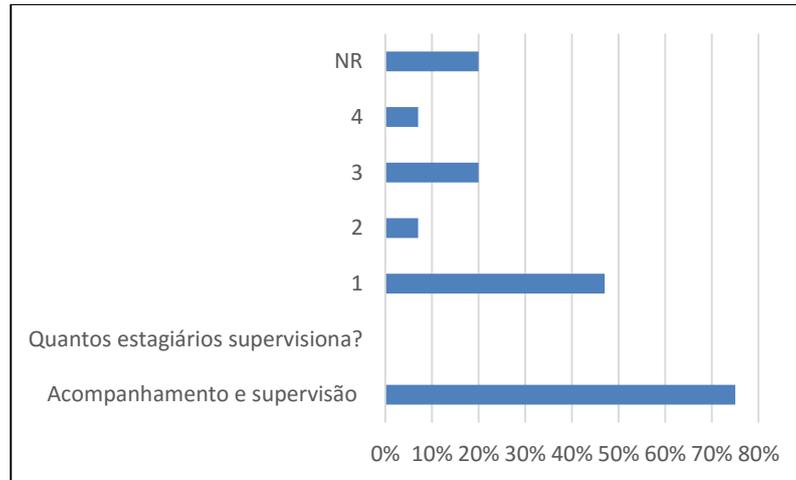


Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

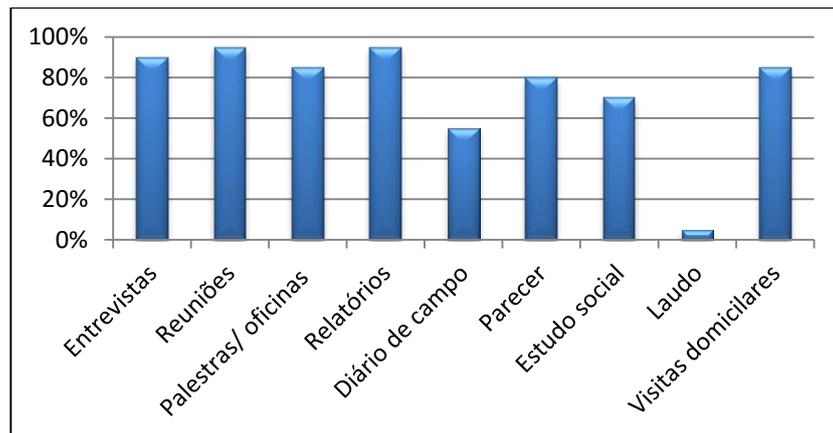
Gráfico 3 - Principais Atividades Desenvolvidas pelas profissionais



Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

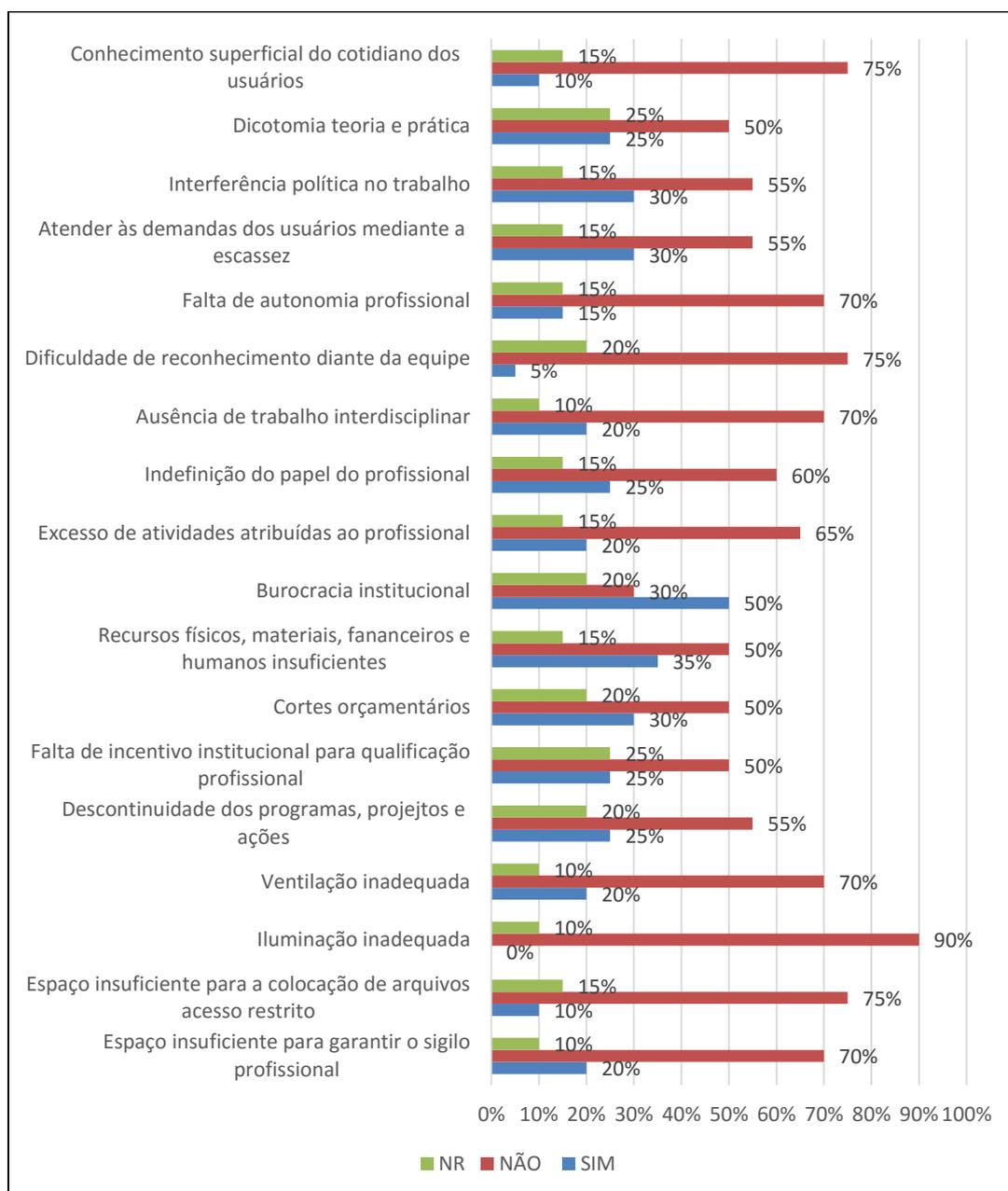
Gráfico 4 - Supervisão de Estagiários

Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

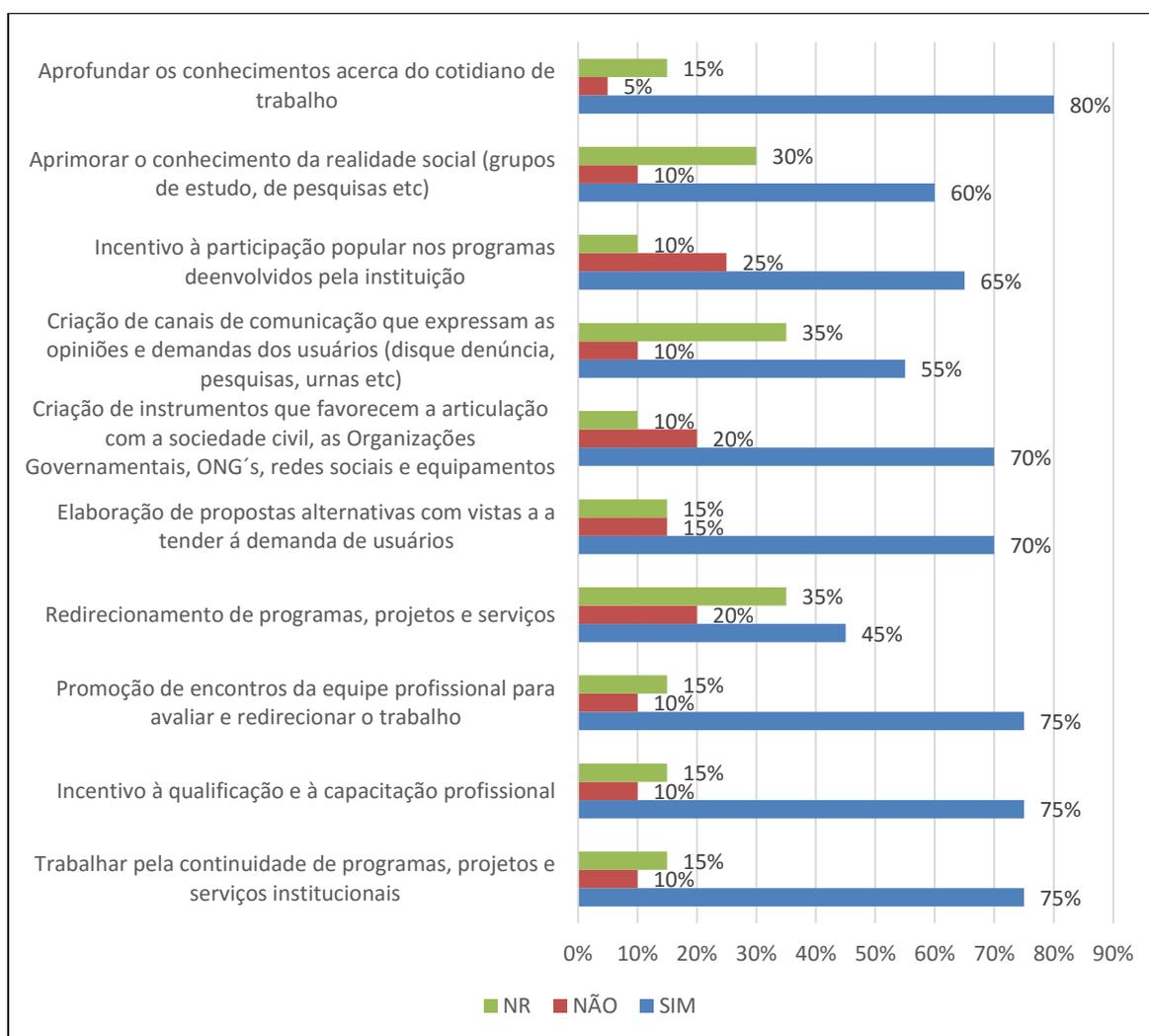
Gráfico 5 - Instrumentos Utilizados

Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

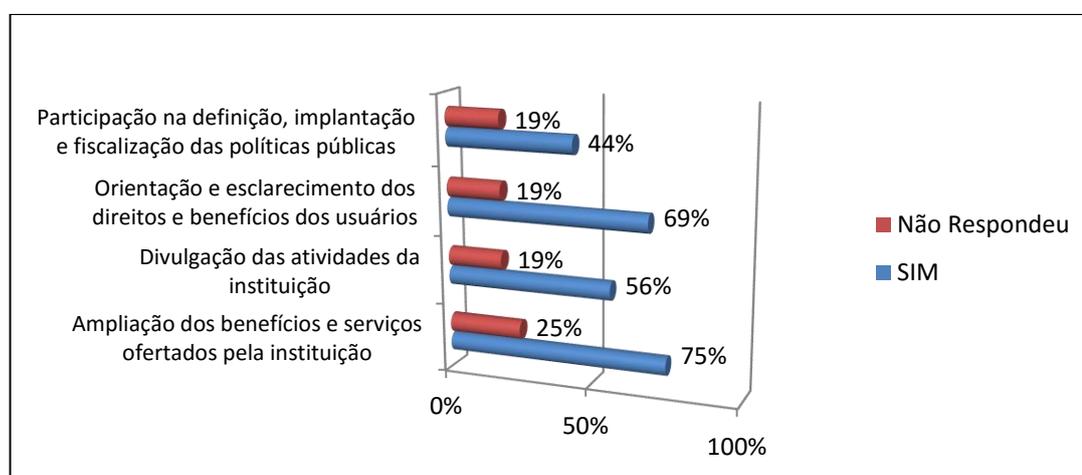
Gráfico 6 - Principais Dificuldades e Limitações no Cotidiano de Trabalho na lateral para aparecer o texto



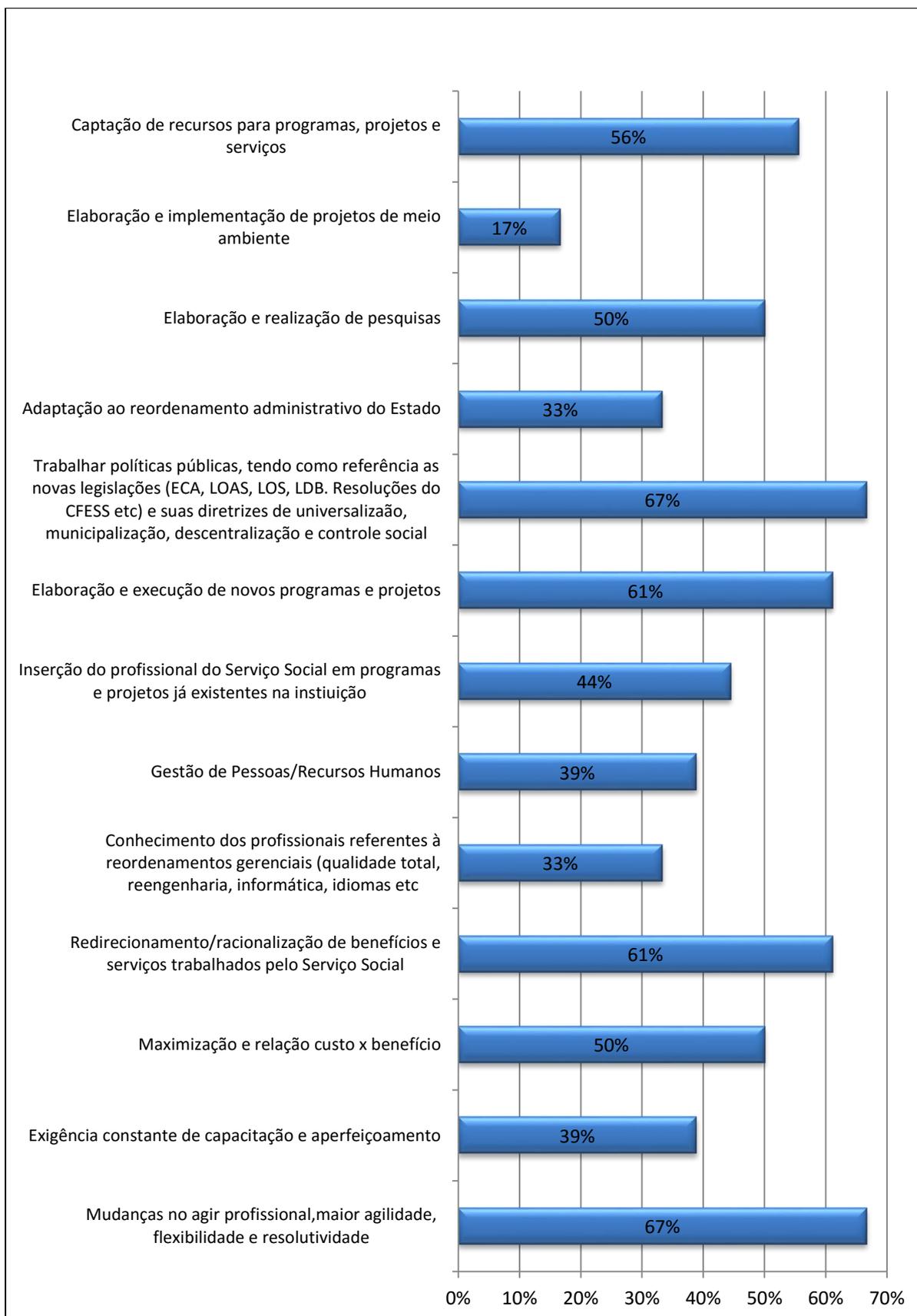
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 7 - Possibilidades de Superação das Dificuldades

Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 8 - Novas demandas colocadas pelos usuários

Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 9 - Novas demandas colocadas pela Instituição ao Serviço Social

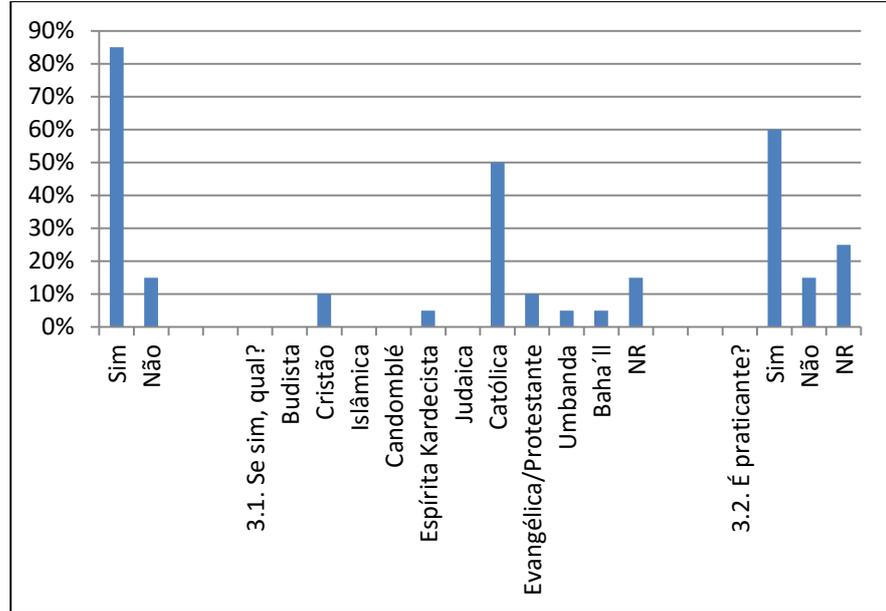
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 10 - Ações profissionais diante das novas demandas colocadas pela Instituição



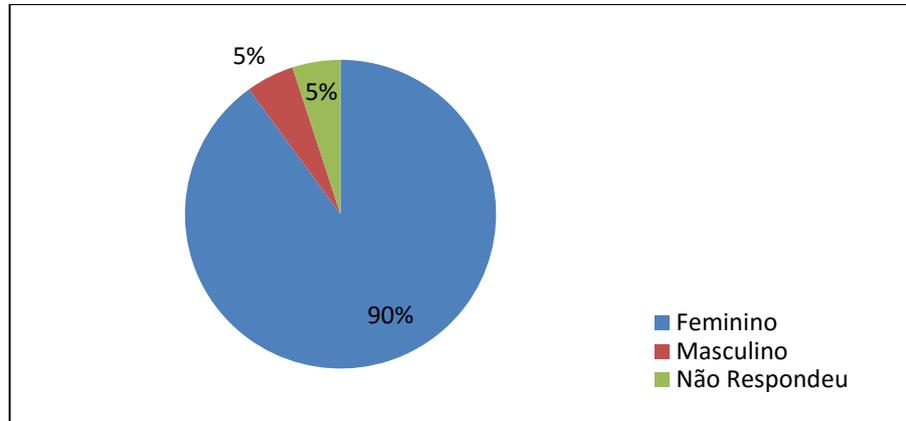
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 11- Religião



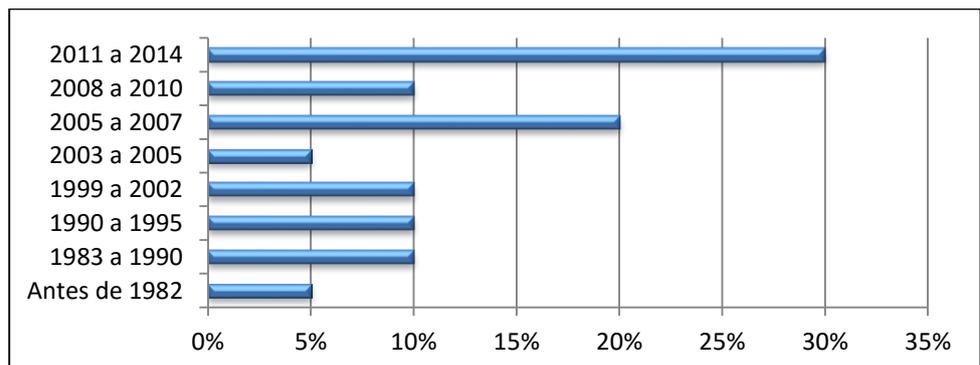
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 12- Sexo

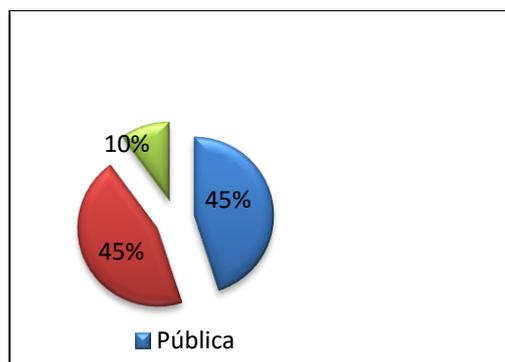


Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

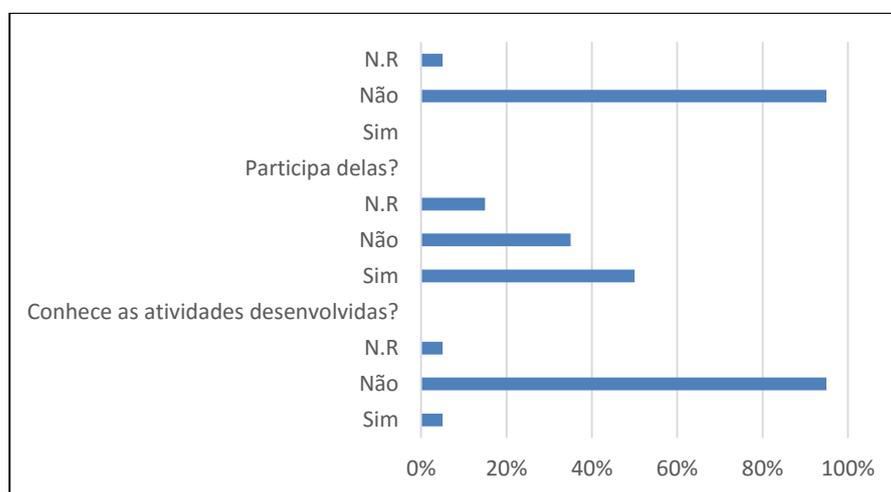
Gráfico 13 - Ano de Conclusão da Graduação



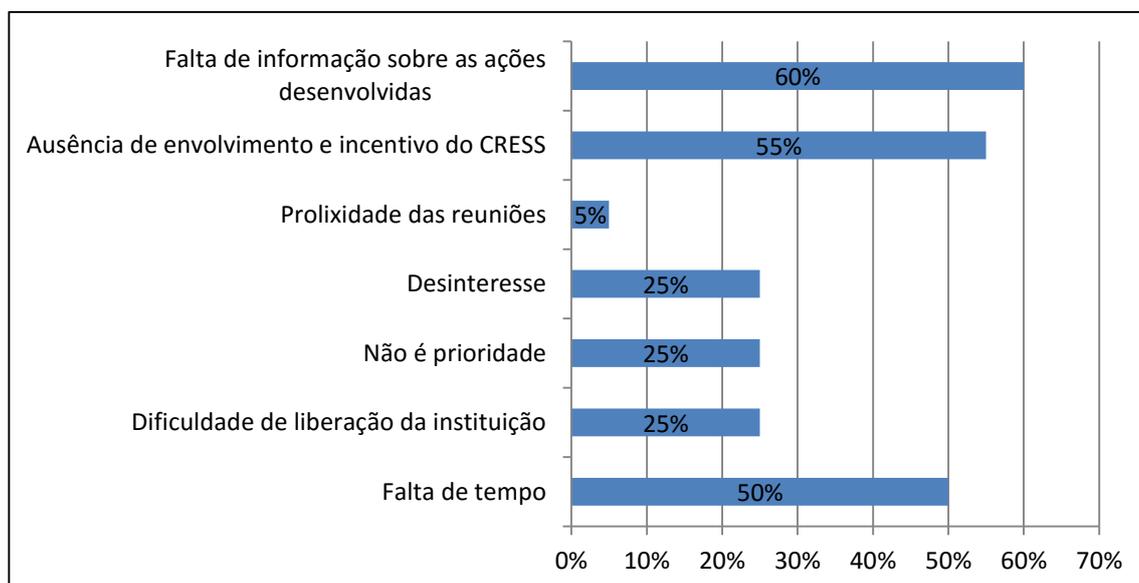
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 14 - Natureza da Instituição de Ensino Presencial

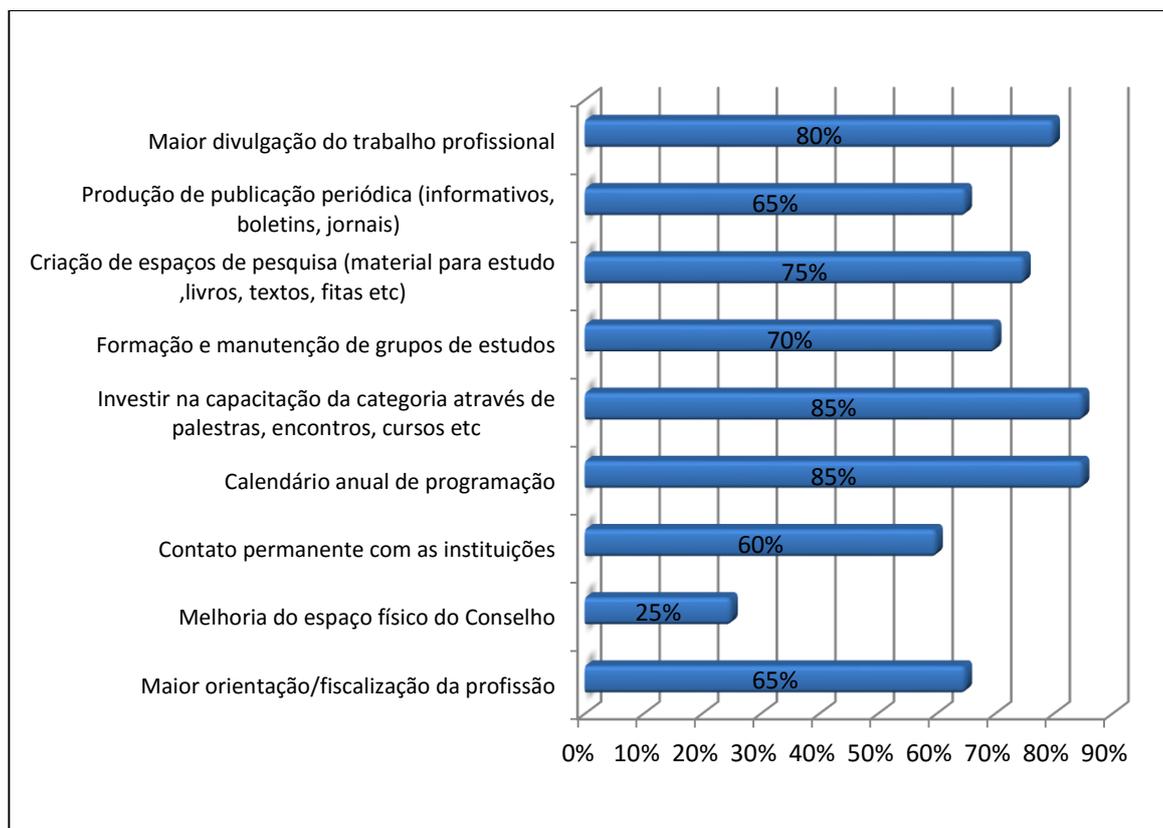
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 15 - Relação entre visitas recebidas pelo CRESS, conhecimento e participação nas atividades desenvolvidas

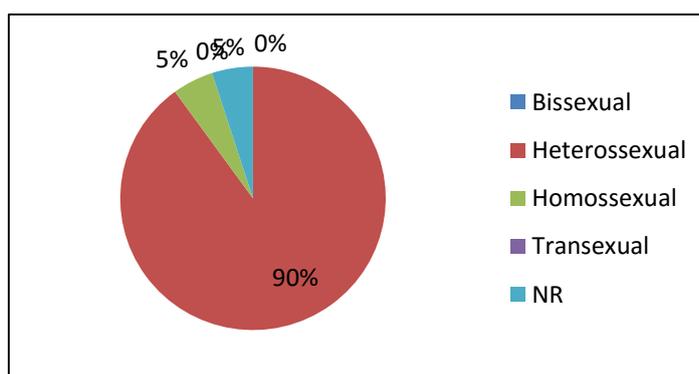
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 16 - Explicação pela ausência nas atividades

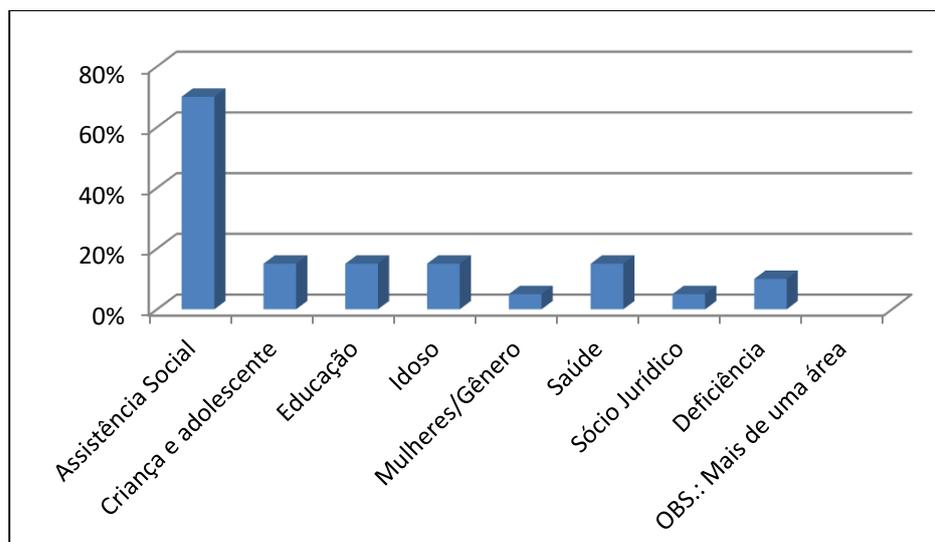
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 17- Sugestão de ações para o CRESS desenvolver

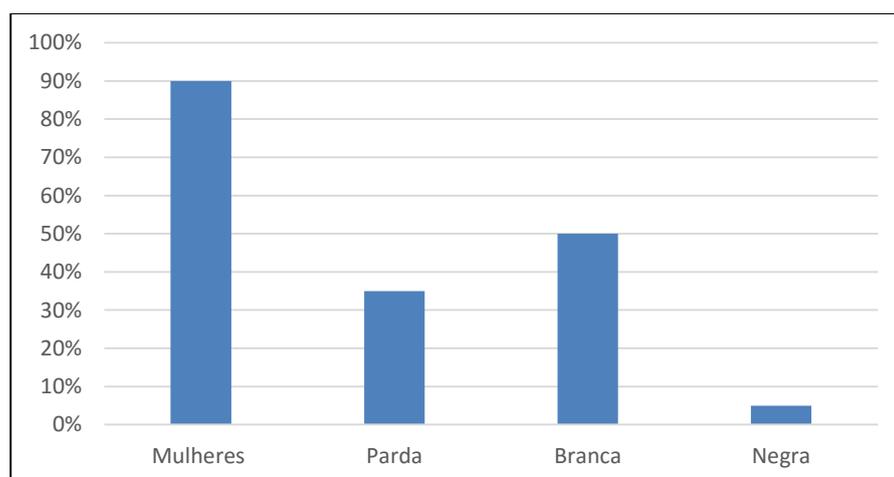
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 18 - Orientação sexual

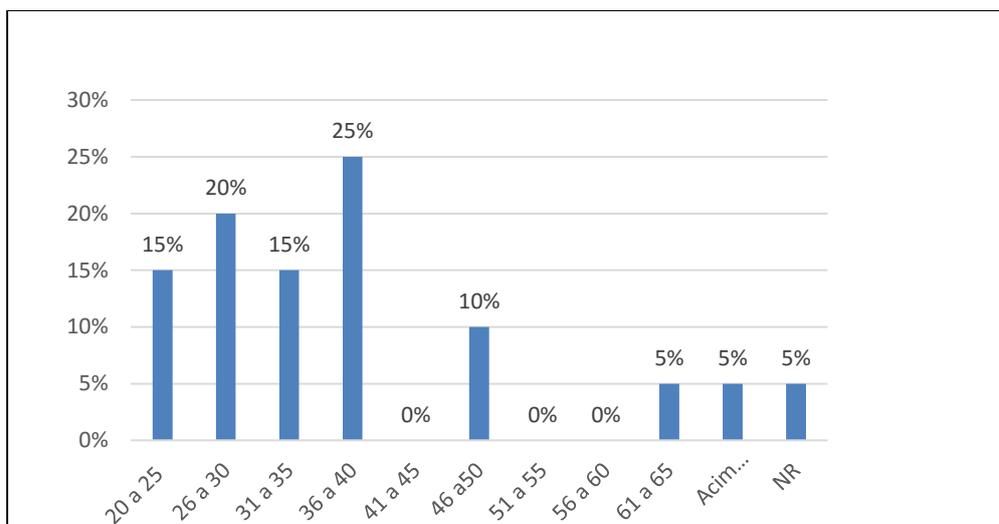
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 19 - Área de atuação das profissionais

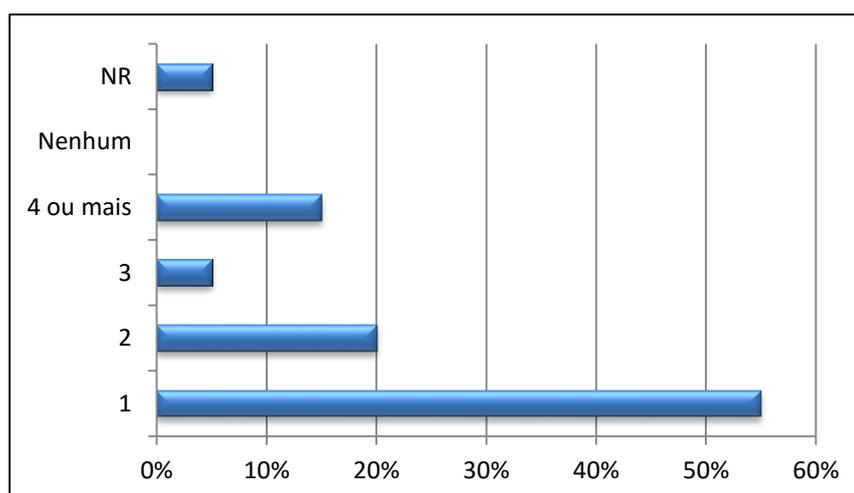
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 20 - Relação entre sexo e a categoria do IBGE cor/raça

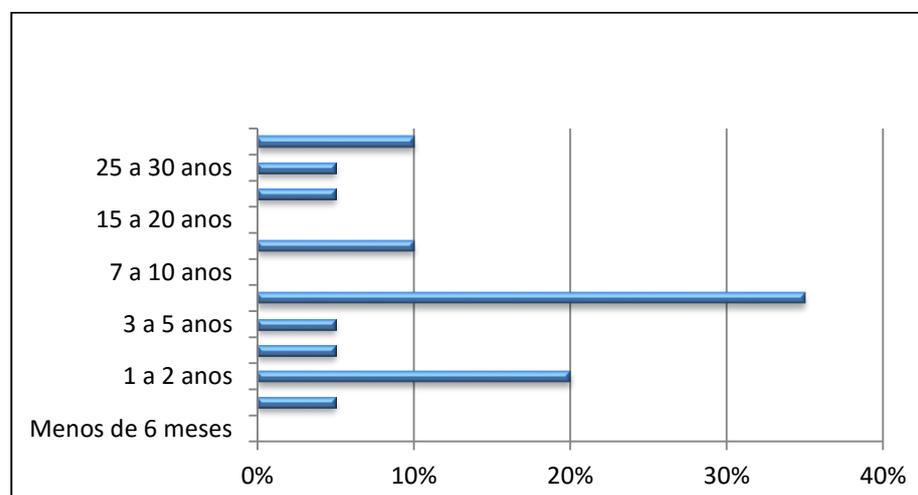
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 21- Idade

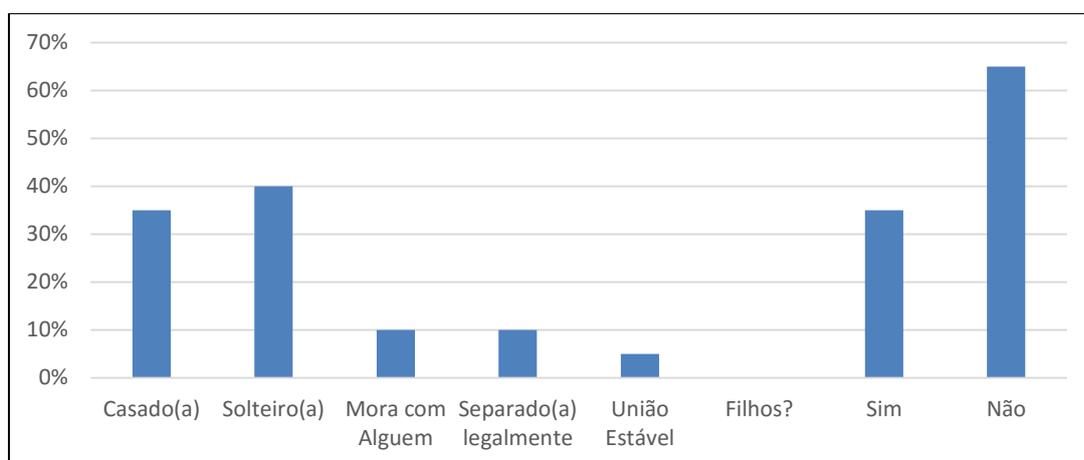
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 22 - Quantidade de vínculos empregatícios na área

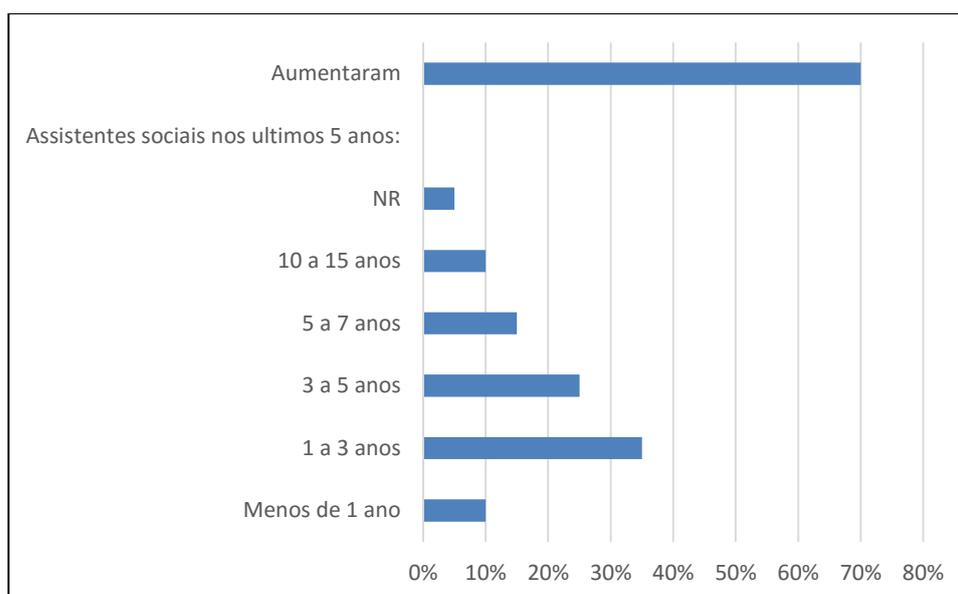
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 23 - Tempo de trabalho em Serviço Social

Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

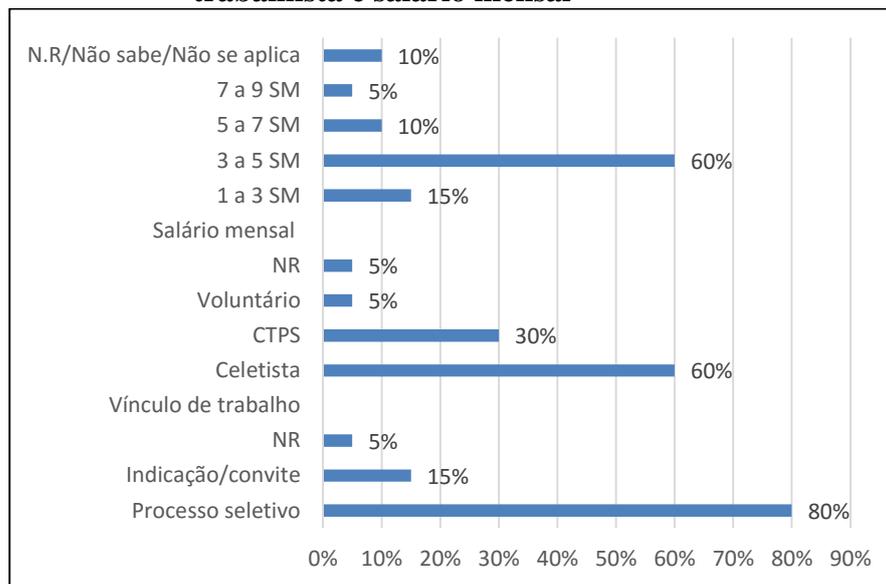
Gráfico 24 - Relação entre situação conjugal e filhos

Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 25 - Relação entre tempo de trabalho na instituição e quantidade de profissionais nos últimos 5 anos

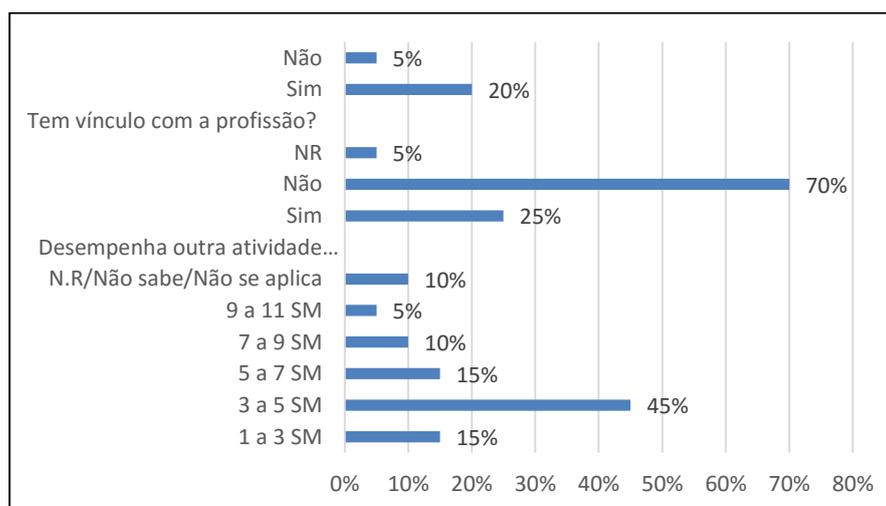
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 26 - Relação entre forma de ingresso na instituição, vínculo trabalhista e salário mensal



Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 27- Relação entre total da renda mensal com outra atividade remunerada

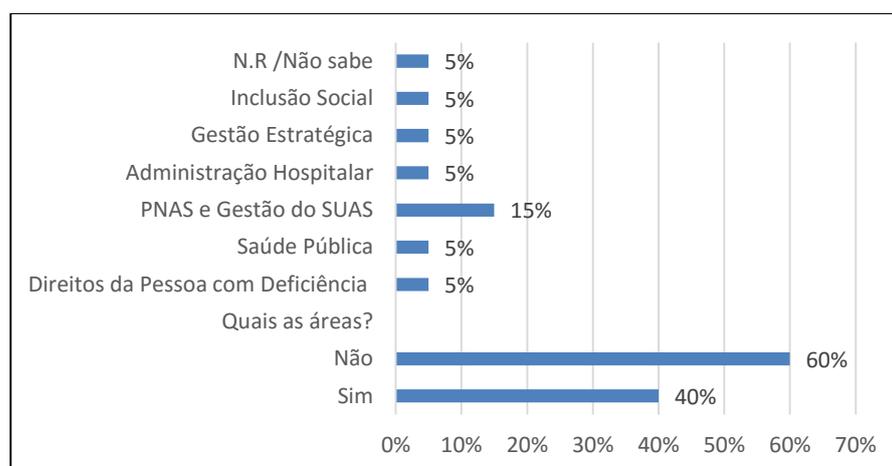


Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

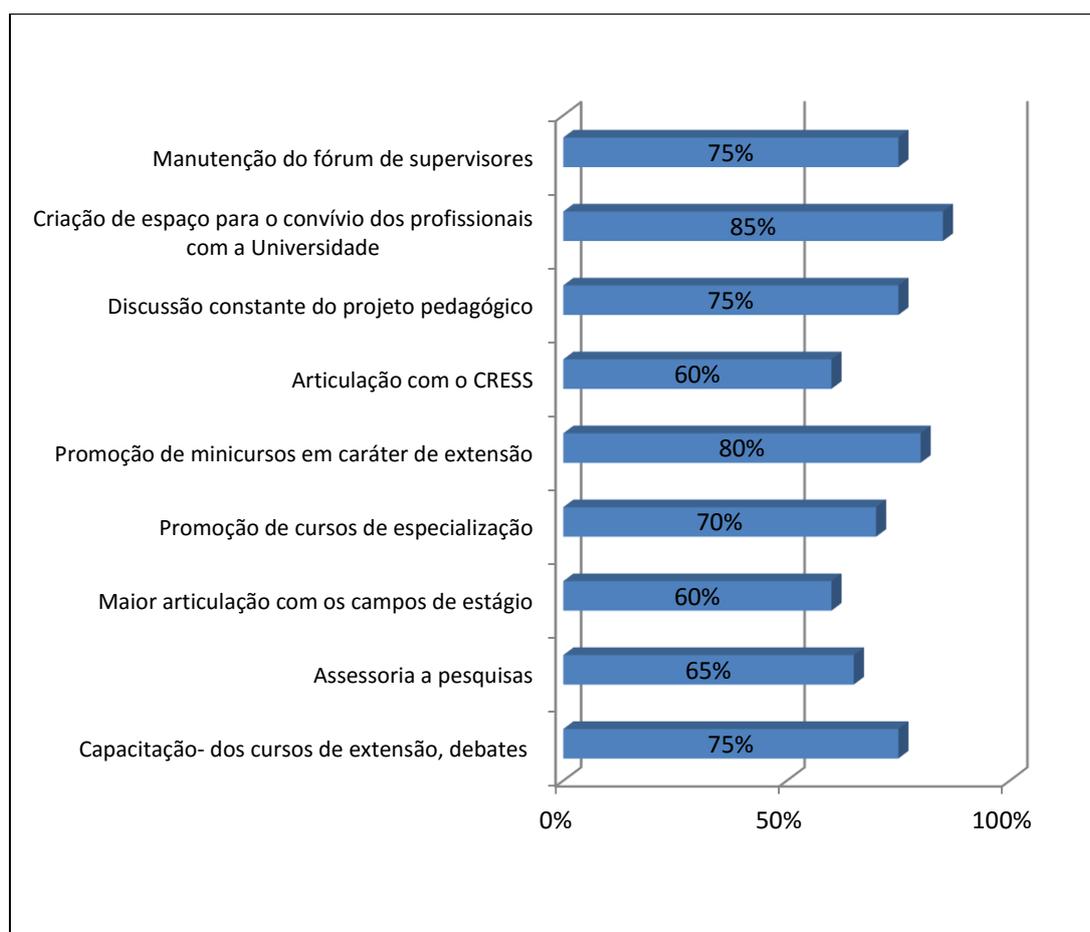
Gráfico 28 - Jornada de trabalho semanal



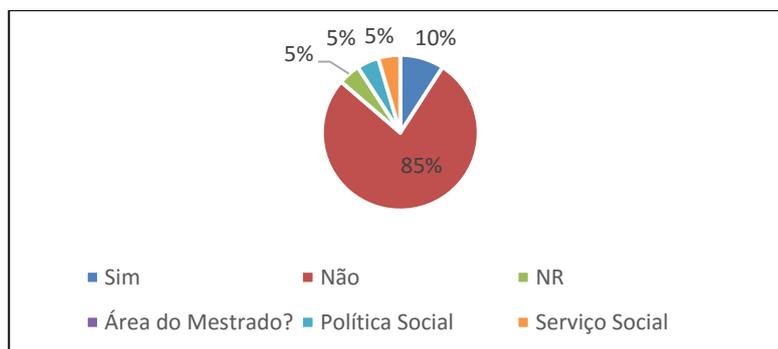
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 29 - Relação entre área e curso de especialização

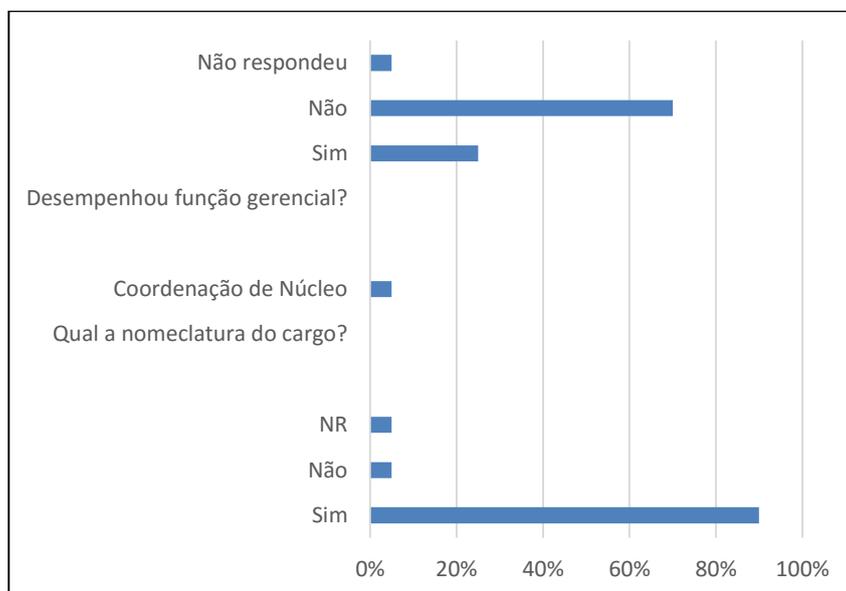
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 30 - Ações indicadas para a UnB desenvolver

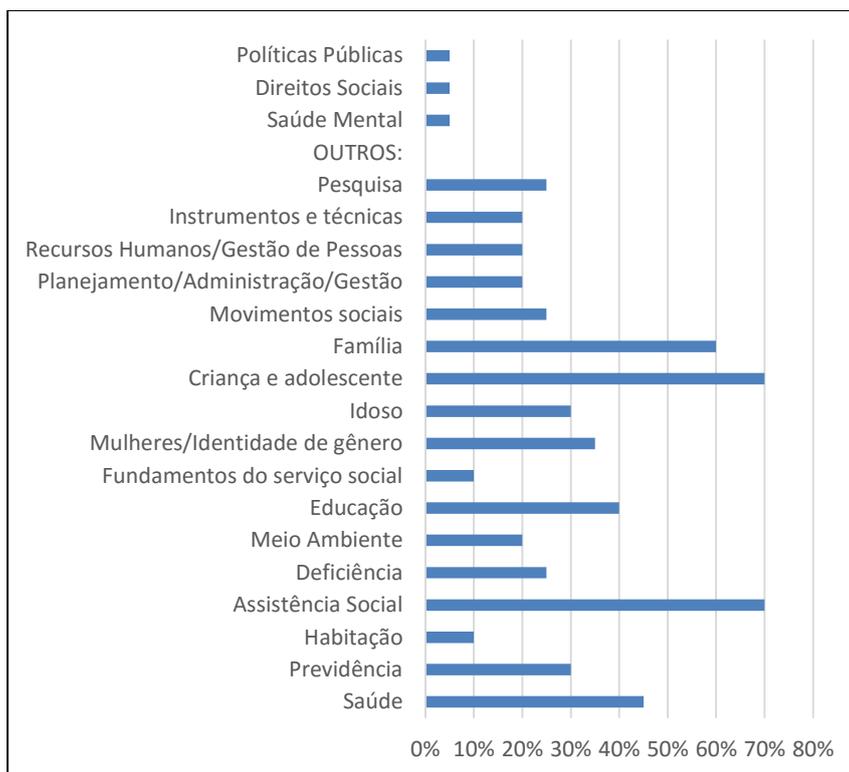
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 31- Relação entre mestrado e a área de especialização

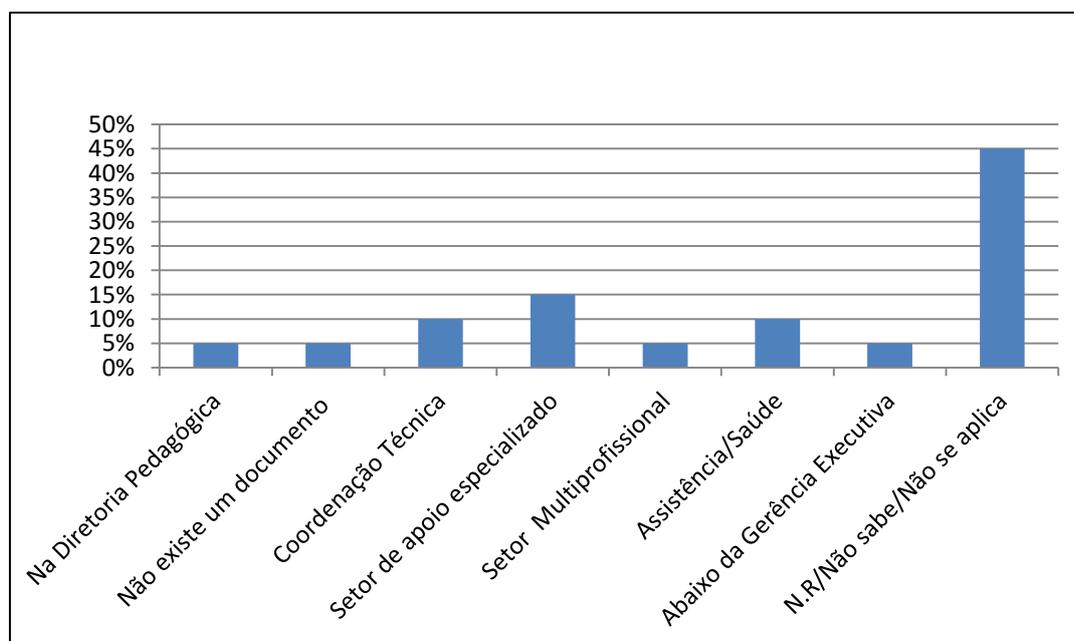
Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 32 - Relação entre nomenclatura do cargo como assistente social e Função institucional

Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 33- Área de interesse à qualificação

Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

Gráfico 34 - Inserção Institucional do Serviço Social

Fonte: Resultado Primário da pesquisa da autora

ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO



SER

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL –

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social,

Trabalho e Serviço Social - NUTSS

Pesquisa – As/os Assistentes Sociais do Distrito Federal: uma análise do perfil profissional

PERFIL GERAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL

1. Sexo:

Feminino Masculino

2. Idade:

20 a 25 anos 26 a 30 anos 31 a 35 anos

36 a 40 anos 41 a 45 anos 46 a 50 anos

51 a 55 anos 56 a 60 anos 61 a 65 anos

acima de 65 anos. Qual _____

3. Você tem alguma religião?

Sim Não

Se sim, qual?

Budista Candomblé Católica

Cristão Espírita Kardecista _____

Evangélica/Protestante

Islâmica Judaica Umbanda

Outra. Qual? _____

Você é praticante da religião indicada?

Sim Não

4. De acordo com a categoria de cor e raça, usada pelo IBGE, você se considera:

Amarela Branca Indígena

Parda Preta/Negra Outra.

Qual? _____

5. Em relação à sexualidade e orientação sexual, você se define como:

- Bissexual Heterossexual Homossexual
 Transexual Outra. Qual? _____

6. Situação Conjugal:

- Casado/a Solteiro/a Mora com o/a companheiro/a
 Separado/a legalmente Viúvo/a Outra. Qual?

7. Você tem filhos?

- Sim Não

Se sim, quantos?

- 01 02 03
 04 05 06 ou mais

PERFIL PROFISSIONAL

8. Tempo de trabalho na área de serviço social:

- Menos de 06 meses 03 anos – 05 anos 15 anos –
 20 anos
 06 meses – 01 ano 05 anos – 07 anos 20
 ano – 25 anos 01 ano – 02 anos 07 anos – 10 anos
 25 anos – 30 anos
 02 anos – 03 anos 10 anos – 15 anos)
 Mais de 30 anos

9. Quantidade de vínculos empregatícios na área de serviço social:

- Um Dois Três
 Quatro ou mais Nenhum

10. Local de trabalho do principal vínculo empregatício:

- Águas Claras Lago Norte São Sebastião
 Asa Norte Lago Sul SCIA
 Asa Sul Núcleo Bandeirante SIA
 Brazlândia Paranoá)
 Sobradinho
 Candangolândia Park Way)
 Sobradinho II
 Ceilândia Planaltina Sudoeste
 Cruzeiro Recanto das Emas)
 Octogonal

- Gama Riacho Fundo I Taguatinga
 Guará Riacho Fundo II Varjão
 Itapo Samambaia Vicente Pires
 Jardim Botânico Santa Maria Outros.

Qual _____

11. **Instituio:** _____

12. **Natureza da Instituio do principal vínculo empregatício:**

- Pública Distrital Pública Federal Privada ()

Economia Mista

- ONG/OSCIP/OS Cooperativa Não Sabe/ Não se aplica Outra.

13. **rea de atuao:**

- Assistência Social Criança e adolescente Educao ()

Habitao

- Idoso Movimento Social Mulheres/Gnero Previdência
 Rec. Humanos Saúde Sócio Jurídico ()

Outros: _____

14. **Há quantos anos você trabalha nesta instituio?**

- Menos de 1 ano 7 – 10 anos
 1 – 3 anos 10 – 15 anos
 3 – 5 anos 15 – 20 anos
 5 – 7 anos Mais de 20 anos

15. **Quantas/os assistentes sociais trabalham na seo em que você trabalha, contando com você?**

- 01 02 03
 04 05 Mais de 05

16. **Durante os últimos cinco anos, o quadro de profissionais de Serviço Social na Instituio:**

- Aumentou Manteve
 Diminuiu Não Sabe

17. **Como você ingressou na Instituio?**

- Processo Seletivo Concurso Público ()

Indicao/convite

- Parentesco Outros: _____

18. **Tipo do principal vínculo de trabalho?**

- Celetista Estatutário Autnomo

- Prestação de serviços Com C.T.P.S Contrato Temporário
 Voluntário Outro:

19. Jornada de trabalho semanal no principal vínculo?

- Menos de 20 horas 20 horas 24 horas
 30 horas 40 horas 44 horas
 Mais de 44 horas Outra. Qual? _____

20. A nomenclatura do cargo que ocupa é Assistente Social?

- Sim Não

21. Se a resposta ao item 20 foi NÃO, qual a nomenclatura do seu cargo?

22. Já desempenhou, nesta instituição, Função Gerencial ou Cargo Comissionado?

- Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

23. Qual?

- Ch./Gerência de Serviço Ch./Gerência de Setor Ch./Gerência de Departamento
 Ch./Gerência de Divisão Diretor de área
 Outros: _____ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

24. Atualmente, desempenha Função Gerencial ou Cargo Comissionado?

- Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

25. Qual?

- Ch./Gerência de Serviço Ch./Gerência de Setor Ch./Gerência de Departamento
 Ch./Gerência de Divisão Diretor de área
 Outros: _____ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

26. Salário mensal na Instituição:

- 1 – 3 SM 7 – 9 SM 13 – 15 SM
 3 – 5 SM 9 – 11 SM Mais de 15 SM
 5 – 7 SM 11 – 13 SM N.R/Não Sabe/ Não se aplica

27. Desempenha outra atividade remunerada?

- Sim Não

27.1. Se a resposta do item 27 for SIM, esta atividade tem vínculo com a profissão?

- Sim Não

28. **Desempenha alguma atividade voluntária?**

Sim Não

29. **Se a resposta do item 28 for SIM, qual a atividade?**

30. **Qual o montante de sua renda mensal?**

1 – 3 SM 7 – 9 SM 13 SM – 15 SM
 3 – 5 SM 9 – 11 SM Mais de 15 SM
 5 – 7 SM 11 – 13 SM N.R./Não Sabe/ Não se

aplica

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

31. **Ano de conclusão do curso de graduação em serviço social:**

Antes de 1982 1983 a 1990 1990 a 1995 1996 a
 1998
 1999 a 2002 2003 a 2005 2005 a 2007 2008 a 2010
 2011 a 2014

32. **Nome da instituição em que você concluiu sua graduação:**

33. **Natureza da instituição de ensino em que você se formou:**

Pública Privada Privada Confessional Outra.

Qual: _____

34. **Modalidade de ensino da instituição em que você se formou:**

Presencial Ensino à distância Semipresencial Outra.

Qual _____

35. **Você já cursou alguma especialização?**

Sim Não

36. **Se sim, qual/quais a/as área/a do/os curso/os de especialização concluído/os?**

1. _____ N.R./Não Sabe
 2. _____

37. **Ano de conclusão do curso de especialização:**

Antes de 1990 1990 a 1995 1996 a 2000 2001 a
 2005
 2006 a 2010 2011 a 2014

38. **Você já cursou algum mestrado acadêmico?**

Sim Não

39. **Se sim, qual a área do mestrado acadêmico concluído?**

N.R./Não Sabe

40. Nome da instituição em que você concluiu seu mestrado acadêmico:

41. Ano de conclusão do curso de mestrado acadêmico:

Antes de 1990 1990 a 1995 1996 a 2000 2001 a
2005

2006 a 2010 2011 a 2014

42. Você já cursou algum mestrado profissional?

Sim Não

43. Se sim, qual a área do mestrado profissional concluído?

_____ N.R/Não Sabe

44. Nome da instituição em que você concluiu seu mestrado profissional:

45. Ano de conclusão do mestrado profissional:

Antes de 1990 1990 a 1995 1996 a 2000 2001 a
2005

2006 a 2010 2011 a 2014

46. Você já cursou algum doutorado?

Sim Não

47. Se sim, qual a área do doutorado concluído?

_____ N.R/Não Sabe

48. Nome da instituição em que você concluiu seu doutorado:

49. Ano de conclusão do curso de doutorado:

Antes de 1990 1990 a 1995 1996 a 2000 2001 a
2005

2006 a 2010 2011 a 2014

50. Sente a necessidade de se qualificar?

Sim Não

Assinale, dentre os itens abaixo, aqueles que representam suas áreas de interesse para a qualificação:

51. Saúde?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

52. Previdência?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

53. Habitação?

- () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
54. **Assistência Social?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
55. **Deficiência?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
56. **Meio ambiente?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
57. **Educação?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
58. **Fundamentos do Serviço Social?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
59. **Mulheres/Identidade de Gênero?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
60. **Idoso?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
61. **Criança e adolescente?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
62. **Família?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
63. **Movimentos Sociais?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
64. **Planejamento/Administração/Gestão?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
65. **Recursos Humanos/Gestão de Pessoas?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
66. **Instrumentos e técnicas?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
67. **Pesquisa?**
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
68. Outros: _____

COTIDIANO DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL

69. Onde o Serviço Social se insere no organograma institucional?
 _____ () N.R/Não Sabe/
 Não se aplica

Dentre os itens abaixo, quais as principais atividades cotidianas desenvolvidas pelas(os) Assistentes Sociais na Instituição?

70. Planejamento de programas e projetos sociais?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica

71. Gerência/coordenação de programas, projetos e serviços sociais?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
72. Supervisão a programas, projetos e serviços sociais?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
73. Administração de benefícios e serviços sociais?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
74. Planejamento/execução de estudos e pesquisas?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
75. Assessoria/consultoria em desenvolvimento de pessoal/Recursos Humanos?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
76. Assessoria/acompanhamento a grupos sociais (idosos, gestantes, adolescentes, etc)?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
77. Capacitação/treinamento a grupos sociais?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
78. Fornecer orientações/encaminhamentos relativos aos serviços e benefícios sociais existentes na comunidade?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
79. Prestar esclarecimento/orientação quanto aos direitos sociais, benefícios e serviços institucionais?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
80. Encaminhar providências, prestar orientações e acompanhamento social aos usuários do Serviço Social?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
81. Realizar estudos do perfil sócio-econômico dos usuários para fins de enquadramento em programas, serviços e benefícios sociais na Instituição?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
82. Acompanhamento e supervisão de estágio?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
- 82.1 Se no item anterior a resposta for SIM, quantos estagiários supervisiona?
 01 02 03 04 05
 Mais de 05
- 82.2 Você recebe algum tipo de remuneração para a realização da supervisão de estágio?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
83. Outras atividades cotidianas desenvolvidas pelas/os Assistentes Sociais na Instituição:
-
-
-

Dentre os itens abaixo, que instrumentos são utilizados na realização destas tarefas?

84. Entrevistas?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
85. Reuniões?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
86. Visitas domiciliares?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
- 86.1 Se no item anterior a resposta for SIM, as visitas domiciliares são agendadas?
 Sim. Por quê?

Não. Por quê?

87. Palestras, seminários, oficinas e workshops?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
88. Relatórios?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
89. Diário de campo?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
90. Parecer?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
91. Estudo Social?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
92. Laudo?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
93. Que outros instrumentos são utilizados na realização das atividades cotidianas:

Quais, dentre os itens abaixo, representam as principais dificuldades/limitações no cotidiano do trabalho profissional na Instituição:

94. Espaço insuficiente para abordagens individuais ou coletivas, que garantam o sigilo profissional?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
95. Espaço insuficiente para a colocação de arquivos e que possam ser de acesso restrito aos assistentes sociais?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

96. Iluminação inadequada?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
97. Ventilação inadequada?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
98. Descontinuidade dos programas, projetos e ações desenvolvidas?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
99. Falta de incentivo institucional para qualificação profissional?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
100. Cortes orçamentários?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
101. Recursos físicos, materiais, financeiros e humanos insuficientes?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
102. Burocracia institucional?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
103. Excesso de atividades atribuídas ao profissional?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
104. Indefinição do papel profissional?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
105. Ausência de trabalho interdisciplinar?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
106. Dificuldade de reconhecimento diante da equipe?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
107. Falta de autonomia profissional?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
108. Atender às demandas dos usuários mediante a escassez de benefícios e serviços institucionais ofertados?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
109. Interferência política no trabalho?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
110. Dicotomia teoria e prática?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
111. Conhecimento superficial do cotidiano dos (as) usuários (as) do Serviço Social?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
112. Outras principais dificuldades/limitações no cotidiano do trabalho profissional na Instituição:
-
-

POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES:

113. Trabalhar pela continuidade de programas, projetos e serviços institucionais?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

114. Incentivo à qualificação e à capacitação profissional?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
115. Promoção de encontros da equipe profissional para avaliar e redirecionar o trabalho?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
116. Redirecionamento de programas, projetos e serviços?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
117. Elaboração de programas, projetos e propostas alternativas com vista a atender à demanda dos usuários?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
118. Criação de instrumentos que favoreçam a articulação com a sociedade civil, as Organizações Governamentais, ONG's, redes sociais e equipamentos?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
119. Criação de canais de comunicação que expressem as opiniões e demandas dos usuários (disque denúncia, pesquisas, urnas, etc)?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
120. Incentivo à participação popular nos programas desenvolvidos pela Instituição?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
121. Aprimorar o conhecimento da realidade social (grupos de estudo, de pesquisas, etc)?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
122. Aprofundar os conhecimentos acerca do cotidiano profissional/institucional?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
123. Outros:
-
-

DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

124. Existem novas demandas/atividades colocadas para o Serviço Social na/pela Instituição?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
- Assinale aqueles que, no seu entendimento, representam novas demandas colocadas para o Serviço Social na/pela Instituição:**
125. Mudanças no agir profissional, garantindo maior agilidade, flexibilidade, resolutividade e polivalência?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
126. Exigência constante de capacitação e aperfeiçoamento?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
127. Maximização e relação custo x benefício?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
128. Redirecionamento/racionalização de benefícios e serviços trabalhados pelo Serviço Social?
 Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica
129. Conhecimento dos profissionais referentes à reordenamentos gerenciais (qualidade total, reengenharia), informática, idiomas, etc?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

130. Gestão de Pessoas/Recursos Humanos?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

131. Inserção do profissional do Serviço Social em programas e projetos já existentes na instituição?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

132. Elaboração e execução de novos programas e projetos?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

133. Trabalhar políticas públicas, tendo como referência as novas legislações (ECA, LOAS, LOS, LDB, Resoluções do CFESS e etc) e suas diretrizes de universalização, municipalização, descentralização e controle social?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

134. Adaptação ao reordenamento administrativo do Estado?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

135. Elaboração e realização de pesquisas?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

136. Elaboração e implementação de projetos de meio ambiente?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

137. Captação de recursos para programas, projetos e serviços?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

138. Outros:

139. Existem novas demandas colocadas para o Serviço Social pelos usuários?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

Assinale, dentre os itens abaixo, aqueles que representam novas demandas colocadas pelos usuários:

140. Ampliação dos benefícios e serviços ofertados pela Instituição?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

141. Divulgação das atividades da instituição?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

142. Orientação e esclarecimento dos direitos e benefícios dos usuários?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

143. Participação na definição, implantação e fiscalização das políticas públicas?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

144. Outros:

Assinale, dentre os itens abaixo, as respostas que você vem dando às novas demandas colocadas para o Serviço Social:

145. Engajamento em atividade de capacitação e aperfeiçoamento profissional?

- () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
146. Realização de planejamento estratégico?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
147. Troca de experiência com outros profissionais/equipe interdisciplinar?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
148. Promoção de encontros para avaliação e redirecionamento do trabalho?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
149. Racionalização (cortes/enxugamento) dos serviços e benefícios trabalhados pelo Serviço Social?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
150. Reordenamento administrativo, tendo em vista o enxugamento de pessoal?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
151. Redirecionamento das atividades, visando a maximizar a relação custo x benefício?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
152. Qualificação na área de: Recursos Humanos, informática, idiomas, etc?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
153. Socialização das informações dos direitos sociais junto aos usuários?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
154. Articulação com os movimentos sociais e organizações governamentais?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
155. Elaboração de novos projetos e/ou programas que ampliem os benefícios e serviços institucionais?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
156. Outros:

RELACIONAMENTO DA CATEGORIA E O CRESS

157. Já recebeu visita do CRESS para orientação e fiscalização das condições éticas e técnicas de trabalho que garantam os princípios éticos profissionais?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
158. Você conhece as atividades realizadas pelo CRESS?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
159. Você participa sistematicamente das atividades realizadas pelo CRESS?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
- Caso a resposta do item anterior seja SIM, indique as atividades de que você participa sistematicamente no CRESS:**
160. Reuniões?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
161. Assembléias?
() Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
162. Cursos?

- () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
163. Comissões?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
164. Seminários?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
165. Outros: _____

Caso a resposta do item anterior seja NÃO, indique as razões pelas quais você não participa das atividades do CRESS:

166. Falta de tempo?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
167. Dificuldade de liberação da instituição?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
168. Não é prioridade?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
169. Desinteresse?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
170. Prolixidade das reuniões?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
171. Ausência de envolvimento e incentivo do CRESS?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
172. Falta de informações sobre as ações desenvolvidas?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
173. Outros: _____

Assinale, dentre os itens abaixo, quais as principais ações/atividades você indicaria para serem desenvolvidas pelo CRESS:

174. Maior orientação/fiscalização da profissão?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
175. Melhoria do espaço físico do Conselho?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
176. Contato permanente com as instituições?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
177. Calendário anual de programação?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
178. Investir na capacitação da categoria através de palestras, encontros, cursos, etc?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
179. Formação e manutenção de grupos de estudos?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
180. Criação de espaços de pesquisa (material para estudo, livros, textos, fitas, etc)?
 () Sim () Não () N.R/Não Sabe/ Não se aplica
181. Produção de publicação periódica (informativos, boletins, jornais)?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

182. Maior divulgação do trabalho profissional?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

183. Outros: _____

RELAÇÃO UNIVERSIDADE E CATEGORIA

Assinale, dentre os itens abaixo, quais as principais atividades você indicaria para serem desenvolvidas pela UnB:

184. Realização de capacitação dos profissionais através dos cursos de extensão, debates e encontros?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

185. Realização e assessoria a pesquisas?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

186. Maior articulação com os campos de estágio?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

187. Promoção de cursos de especialização?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

188. Promoção de minicursos em caráter de extensão?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

Articulação com o CRESS?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

189. Discussão constante do projeto pedagógico?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

190. Criação de espaço para o convívio dos profissionais com a Universidade?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

191. Manutenção do fórum de supervisores?

Sim Não N.R/Não Sabe/ Não se aplica

192. Outros: _____

Data da entrevista: ____/____/____

Nome _____ do _____ Pesquisador:
